

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
***CAMPUS* DE CAMPO MOURÃO**
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO - PPGSeD

KENNAN DYOGO DOS SANTOS LIMA

**Pobreza e Desigualdade de Renda: Uma análise interdisciplinar do Brasil
Contemporâneo**

CAMPO MOURÃO - PR
2025

KENNAN DYOGO DOS SANTOS LIMA

Pobreza e Desigualdade de Renda: Uma análise interdisciplinar do Brasil Contemporâneo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociedade e Desenvolvimento.

Linha de Pesquisa: Formação humana, políticas públicas e produção do espaço

Orientador: Prof. Dr. Jorge Leandro Delconte Ferreira

**CAMPO MOURÃO - PR
2025**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e
Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP
e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Lima, Kennan Dyogo dos Santos

Pobreza e Desigualdade de Renda: Uma análise
interdisciplinar do Brasil Contemporâneo / Kennan
Dyogo dos Santos Lima. -- Campo Mourão-PR, 2025.
97 f.: il.

Orientador: Jorge Leandro Delconte Ferreira.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação
Mestrado Acadêmico Interdisciplinar: "Sociedade e
Desenvolvimento") -- Universidade Estadual do
Paraná, 2025.

1. Interdisciplinaridade. 2. Desigualdade de
renda. 3. Pobreza. 4. Análise exploratória de dados
espaciais. 5. Políticas públicas. I - Delconte
Ferreira, Jorge Leandro (orient). II - Título.

KENNAN DYOGO DOS SANTOS LIMA

**POBREZA E DESIGUALDADE DE RENDA: UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR
DO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

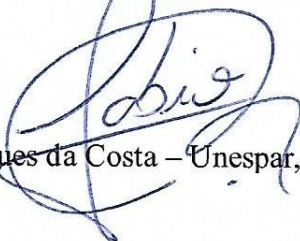
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Jorge Leandro Delconte Ferreira (Orientador) – Presidente



Prof.^a Dr.^a Aline de Queiroz Assis Andreotti Pancera – Unespar, Campo Mourão



Prof. Dr. Fábio Rodrigues da Costa – Unespar, Campo Mourão

Data de Aprovação

30/04/2025

Campo Mourão - PR

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Margarete e Wilson, pelo amor incondicional e carinho ao longo dos anos, e por serem responsáveis por me ensinar a importância da educação em minha vida.

Dedico este trabalho a minha esposa, Ana Paula, pelo amor, carinho, atenção e paciência.

Dedico aos meus filhos, César e Augusto, por me ensinarem mais que qualquer graduação acadêmica, me tornando uma pessoa melhor dia após dia.

Dedico à minha border collie, Maia, por estar comigo durante 95% do tempo que passei escrevendo e ouvir meus devaneios sobre o tema desta dissertação.

Dedico aos demais familiares e amigos não nomeados anteriormente, mas que carrego comigo com amor e carinho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à UNESPAR Campo Mourão por me proporcionar realizar duas excelentes graduações de maneira gratuita, que serviram como base para a minha construção como pessoa, como profissional e como cidadão. Estendo esse agradecimento à educação em geral, especialmente à pública, que é a única maneira para alcançarmos o país que queremos e podermos continuar sonhando com um mundo melhor.

Agradeço a todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) pela contribuição e pelos ensinamentos nos últimos três anos.

Agradeço a todos os autores que foram citados ao longo do texto, não só pela contribuição para este trabalho, mas pela contribuição para a ciência em geral. Espero que em algum momento minha obra seja útil a alguém da forma que a de vocês foi útil a mim.

E, por fim, deixo o agradecimento mais importante: ao meu brilhante professor e orientador, Dr. Jorge Leandro Delconte Ferreira, que me deu liberdade para definir as diretrizes do trabalho e me auxiliou na escolha dos caminhos teóricos e metodológicos que me conduziram até a conclusão desta produção acadêmica, transformando algo que, no início, me causava grande preocupação em um processo extremamente satisfatório, estimulante e profícuo.

“O Brasil é rico, mas os brasileiros são pobres.”
(Desconhecido)

LIMA, Kennan Dyogo dos Santos. **Pobreza e Desigualdade de Renda**: Uma análise interdisciplinar do Brasil Contemporâneo. 94f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, Universidade Estadual do Paraná, *Campus* de Campo Mourão, Campo Mourão, 2025.

RESUMO

A pobreza e a desigualdade de renda são fenômenos interligados e persistentes, que impõem obstáculos significativos ao desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Esta dissertação adota uma abordagem interdisciplinar, combinando referenciais teóricos da economia, sociologia e geografia, com o objetivo de analisar a distribuição espacial desses fenômenos em nível municipal, entre os anos de 2000 e 2010. A pesquisa utiliza dados dos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e aplica técnicas de Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE), com destaque para o uso dos índices FGT (Foster, Greer e Thorbecke), Gini e da estatística I de Moran. A análise permite identificar padrões territoriais de concentração, dependência espacial e formação de clusters de pobreza e desigualdade de renda. Os resultados revelam que tais clusters são persistentes ao longo do tempo, com destaque para a manutenção das desigualdades nas regiões Norte e Nordeste. Verificou-se, ainda, correlação estatística positiva entre pobreza e desigualdade, indicando que municípios com maior incidência de pobreza tendem a apresentar também níveis mais elevados de desigualdade de renda. Mesmo com variações positivas nos indicadores sociais no período analisado, os padrões regionais se mantiveram. Conclui-se que o território exerce um papel ativo na reprodução da pobreza e da desigualdade, sendo fundamental que políticas públicas incorporem a dimensão espacial como eixo estruturante de suas estratégias de intervenção e promoção da equidade social.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade, desigualdade de renda, pobreza, análise exploratória de dados espaciais, políticas públicas.

LIMA, Kennan Dyogo dos Santos. **Poverty and Income Inequality: An Interdisciplinary Analysis of Contemporary Brazil**. 94p. Dissertation (Master) - Society and Development Interdisciplinary Postgraduate Program, State University of Paraná, Campo Mourão *Campus*, Campo Mourão, 2025.

ABSTRACT

Poverty and income inequality are interrelated and persistent phenomena that pose significant obstacles to Brazil's socioeconomic development. This dissertation adopts an interdisciplinary approach, combining theoretical frameworks from economics, sociology, and geography to analyze the spatial distribution of these phenomena at the municipal level between the years 2000 and 2010. The research is based on data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) censuses and applies techniques of Exploratory Spatial Data Analysis (ESDA), with emphasis on the use of the Foster, Greer and Thorbecke (FGT) indices, the Gini coefficient, and Moran's I statistic. The analysis identifies territorial patterns of concentration, spatial dependence, and the formation of clusters of poverty and income inequality. The results reveal that such clusters persist over time, especially in the North and Northeast regions. A positive statistical correlation between poverty and inequality was also found, indicating that municipalities with higher poverty incidence tend to present higher levels of income inequality. Even with improvements in social indicators during the period analyzed, regional patterns remained stable. It is concluded that territory plays an active role in the reproduction of poverty and inequality, and that public policies must incorporate the spatial dimension as a central axis of their intervention strategies and efforts to promote social equity.

Keywords: Interdisciplinarity; income inequality; poverty; exploratory spatial data analysis; public policy.

LIMA, Kennan Dyogo dos Santos. **Pobreza y Desigualdad de Ingresos: Un Análisis Interdisciplinario del Brasil Contemporáneo**. 94f. Tesis (Maestría) - Programa de Posgrado Interdisciplinario Sociedad y Desarrollo, Universidad Estadual de Paraná, *Campus* de Campo Mourão, Campo Mourão, 2025.

RESUMEN

La pobreza y la desigualdad de ingresos son fenómenos interrelacionados y persistentes que representan obstáculos significativos para el desarrollo socioeconómico de Brasil. Esta disertación adopta un enfoque interdisciplinario, combinando marcos teóricos de la economía, la sociología y la geografía, con el objetivo de analizar la distribución espacial de estos fenómenos a nivel municipal entre los años 2000 y 2010. La investigación se basa en los datos de los Censos Demográficos del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) y aplica técnicas de Análisis Exploratorio de Datos Espaciales (AEDE), con énfasis en el uso de los índices de Foster, Greer y Thorbecke (FGT), el coeficiente de Gini y la estadística I de Moran. El análisis permite identificar patrones territoriales de concentración, dependencia espacial y formación de conglomerados de pobreza y desigualdad de ingresos. Los resultados revelan que tales conglomerados persisten en el tiempo, destacándose la permanencia de las desigualdades en las regiones Norte y Noreste. También se constató una correlación estadística positiva entre pobreza y desigualdad, lo que indica que los municipios con mayor incidencia de pobreza tienden a presentar también niveles más altos de desigualdad de ingresos. A pesar de mejoras en algunos indicadores sociales durante el período analizado, los patrones regionales se mantuvieron. Se concluye que el territorio desempeña un papel activo en la reproducción de la pobreza y la desigualdad, y que las políticas públicas deben incorporar la dimensión espacial como eje estructurante de sus estrategias de intervención y de promoción de la equidad social.

Palabras clave: interdisciplinariedad; desigualdad de ingresos; pobreza; análisis exploratorio de datos espaciales; políticas públicas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição da riqueza global	23
Figura 2 - Distribuição global da riqueza – 0.001% mais rico vs 50% mais pobres (1995-2020).....	24
Figura 3 - Gráfico de inflação em 12 meses – IPCA (1986-2015)	36
Figura 4 - PIB brasileiro (1990-2000).....	37
Figura 5 - Variação dos índices de preços das commodities (Em %)	40
Figura 6 - Exportações brasileiras (Em bilhões de dólares)	40
Figura 7 - Índice de evolução da renda nacional por habitante e da desigualdade pessoal de renda (Gini) entre 1960 e 2009.....	41
Figura 8 - Variação da pobreza e extrema pobreza no Brasil (2001-2009).....	42
Figura 9 - Variação da desigualdade (2001-2009) Índice T-Theil	43
Figura 10 - Índices de Produtividade e Salário Real Médio: Brasil 2000-2018 (%)	44
Figura 11 - Convenção de contiguidade	53
Figura 12 - Diagrama de dispersão de Moran	55
Figura 13 - Distribuição da pobreza no Brasil - 2000.....	57
Figura 14 - Distribuição da desigualdade no Brasil - 2000	59
Figura 15 - Distribuição espacial da pobreza e desigualdade - 2000.....	61
Figura 16 - Distribuição da pobreza no Brasil – 2010.....	65
Figura 17 - Comparação da distribuição da pobreza no Brasil – 2000 e 2010	66
Figura 18 - Distribuição da desigualdade no Brasil – 2010.....	68
Figura 19 - Distribuição espacial da pobreza e desigualdade no Brasil – 2010.....	69
Figura 20 - Distribuição da desigualdade no Brasil – 2000 e 2010	70
Figura 21 - Gráfico de dispersão de Moran – Pobreza e Desigualdade - 2000.....	72
Figura 22 - Mapa de Clusters – Pobreza e Desigualdade - 2000.....	73
Figura 23 - Gráfico de Dispersão de Moran Bivariado – Desigualdade ponderada pela pobreza - 2000.....	75
Figura 24 - Mapa de Clusters – Pobreza – 2000 e 2010	766
Figura 25 - Gráfico de dispersão de Moran – Pobreza – 2000 e 2010.....	77
Figura 26 - Mapa de Clusters – Desigualdade – 2000 e 2010	799
Figura 27 - Gráfico de Dispersão de Moran Bivariado – Desigualdade ponderada pela pobreza - 2010.....	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Coeficiente de Gini por região (1960 – 1990)	27
Tabela 3 - Indicadores macroeconômicos do Brasil (1961-1973)	32
Tabela 4 - Indicadores macroeconômicos do Brasil (1974-1986)	33
Tabela 5 - Imposto de Renda de Pessoa Física - OCDE e Brasil - 2020	47
Tabela 6 - Proporção populacional vivendo abaixo da linha da pobreza por Estados – 2000	58
Tabela 7 - Taxa de Alfabetização - População com 15 anos ou mais	62
Tabela 8 - Anos médios de estudo - População com 25 anos ou mais	62
Tabela 9 - Acesso ao ensino superior - 2010	63
Tabela 10 - Acesso a atenção básica de saúde e saneamento básico (em %) – 2010	63
Tabela 11 - Proporção populacional vivendo abaixo da linha da pobreza – 2010	67
Tabela 12 - I de Moran para pobreza e desigualdade nos anos de 2000 e 2010	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Modos de produção de Desigualdade Social	22
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	Alto-Alto
AB	Baixo-Baixo
AEDE	Análise Exploratória de Dados Espaciais
BA	Baixo-Alto
BB	Baixo-Baixo
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
IPi	Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF	Imposto de Renda sobre Pessoa Física
ISS	Imposto Sobre Serviços
MRG	Microrregião
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PBF	Programa Bolsa Família
PEA	População Economicamente Ativa
PIA	População em Idade Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
RM	Regiões Metropolitanas
RPC	Renda Per Capita
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	A POBREZA, A DESIGUALDADE, A AMÉRICA LATINA E A PERSPECTIVA BRASILEIRA	16
2.1	Uma perspectiva sobre o fenômeno	19
2.2	Pobreza e desigualdade na América Latina	25
2.3	Brasil: Perspectivas no século XX e XXI	28
2.3.1	O INÍCIO DO SÉCULO E A EXPANSÃO CAFEEIRA	28
2.3.2	ENTRE AS GUERRAS E A INDUSTRIALIZAÇÃO	29
2.3.3	A DITADURA MILITAR E O “MILAGRE ECONÔMICO”	30
2.3.4	A REDEMOCRATIZAÇÃO E O AVANÇO DO NEOLIBERALISMO	34
2.3.5	DE VOLTA AO PROGRESSISMO?	39
2.3.6	OS AVANÇOS, OS RETROCESSOS E O CENÁRIO ATUAL	43
3	ANÁLISE EXPLORATÓRIA DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA DESIGUALDADE E DA POBREZA NO BRASIL.....	50
3.1	Econometria espacial como instrumento analítico da pobreza e desigualdade	51
3.2	Procedimentos metodológicos da análise espacial	52
3.3	Análise espacial da pobreza e desigualdade no Brasil.....	56
3.4	Interpretação dos resultados espaciais: implicações territoriais da pobreza e da desigualdade	82
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	85

1 INTRODUÇÃO

A desigualdade social é um problema que vem ganhando cada vez mais espaço nas discussões acadêmicas e políticas contemporâneas, não por ser um tema novo, mas por sua complexidade e suas proporções. Por natureza, a desigualdade social é um problema extremamente complexo; além de nascer da interação social (o que lhe aporta complexidade), possui diversas facetas (econômica, educacional, de saúde, de gênero, de oportunidades, dentre outras). Assim, um conjunto extenso de variáveis afeta em maior ou menor grau essa condição. Portanto, para uma compreensão mais ampla desse fenômeno, é conveniente uma abordagem que permita uma análise em múltiplas esferas, considerando diferentes perspectivas, como sociologia, história e ciências sociais aplicadas, utilizando metodologias diversas para uma compreensão mais abrangente do objeto.

Desigualdade e pobreza são fenômenos complexos que constituem desafios persistentes em escala global, com especial gravidade no Brasil – um dos países mais desiguais da América Latina, considerada pelo Banco Mundial como a região mais desigual do mundo em termos de distribuição de renda. Esses fenômenos não apenas representam uma ameaça à sobrevivência e ao bem-estar das populações em situação de vulnerabilidade, mas também impõem obstáculos significativos ao desenvolvimento econômico sustentável do país.

A persistência da pobreza e da desigualdade na América Latina e, particularmente, no Brasil, constitui um dos principais desafios estruturais enfrentados pelas sociedades contemporâneas. Esses fenômenos não são recentes e nem isolados: resultam de processos históricos de dominação e exclusão, profundamente marcados pela lógica de concentração de renda, pela desigualdade de oportunidades e pela reprodução social de privilégios. No entanto, para além das abordagens históricas e socioeconômicas, há uma dimensão frequentemente negligenciada e, ao mesmo tempo, fundamental para a compreensão do problema: a sua distribuição territorial.

Dada a complexidade do tema e sua natureza interrelacional, este estudo baseia-se no método interdisciplinar. Segundo Morin (2001), tal método quebra com o paradigma disciplinar e sua fragmentação do saber, o que impediria a análise correlacional dos fenômenos complexos frutos da interação humana.

Daí a relevância, no mundo contemporâneo, de novas formas de produção de conhecimento que tomam como objeto fenômenos que se colocam entre fronteiras disciplinares, quando a complexidade do problema requer diálogo

entre e além das disciplinas. Diante disso, desafios teóricos e metodológicos colocam-se para diferentes campos da ciência e da tecnologia. (CAPES, 2009, p. 5).

Nesse contexto, essa dissertação foi estruturada a fim de se aprofundar no tema, sendo guiada pelo seguinte problema de pesquisa: **Existem padrões espaciais de dependência e concentração de pobreza e desigualdade no território brasileiro?**

Para isso, o objetivo geral deste trabalho consiste em compreender o a correlação espacial entre pobreza e desigualdade observadas nos municípios brasileiros nos anos de 2000 e 2010.

Especificamente, objetiva-se:

- I. Elaborar por meio de Análise Exploratória de Dados Espaciais o retrato da pobreza e desigualdade no país em dois momentos específicos: 2000, 2010;
- II. Verificar a existência de *clusters* ou *outliers* de pobreza e desigualdade nos municípios brasileiros;

Para realizar tal análise, o trabalho será dividido da seguinte forma:

1. Na Seção 2, será realizada uma breve revisão de literatura sobre a pobreza e a desigualdade na América Latina e no Brasil;
2. Na Seção 3, dedicada à Econometria Espacial, será empregada a Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE), com o objetivo de identificar a existência de *clusters* e *outliers* de pobreza e desigualdade nos municípios brasileiros em 2000 e 2010;
3. Por fim, na Seção 4 será apresentada as conclusões do estudo.

Essa estrutura permite uma análise aprofundada e multifacetada da influência do território sobre a pobreza e a desigualdade. A combinação de abordagens teóricas e empíricas fornecerá uma compreensão abrangente dos impactos observados no Brasil durante o período em estudo, contribuindo com subsídios aplicáveis à formulação de políticas mais eficazes no combate a esses problemas sociais persistentes.

Mas para início de discussão, é necessário introduzir o fenômeno e delimitar como ele será entendido e abordado nesta dissertação.

2 A POBREZA, A DESIGUALDADE, A AMÉRICA LATINA E A PERSPECTIVA BRASILEIRA

Em sua obra, Piketty (2014) destaca que a desigualdade é um tema antigo, já presente nos séculos XVIII e XIX, mas que nas últimas décadas tem despertado novas atenções, sobretudo no campo econômico. Mais que uma preocupação sociológica, grande parte das discussões recentes enfoca o aspecto de desigualdade como uma restrição ao desenvolvimento econômico, enfatizando pobreza e desigualdade como restrições ao crescimento; elas impactam diretamente a economia, reduzindo a demanda, afetando a produtividade e, consequentemente, comprometendo o processo de desenvolvimento econômico (Atkinson, 2016).

De fato, o crescimento da desigualdade está intrinsicamente ligado ao nascimento do Estado moderno e à colonização da América. Em sua obra, Dussel (1993) aponta que o crescimento dos estados nacionais e o início da economia moderna se deu num ponto de ruptura da sociedade feudal. A ascensão produtiva e comercial europeia mudou a forma do homem se relacionar com o campo¹ e em sociedade. A economia deixava de ser agrária e de subsistência e passava a ser mercantil, bem como a política deixa de ser fragmentada e fica concentrada nas mãos do Estado, grande, forte e mercantil². Foi nesse contexto que se deu a colonização da América (Le Goff, 1992; Coggiola, 2011).

A colonização do continente americano foi preponderante para a revolução mercantil e o aumento de poder dos Estados europeus. As novas colônias de exploração forneceram recursos suficientes para que as metrópoles fortalecessem sua economia e se tornassem hegemônicas. De acordo com Wallerstein (1974) “a Europa se expandiu nas Américas”, possibilitando um cenário inimaginável, onde se investia além de suas poupanças, valendo-se da circulação das mercadorias retiradas da colônia por meio de suas práticas colonialistas³.

Este ciclo marca para Dussel (1993) o início da “modernidade”, trazendo a imposição sistemática do europeu sobre os povos colonizados, apagando as raízes, a história e a cultura

¹ A criação de excedentes no campo e a abertura de rotas comerciais deu espaço para surgir uma nova classe social: os burgueses. Munidos de capital, eles apoiaram a ascensão da monarquia, que unificou territórios e os regulou a partir de um Estado racional, atendendo em grande parte aos interesses burgueses (Voltaire, 1963; Hobbes, 2011).

² As principais características da economia mercantilista foram atuação intervencionista do Estado em busca de uma balança comercial favorável, acúmulo de metais preciosos (metalismo) e protecionismo econômico (Miceli, 2008).

³ As políticas colonialistas visavam o controle político e econômico do território colonizado, primando pelo máximo retorno econômico para a coroa a partir de uma agressiva exploração dos recursos disponíveis (Kohn e Reddy, 2017).

das antigas civilizações originárias e tornando a perspectiva europeia um molde para a formação da nova cultura, política e economia latino-americana (Dussel, 1993; Simonsen, 2005).

A marca do mundo moderno é a imaginação dos seus beneficiários e a contra afirmação dos oprimidos. A exploração e a recusa em aceitar a exploração como inevitável ou justa constituem a perene antinomia da era moderna, unidas numa dialética que está longe de alcançar seu máximo no século XX (Wallerstein, 1974a, p. 346).

A modernidade também trouxe consigo um rearranjo nas estruturas produtivas e comerciais, enriquecendo as monarquias europeias e uma elite econômica instaurada pela coroa no território colonial, a partir da exploração de mão-de-obra, majoritariamente escrava, africana e indígena. Essa estrutura também foi utilizada na estratificação social, que passou a colocar o europeu (detentor do poder e conhecimento) no topo da pirâmide, e subjugou os demais a partir de um viés racista, que enxergava os negros e índios apenas como força de trabalho, privados dos direitos existenciais mais básicos e vivendo em condições extremamente marginalizadas.

A exploração e apropriação dos recursos da América, especialmente o ouro, financiou a expansão manufatureira e tecnológica europeia, especialmente da Inglaterra, que conseguiu desenvolver seu setor industrial a ponto de alcançar uma posição manufatureira dominante, dando condições para a Revolução Industrial, movimento que consolidou o capitalismo como sistema econômico hegemônico (Cunningham, 1921).

É importante denotar que, como produto do processo político e econômico dessa época, a desigualdade social alcançou níveis nunca antes vistos, pois todo o processo produtivo baseava-se nela. A pequena elite enriqueceu sob o suor do trabalho escravo nas Américas, enquanto na Inglaterra, já numa organização econômica capitalista, os donos dos meios de produção enriqueceram pela apropriação da mais-valia da grande massa proletária pobre (Marx, 1996).

Outro fator importante de ser observado é o emparelhamento entre as elites econômica e a política. Na América do Sul essa elite ampliou ainda mais a sua influência ao atuar na independência das colônias sul-americanas. O poder dessa minoria era tamanho que muitas vezes fez valer seu interesse em detrimento do restante da população e mesmo do próprio Estado, como no caso das políticas econômicas adotadas no Brasil durante o Ciclo do Café⁴. O

⁴ No início do século XX, o Brasil liderava a produção mundial de café. Com a queda nos preços causada por tensões na Europa, a elite cafeeira pressionou o governo a comprar parte da produção, formando estoques. Em vez de reduzir a produção, continuaram a aumentá-la, pois o governo sustentava os preços. Para manter os lucros dos grandes proprietários, o governo fez empréstimos no exterior e desvalorizou a moeda, enquanto a população sofria com a inflação. Esse processo durou até 1932, quando a recessão mundial impediu o Brasil de obter mais crédito externo (Furtado, 2005).

Estado e a população ficavam mais pobres, enquanto as elites tornavam-se cada vez mais ricas (Furtado, 2005; Simonsen, 2005).

Embora esse processo não tenha se originado no período colonial, foi nesse contexto que se intensificou significativamente. Muito disso pode ser explicado a partir da ótica das elites e na relação entre capital e trabalho (Therborn, 2010; Seeking, 2018). A ascensão burguesa do final da Idade Média teve influência direta na consolidação da economia mercantil e do Estado moderno. Posteriormente, já com certa influência política junto ao Estado, a classe burguesa, detentora dos meios produtivos, foi a maior beneficiada com a transição entre mercantilismo e capitalismo, não só pelo acúmulo de capital por conta da organização produtiva, mas também pelo seu fortalecimento político (Hunt; Sherman, 1986).

Nos séculos XIX e XX, outro fator impactou ainda mais a organização política e social mundial: a transição entre Monarquia e República em vários países. Graças à pressão das classes financeiramente dominantes, a figura do monarca começou a ceder espaço para o Parlamentarismo, e, com isso, o poder do Estado não estava mais concentrado nas vontades de uma única figura, pois passou a estar concentrado em uma estrutura parlamentar representativa (Selinger, 2019).

Essa mudança política propiciou um cenário adequado para que a elite econômica ascendesse, transformando essa hegemonia econômica também em uma hegemonia política, ocupando postos chave no sistema burocrático do Estado. Isso lhes outorgou a possibilidade de direcionar as políticas, principalmente as econômicas, da forma que melhor lhes convinha (Seeking, 2018; Cavalcante, 2020), e, ao que parece, esse *modus-operandi* perpetuou a distribuição assimétrica de recursos ao longo do tempo (Tilly, 1998).

Stiglitz (2013) e Piketty (2014) afirmam que desigualdade social é um problema de natureza política e resultante da atuação estatal. Tal afirmação pode ser observada em toda a formação econômica e social do Brasil. Autores como Prado Júnior (1963), Furtado (1959), Simonsen (2005), Coggiola (2011) fazem uma ligação entre a colonização da América e o avanço da desigualdade, muito por conta da afirmação dos modelos mercantilistas e capitalistas, que fomentaram a acumulação desenfreada de capital.

Embora antiga, essa discussão permanece atual e intrínseca à formação econômica latino-americana. Já em meados de 1800, tratava-se de temas pertinentes ainda hoje. Joaquim Nabuco, abolicionista, político e escritor brasileiro, bem como seus contemporâneos, já tratavam sobre a necessidade de realocação de recursos e taxas para a criação de um ambiente mais propício ao desenvolvimento humano e econômico, pregando contra os benefícios

demasiados à monarquia e latifundiários da época e se posicionando a favor de políticas públicas que prezassem pelo desenvolvimento da sociedade como um todo (Nabuco, 2011).

Nabuco e seus contemporâneos discutiam já no século XIX o que Stiglitz (2013) e Piketty (2014) apontam em seus estudos. Ainda, suas ideias convergem em diversos pontos, uma vez os três autores consideram as ações do governo, por meio de políticas públicas, como a única forma de reduzir ou acabar com o problema da desigualdade social (Piketty, 2014).

No caso do Brasil, como em toda a América Latina, a pobreza e a desigualdade permeiam sua sociedade desde o início da colonização europeia. Em certos momentos até foram notados avanços no combate a esses problemas sociais; contudo, o movimento cíclico da economia e política do país sempre reaquece o problema. Alguns autores⁵ afirmam que muito disso se deve à estrutura produtiva do país que se mantém praticamente a mesma desde sua formação.

Diante desse panorama, esta seção se dedica a aprofundar a análise sobre a pobreza e a desigualdade, situando tais fenômenos no contexto latino-americano e, mais especificamente, na realidade brasileira, a partir de uma perspectiva histórica e interdisciplinar.

2.1 Uma perspectiva sobre o fenômeno

Segundo Weber (1991) pobreza e desigualdade são frutos da relação de pessoas dentro de uma sociedade, ou seja, das relações sociais. A sociedade em si surge a partir da existência de um comportamento reciprocamente referido entre as pessoas, e com a sociedade, surgem também as relações de poder⁶.

É nesse cenário de relação de poder que se estabelecem as classes sociais. De acordo com Grusky e Kanbur (2006) “classe social” pode ser entendida como uma dimensão na estruturação da desigualdade, um indicador que sintetiza vários vetores de desigualdade. As classes por sua vez são criadas a partir da dominação de uma pessoa, ou um grupo, sobre outro. A dominação é “a probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas (ou todas) dentro de determinado grupo de pessoas” (Weber, 2009, p.3) e se dá a partir da imposição da própria vontade dentro de uma relação social.

Weber define ao menos duas dimensões como definidoras da posição social em sua teoria social: A estrutura, relacionada ao fator produtivo; e à família, relacionada ao status e ao

⁵ Eichengreen, 2002; Furtado, 2005; Simonsen, 2007; Bresser-Pereira, 2010.

⁶ De acordo com Weber (2009, p.33) "poder significa toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade".

meio de nascimento do cidadão. Portanto, parte da divisão desigual dos recursos sociais é devida às relações sociais de trabalho, o que chamou de “desigualdade de classe”, enquanto a outra parte é devida às desigualdades históricas entre as diferentes famílias, o que chamou de “desigualdade de status”. Ambas estão correlacionadas à definição de poder, que para Weber, de maneira genérica, está intrinsecamente relacionada ao dinheiro.

Portanto, a classe social depende do acesso a combinações de bens socialmente desejáveis (rendimentos, status, vínculo com o mercado de trabalho, estabilidade no emprego).

Com base nesse pensamento, Weber (1998) propõe em sua teoria que as pessoas tendem a se organizar em grupos sociais de status e estilo de vida semelhantes, tendendo a excluir pessoas que não se encaixem nos mesmos padrões. Isso pode ajudar a compreender a forma como cidadãos negros serem desfavorecidos socialmente em composições sociais majoritariamente brancas, conforme abordado por Knop⁷.

(...) não há razão lógica para que cidadãos negros sejam socialmente desfavorecidos em sociedades predominantemente brancas, mas é isso que acontece. Isso porque, onde as diferenças são socialmente reconhecidas, elas tendem a formar uma base para a desigualdade. Dessa forma, quanto mais probabilidade de interagirem socialmente, gerando, consequentemente, diferenciações sociais (Knop, 2020, p. 27-28).

Em uma análise marginalista⁸ sobre a segmentação social, Weber (1982) denota que a condição de vida dos indivíduos é definida pelo mercado, dependendo dos recursos que cada indivíduo trará para este mesmo meio, pois, para ele “O fator que cria classe é o interesse econômico” (Weber, 1982, p.44). Portanto, o mercado favorece quem tem acesso a recursos financeiros e intelectuais em detrimento de quem não tem nada.

Pode-se dizer que a segmentação social se torna, portanto, um mecanismo de exclusão, impedindo esses grupos, já à margem da sociedade, tenham acesso a bens e serviços, e dado o caráter relacional da desigualdade, isso retroalimenta o processo (Tilly, 1998; Therborn, 2013). Tilly denomina esse processo de exclusão como “efeito discricionário”⁹ da desigualdade. Para entender esse efeito, podemos partir de uma análise de Amartya Sen, que em uma de suas obras

⁷ Esse comportamento, juntamente com o caráter estruturalista da diferenciação social, é muito útil para explicar, por exemplo, o fato de negros e índios e índios serem encontrados majoritariamente nos extratos de renda mais baixos na sociedade latino-americana, demonstrando um padrão cíclico que vem sendo reforçado desde a colonização do continente.

⁸ O marginalismo é uma corrente econômica que baseia suas análises na utilidade marginal dos bens, sendo utilidade a propriedade de determinados bens e serviços de satisfazer a necessidade e desejos do consumidor (Denis, 1974).

⁹ Efeito sem limite, que se replica, reverbera (Tilly, 1998).

tece sua analogia sobre o impacto da pobreza sobre a própria pobreza, afirmando que “a privação de renda pode resultar em privação de capacidades¹⁰” (Sen, 2000, p.111), e a privação dessas capacidades inviabilizará, ou ao menos dificultará de forma considerável o acesso à renda novamente.

Assim como Weber, Therborn (2010) também tem uma visão estruturalista em relação aos tipos e as causas da desigualdade social e pobreza. Segundo o autor “desigualdades são diferenças hierárquicas, evitáveis e moralmente injustificadas” (Therborn, 2010, p.46). A partir disso, o autor divide as desigualdades em três categorias, todas destrutivas para a vida humana e social:

- I. Desigualdade vital: Este tipo de desigualdade pode ser observado por meio de indicadores de expectativa de vida e taxa de sobrevivência; normalmente pessoas mais financeiramente abastadas e que moram em locais mais ricos têm maior expectativa de vida que os demais;
- II. Desigualdade existencial: É a desigualdade que restringe a liberdade de ação de uma categoria de pessoas; está fortemente vinculada a discriminação de grupos étnicos, raciais, de gênero e sociais; pode apresentar caráter de discriminação ostensiva e/ou velada, intrínseco em estruturas sociais e hierárquicas;
- III. Desigualdade material: Relacionado ao acesso a recursos financeiros, acesso à educação, saúde, lazer e etc; está fortemente vinculado à distribuição de renda.

É importante salientar que esses tipos de desigualdade interagem entre si, em maior ou em menor grau. Com o aumento do acesso a recursos financeiros, tende-se a reduzir a desigualdade vital. Portanto, o acesso à renda é fundamental para mitigar o problema (THERBORN, 2010).

Outro aspecto relevante a ser considerado é entender o que de fato provoca a desigualdade. Neste caso, ambos os autores, Therborn e Tilly, outra referência no campo de estudos da desigualdade social, citam quatro formas básicas de produção de desigualdade.

¹⁰ Educação, conhecimento técnico, conhecimento empírico, tempo, etc.

Quadro 1 – Modos de produção de Desigualdade Social

Therborn	Tilly
Distanciamento: Algumas pessoas estão correndo na frente, enquanto outras ficando para trás	Exploração: Grupos que controlam os recursos se beneficiam a partir da exploração produtiva de outros grupos
Exclusão: Barreiras são erguidas impedindo, ou tornando mais difícil, o progresso de certos grupos	Acumulação de oportunidades: Ocorre a partir da monopolização de recursos por grupos específicos
Hierarquia: As organizações funcionam como escada, com algumas pessoas em cima e grupos em baixo	Emulação: Reprodução de modelos produtivos que geram desigualdade visando a acumulação máxima de recursos
Exploração: A riqueza dos mais ricos derivam do trabalho árduo e subjugado dos mais desfavorecidos	Adaptação: Adaptação de modelos produtivos que geram desigualdade visando a acumulação máxima de recursos de acordo com o local em que se instala (Ex. Procurar brechas na legislação para cometer fraudes fiscais)

Fonte: O autor, adaptado de Tilly (1998) e Therborn (2010).

Os dois autores têm posições muito semelhantes acerca da desigualdade, suas causas e implicações na sociedade. Ambos fazem uma análise relacional entre diferentes tipos de desigualdade e apontam que esse problema é, de fato, estrutural (devendo ser compreendido a partir de uma abordagem estruturalista), se tratando de um comportamento normatizado, normalizado e repetido ao longo do tempo pelas mais diversas instituições (Tilly, 1998; Therborn, 2010).

Também adepto ao entendimento estruturalista do problema, Kerbo (2003) defende que essa estrutura social que replica a desigualdade cria um cenário de diferenciação social¹¹ que alimenta um círculo vicioso de mais desigualdade social, de forma persistente. Ainda, de acordo com Kerbo, essa diferenciação leva a um processo de hierarquização social que vai sendo institucionalizada, e, por conta disso, passa a ser vista como algo normal pelos membros dessa sociedade (Knop, 2020).

Outro ponto importante é a correlação entre pobreza e desigualdade. O assunto é amplamente estudado dentro das ciências econômicas e há certo consenso na literatura de que o crescimento econômico contribui para a redução da pobreza. Contudo, esse efeito está condicionado à desigualdade de renda, que desempenha papel fundamental nesse processo (Taques, 2011). A redução da pobreza em um cenário de crescimento econômico está diretamente ligada à distribuição dessa renda adicional, uma vez que níveis elevados de

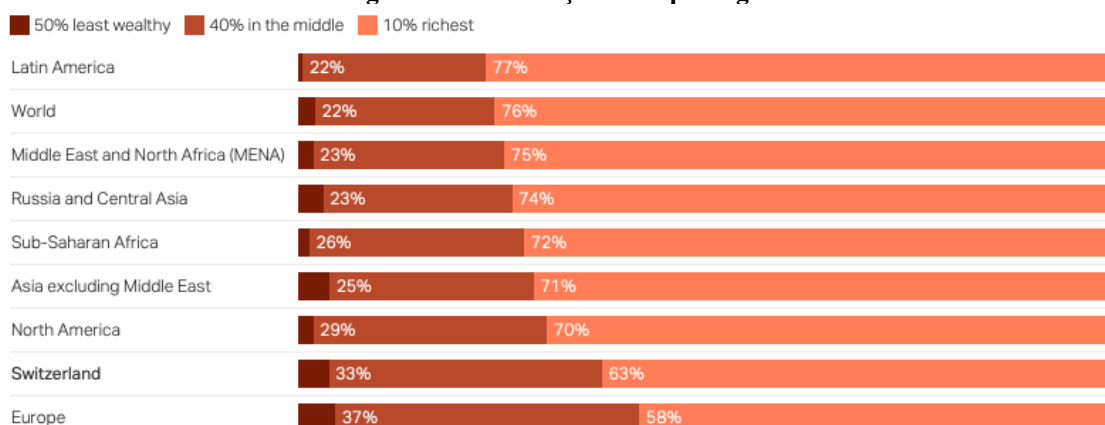
¹¹ A diferenciação social na teoria de Kerbo é um dos fatores que resulta em estratificação social e se equipara ao conceito de desigualdade existencial apresentado por Therborn. Ela implica que certos grupos terão um reconhecimento menor dentro da sociedade devido suas características étnicas, raciais, de gênero e sociais (Kerbo, 2003; Therborn, 2010).

desigualdade podem reduzir ou até anular esse efeito da redução da pobreza, caso a renda adicional fique concentrada somente nos estratos superiores de renda. Portanto, pode haver um grau elevado de pobreza em países relativamente ricos em comparação com suas regiões (como o Chile, para a América do Sul, Hong Kong para a Ásia, ou o Catar para o Oriente Médio). De forma semelhante, os Estados Unidos – um dos países mais ricos do mundo – também apresentam altos níveis de desigualdade de renda. Portanto, uma sociedade em condição de extrema pobreza pode apresentar baixíssimos níveis de desigualdade, desde que toda sua população esteja igualmente empobrecida (Therborn, 2010).

A recíproca, portanto, é verdadeira. Vários estudos observaram que uma sociedade com menores graus de desigualdade tende a potencializar a diminuição da pobreza em um cenário de crescimento econômico (Kakwani; Pernía, 2000; Sen, 2000; Kimineyi, 2006). Isso ocorre porque o crescimento econômico afeta diretamente o aumento da quantidade e qualidade dos empregos disponíveis, bem como tende a aumentar a margem salarial dos trabalhadores, impactando diretamente o aumento do consumo geral no mercado (Cepal, 2016).

Outra constatação interessante sobre o caráter prejudicial da desigualdade em todos os âmbitos sociais é que, além de afetar o combate à pobreza em um cenário de crescimento econômico, a desigualdade tende a restringir o próprio crescimento econômico devido à baixa renda e ao baixo consumo de alguns estratos sociais (Banerjee; Duflo, 2003; Kageyama; Hoffmann, 2006).

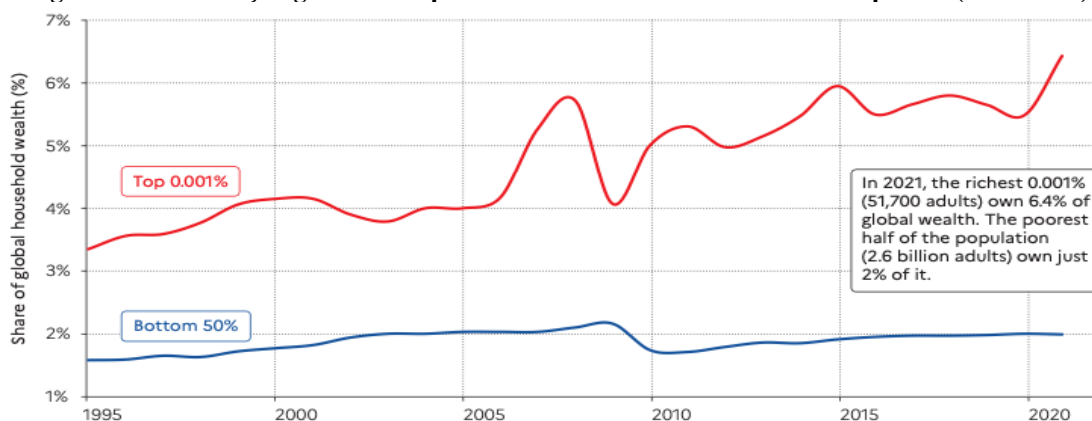
Figura 1 - Distribuição da riqueza global



Fonte: World Inequality Database, 2021.

A Figura 1 demonstra o desbalanceamento do acúmulo da riqueza global¹², que é preocupante em todas as regiões, mas se mostra particularmente acentuado nas regiões mais pobres. A situação mais preocupante é a da América Latina, onde a metade mais pobre da população detém apenas 0,5% de toda a riqueza; nessa região, os 10% mais ricos concentram 77% da renda. Outro fator preocupante é que essa acumulação desigual de riqueza demonstra tendência crescente ao longo das últimas décadas. Outro fator preocupante é que essa concentração de riqueza se reproduz de forma similar em outras regiões, especialmente na África Subsaariana, Ásia e países do Oriente Médio. Esse padrão de desigualdade global evidencia a urgência de políticas redistributivas e reforça a importância de se compreender a pobreza e a desigualdade para além da média de crescimento econômico.

Figura 2 - Distribuição global da riqueza – 0.001% mais rico vs 50% mais pobres (1995-2020)



Fonte: World Inequality Report, 2022, p. 92

Por sua vez, a Figura 2 expõe o acúmulo de riqueza de dois estratos distintos da população no período entre 1995 e 2020, o estrato mais alto da riqueza mundial (0,001% da população de maior riqueza, cerca de 51.700 adultos) apresentou um aumento de 82,85% em sua participação na riqueza mundial, passando a deter cerca de 6,4% dos ativos. Por outro lado, verifica-se uma estagnação da metade mais pobre (cerca de 2,6 bilhões de adultos), que permanece detentora de cerca de 2% de toda a riqueza mundial, mantendo resultados quase idênticos aos verificados em 2003 (World Inequality Report, 2022).

Portanto, o mundo enfrenta uma situação preocupante de acumulação de riqueza e renda, que vem se acentuando de forma acelerada. Nesse contexto, a situação da América Latina é ainda mais alarmante, pois é a região com a maior concentração de riqueza em todo o planeta,

¹² A riqueza líquida das famílias é calculada a partir da soma dos ativos financeiro (Participação acionária em empresas e títulos de dívida, privados ou públicos) e não financeiros (Casas, terrenos) descontada a dívida da família (World Inequality Report, 2022, p.92).

fruto de um processo de hierarquização social que gera pobreza e desigualdade e que se replica no continente desde sua colonização.

2.2 Pobreza e desigualdade na América Latina

O fenômeno da desigualdade não nasceu na América Latina. Trata-se de algo muito mais antigo, intrinsecamente ligado às relações de poder nas relações humanas (Weber, 1982). No entanto, a colonização da América normatizou e acelerou esse processo (Dussel, 1993; Coggiola, 2011).

É a América Latina, a região das veias abertas. Desde o descobrimento até nossos dias, tudo se transformou em capital europeu, ou, mais tarde, norte-americano, e como tal tem-se acumulado e se acumula até hoje nos distantes centros de poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas, ricas em mineiras, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar têm sido sucessivamente determinados, de fora, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo (Galeano, 2000, p. 5).

O modelo de exploração colonialista¹³ serviu de alicerce para a formação identitária da América Latina moderna, apresentando desde o princípio dois grupos sociais extremamente distintos entre si: O europeu, superior, poderoso, dominante¹⁴, detentor do saber¹⁵ e civilizado¹⁶; e o “resto”¹⁷. Essa identidade também refletia também o papel dos dois continentes no mercado pré-capitalista.

Para Weber (1991), a desigualdade nasce a partir das relações de poder dentro da sociedade, e a colonização do continente americano é um reflexo direto dessa tese. As colônias latinas foram essenciais para a expansão da atividade capitalista internacional, servindo aos interesses do mercado como uma reserva de matérias-primas, e não como um agente desse mesmo mercado (Wallerstein, 1974; Soares, 1976; Coggiola, 2011). Isso foi extremamente prejudicial para as colônias no longo prazo, dado que não houve desenvolvimento do setor

¹³ As políticas colonialistas buscavam o controle político e econômico do território, priorizando o máximo retorno para a coroa por meio da exploração agressiva dos recursos e do uso de mão de obra escrava através da ocupação violenta (Kohn e Reddy, 2017).

¹⁴ O avanço europeu na América Latina foi caracterizado pelo massacre dos povos nativos e pela apropriação de terras e recursos. Incas, Astecas, Maias, Chibchas, Caribes e Tainos foram rapidamente submetidos à conquista e exploração, frequentemente de forma violenta (Coggiola, 2011; Maia; Farias, 2020).

¹⁵ A história da América Latina na modernidade foi moldada pela colonização, que destruiu as culturas dos povos originários e impôs uma nova identidade baseada em racismo e dominação; o conhecimento das antigas civilizações americanas foi apagado e substituído pelo "saber" europeu (Quijano, 2005).

¹⁶ Na obra “A conquista da América” (1982), Tzvetan Todorov traz alguns relatos e cartas da época que mostram que os povos autóctones eram vistos como animais pelos exploradores europeus.

¹⁷ Os povos nativos foram escravizados e marginalizados; generalizados como “índios”, eram vistos apenas como força de trabalho pelos exploradores; mais tarde, foram substituídos pelos escravos trazidos da África.

produtivo e manufatureiro interno, como ocorreu nos países europeus que se tornaram potências econômicas a partir do século XX, criando uma relação de dependência do mercado europeu (Wallerstein, 1974).

No âmbito social, foi criada uma elite econômica, já detentora de capital e status junto às monarquias, instaurada inicialmente com o objetivo de explorar as colônias e atender os interesses das coroas ibéricas. Para a manutenção dessa elite econômica e política, na base da pirâmide havia uma grande massa trabalhadora marginalizada, pobre e sem os direitos básicos, servindo de degrau para a escalada dos grandes senhores de terra (Simonsen, 2005; Furtado, 2005).

Ao longo do tempo essa elite acumulou tanto poder econômico e político, que passou a questionar os interesses da coroa, tendo participação fundamental nas independências dos países latino-americanos no século XIX (Wehling, 1994; Boxer, 2000; Simonsen, 2005). Já em um sistema econômico capitalista, essa ascensão colocou a elite em posição privilegiada para definir os rumos e interesses políticos e econômicos dos novos países. A organização política passou a trabalhar em favor do capital.

Wallerstein (1974, p. 338) destaca que o capitalismo em si “baseia-se na constante absorção das perdas econômicas pelas entidades políticas, enquanto os ganhos econômicos se distribuem nas mãos privadas¹⁸”. Isso é facilmente verificável dentro da formação econômica latino-americana.

Ao analisarmos a base econômica, desde sua colonização, a economia do continente tem sido primário-exportadora¹⁹, e sempre se baseou nos produtos agropecuários e minerais. Além disso, mantendo as características do período colonial, a maior parte dessa produção agropecuária advém de latifúndios monocultores e visa abastecer o mercado externo (CEPAL, 2018). Portanto, é possível verificar que o setor produtivo conserva as mesmas características de cinco séculos atrás.

Outro ponto característico que se mantém nos dias de hoje é a relação centro-periferia (Gaitan, 2014), a qual gera uma dependência latino-americana do mercado externo. A América Latina não só depende da demanda externa para exportar produtos primários, com baixo emprego de tecnologia em sua produção e, conseqüentemente, menor valor agregado, como também se coloca na posição de consumidora de produtos de maior complexidade tecnológica, provenientes desses outros mercados (Prebisch, 1949; Wallerstein, 1974), reproduzindo a

¹⁸ Em "O Capital no Século XXI" (2014), Piketty destaca que o fortalecimento do mercado de capitais e o enfraquecimento do Estado foram fatores centrais na concentração de riqueza.

¹⁹ Economia voltada para a exportação de *commodities*.

mesma dinâmica ocorrida no período colonial, quando não havia produção manufatureira por aqui.

Segundo Furtado (2005), essa dinâmica econômica centro-periferia, voltada para atender às necessidades dos países do centro, cria um cenário de ressonância de crises econômicas e problemas internacionais na América Latina. Como a demanda vem de fora, qualquer flutuação no mercado internacional (ou nacional, nos casos de grandes economias que importam os produtos latino-americanos) tende a impactar a balança comercial latino-americana, colocando a região em uma condição de vulnerabilidade (Salama, 2016).

Com isso, é seguro afirmar que a América Latina sempre foi uma região “com dilemas claros para alavancar seu crescimento, tais como dificuldade de acesso ao conhecimento e tecnologias” (Feijó, 2002, p. 57), muito por conta do interesse em manter esse *status quo* produtivo que beneficia a elite exportadora, e, conseqüentemente, perpetua historicamente a pobreza e a desigualdade.

Numa análise mais contemporânea, o século XX marcou, para a América Latina e para o mundo, um período permeado por avanços e retrocessos no combate à desigualdade e pobreza, particularmente devido à correlação entre esses problemas e as políticas socioeconômicas implementadas. Todos os países da região apresentam acentuadas disparidades entre seus cidadãos em termos de renda, consumo e acesso a direitos básicos, como educação e saúde. Além disso, essas características têm perdurado ao longo do tempo (Gasperini; Lustig, 2011).

Tabela 1 - Coeficiente de Gini por região (1960 – 1990)

Países	1960s	1970s	1980s	1990s
Europa Oriental	25.1	24.6	25.0	28.9
Sul Asiático	36.2	33.9	35.0	31.9
OCDE e países desenvolvidos	35.0	34.8	33.2	33.7
Oriente Médio e Norte da África	41.4	41.9	40.5	38.0
Ásia Oriental e Pacífico	37.4	39.9	38.7	38.1
África Subsaariana	49.9	48.2	43.5	46.9
América Latina	53.2	49.1	49.7	49.3

Fonte: Morley (2001).

A Tabela 1 demonstra o Coeficiente de Gini, por década entre os anos de 1960 e 1990, indicador que mede a desigualdade de renda. Os dados revelam que a América Latina foi, durante esse período, a região mais desigual do planeta. Em grande parte dessas décadas, sua distribuição de renda foi duas vezes mais desigual que a da Europa e 46% superior à dos países da OCDE. Enquanto esses países apresentaram uma tendência de redução da desigualdade entre

os anos de 1970 e 1990, a América Latina permaneceu praticamente estagnada, com leve aumento nos índices ao longo do período.

O fato é que os dados do período revelam um cenário preocupante para o continente. De acordo com dados da CEPAL (2021), o número de pessoas pobres na América Latina saltou de 136 milhões em 1980 para 180 milhões em 2010. Além disso, demonstrando os impactos do período colonial até os dias atuais, a taxa de pobreza²⁰ dos indígenas e negros é praticamente o dobro da observada entre os demais grupos populacionais. Quando considerada a situação de extrema pobreza, esse quadro se agrava ainda mais, com indígenas e negros representando o triplo das demais populações (CEPAL, 2018). E nesse sentido, nutrido pelas mesmas raízes coloniais, o Brasil seguiu as mesmas tendências.

2.3 Brasil: Perspectivas no século XX e XXI

2.3.1 O início do século e a expansão cafeeira

O século XIX marcou para o Brasil um período de diversas mudanças sociais, políticas e econômicas²¹. Do ponto de vista econômico, o final do século XIX foi marcado pelo avanço da cultura cafeeira pelo país. Com a crescente demanda do mercado externo pelo produto e a grande quantidade de terras disponíveis no Brasil, o país viu um crescimento exponencial e uma produção extensiva do café.

No início do século XX, o Brasil se tornou o maior produtor mundial de café. Porém, a queda nos preços, devido às tensões na Europa, reduziu a rentabilidade do negócio. A elite cafeeira então pressionou os governos estaduais²² a adotar políticas para manter a lucratividade dos grandes latifundiários. Em 1906, foi implementada uma política de compra governamental de parte da produção para formar estoques. Sem controle produtivo, a produção continuou a crescer, pois o governo assegurava os preços e os lucros. Pressionado pelos latifundiários, o governo fez empréstimos no exterior e desvalorizou a moeda para manter os lucros dos grandes proprietários, um movimento que durou até 1932, quando, após a recessão mundial, o Brasil não conseguia mais crédito externo (Furtado, 2005).

²⁰ Considera-se pobreza o nível de renda insuficiente para arcar com os gastos básicos.

²¹ A independência do país ocorreu em 1822; em 1888 ocorreu a abolição da escravidão; e em 1889 ocorreu a Proclamação da República.

²² O governo era composto, majoritariamente, pela mesma elite latifundiária, num período que ficou conhecido como Política Café com Leite (República Velha).

Enquanto isso, o restante da população via seu poder de compra se deteriorar, devido à inflação provocada pelas próprias políticas governamentais, num processo que acarretou grande descontentamento social e agravou a concentração de renda.

Os indicadores sociais da época refletiam esse cenário. Numa sociedade que recém havia abolido a escravidão, sem que medidas fossem adotadas para a inclusão social dessa população, relatos da época mostravam a gravidade da situação.

Por elas vivem mendigos, os autênticos, quando não se vão instalar pelas hospedarias da rua da Misericórdia, capoeiras, malandros, vagabundos de toda sorte: mulheres sem arrimo de parentes, velhos que já não podem mais trabalhar, crianças, enjeitados em meio a gente válida, porém o que é pior, sem ajuda de trabalho, verdadeiros desprezados da sorte, esquecidos de Deus...(...) No morro, os sem trabalho surgem a cada canto. (Edmundo, 1938, p. 43)

De acordo com os anuários estatísticos disponíveis no acervo do IBGE, no ano de 1900 a população brasileira girava em torno de 17 milhões de habitantes, dos quais 13 milhões eram analfabetos, ou seja, mais de 76% da população. Essa tendência se manteve nas décadas seguintes. Em 1920, por exemplo, dos 30 milhões de brasileiros, 23 milhões permaneciam no analfabetismo.

A população negra, como pontuado anteriormente, era a mais afetada, em razão de sua marginalização na sociedade. Enquanto em 1920 a expectativa de vida média da população brasileira era de 34,5 anos, estima-se que a população negra vivia de 7 a 8 anos menos que a branca, reflexo direto das desigualdades estruturais presentes na sociedade (Maringoni, 2011).

2.3.2 Entre as Guerras e a Industrialização

A partir dos anos 1930 o Brasil passou por um avanço em sua atividade industrial, impulsionado principalmente pela entrada de capital norte-americano. Esse novo arranjo produtivo deveu-se em grande parte à gestão de Getúlio Vargas, cujas políticas de intervenção estatal criaram um superávit econômico e aqueceram o mercado interno, principalmente pelo desestímulo às importações por meio do aumento de tarifas (Simonsen, 2005).

A indústria e o Estado saíram fortalecidos durante o Governo Vargas, enquanto o coronelismo perdeu espaço. O arranjo comercial, antes voltado para o usufruto dos grandes senhores de terra, deu lugar à indústria nacional, que elevou os salários e trouxe a população do campo para os centros urbanos (Furtado, 2005).

Outra prioridade de Vargas era o desenvolvimento dos direitos básicos dos brasileiros, como educação e saúde, e sua ascensão ao poder foi acompanhada da criação do Ministério da

Educação e Saúde Pública, pasta que coordenou o avanço da cobertura do sistema de saúde aos trabalhadores da área urbana e, principalmente, encabeçou as reformas responsáveis pela expansão dos sistemas escolares pelo país (Dávila, 2005).

De acordo com Cano (2000), os períodos que precederam e sucederam a Segunda Guerra Mundial não trouxeram grandes mudanças na estrutura política e econômica brasileira, mas demarcaram um período de bom crescimento do PIB²³, avanços no mercado de trabalho²⁴ e a expansão urbana do país²⁵. O autor destaca o segundo governo de Vargas e posteriormente o de Juscelino Kubitschek, ambos com um viés nacional-desenvolvimentista, caracterizado por grandes investimentos em infraestrutura e maior intervenção estatal na economia.

Apesar do crescimento do PIB no período e das reformas que expandiram o acesso de saúde e educação para a população, os indicadores sociais brasileiros evoluíram de maneira preocupante. No final dos anos 1950 os salários estavam estagnados em um patamar semelhante aos da década anterior. Além disso, a distribuição dessa renda era extremamente desigual: os 20% mais pobres da população detinham 3,9% de toda renda, enquanto o 1% mais rico se apropriava de 11,9% do total. O acesso à educação, apesar de ter melhorado, ainda era limitado. A média de anos de estudo da população era baixa e quase metade da população permanecia analfabeta²⁶ (Cano, 2001).

2.3.3 *A Ditadura Militar e o “Milagre Econômico”*

No início dos anos 1960, o Brasil passava por um período de estagnação econômica, aumento dos juros, déficit público crescente e queda nos investimentos. Para Skidmore (1988), entre outros fatores, esse cenário ocorreu principalmente devido às políticas desenvolvimentistas adotadas pelo presidente Kubitschek em seu Plano de Metas²⁷. Segundo o autor, o grande problema foi a forma de financiamento do programa, mantido através de um significativo crescimento de gastos públicos financiados por meio de empréstimos externos e

²³ O PIB cresceu à média anual de 4,1% entre 1928 e 1955, impulsionado pela expansão industrial do período, conduzida nos moldes propostos pela CEPAL (Cano, 2001; Furtado, 2005).

²⁴ Nos anos 40 foi publicada a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), garantindo direitos mínimos aos trabalhadores.

²⁵ Ligada principalmente à expansão industrial e a melhora das infraestruturas do país.

²⁶ De acordo com Romanelli (2000) em 1920 cerca de 70% da população brasileira acima de 15 anos era analfabeta. Em 1940, esse índice ficou abaixo de 60% e, em 1950 por volta de 50% da população. Portanto, é inegável que houve avanços consideráveis no período.

²⁷ Programa criado no governo JK que visava fortalecer a indústria e as infraestruturas brasileiras, para expandir a produção interna e substituir as importações.

uma maior oferta monetária, medidas que levaram a uma forte expansão da dívida pública e da inflação.

A pressão interna sobre o governo, dada a situação econômica e política do país se intensificou ainda mais em 1961 com a renúncia do então presidente Jânio Quadros, político que construiu sua carreira pública defendendo o interesse das classes sociais mais pobres, mas que sofreu logo no início de seu mandato forte oposição do congresso para implementar medidas socioeconômicas propostas em sua campanha.

Jânio compôs um tipo à imagem e semelhança de parte do seu eleitorado, visando extremar as diferenças sociais. [...]. É importante afirmar que as vitórias de Jânio não se fizeram apenas com o voto da periferia, mas pode-se levantar a hipótese da emergência da figura janista ter ocorrido, em grande medida, por causa deste apoio (Maralhães, 2007, p. 287).

De acordo com Reis (2016) a opinião pública e a oposição política, fortemente influenciada pela elite econômica da época, culpabilizavam os setores sociais pelos resultados econômicos do país, acusando Jânio e sua liderança política de governarem sob um viés político de esquerda, que se aproximava dos ideais comunistas, ideia que detinha uma conotação extremamente negativa advinda da polarização política durante a Guerra fria. João Goulart, vice de Jânio, assumiu então a presidência, mas com grande desconfiança do exército brasileiro, que enxergava João Goulart como um possível novo Fidel Castro, e foi aí que o golpe começou a se desenhar (Reis, 2016).

Esse cenário foi responsável pela insatisfação de grande parcela da população e principalmente das Forças Armadas; sob o pretexto de impedir que o comunismo²⁸ ascendesse ao governo brasileiro, tomaram o poder em 1964 (Gaspari, 2003).

Já sob comando militar, foi criado o Plano de Ação Econômica do Governo - PAEG, visando reestruturar a economia brasileira. O entendimento do governo era que a inflação era causada por um excesso de demanda proveniente da própria intervenção estatal na economia. Portanto, para combatê-la, seria necessária a adoção de diversas políticas restritivas, incluindo a redução de gastos do governo e a contenção dos aumentos salariais, que não poderiam ultrapassar a taxa de inflação (Gremaud et al., 2004).

Atualmente é difícil aceitar-se que um excesso de demanda possa ser a explicação única para a inflação brasileira. A existência simultânea de elevação geral de preços e estagnação demonstra uma inconsistência no diagnóstico da inflação de demanda, cuja característica principal seria o

²⁸ Essa era uma preocupação latente ao redor do globo no período (Gaspari, 2003).

aumento de preços acompanhado de níveis elevados de utilização da capacidade produtiva (Delfim Netto, 1970, p.2).

Outros fatores fundamentais do PAEG do foram as reformas tributária, financeira e de política externa²⁹, além das políticas impopulares, como aumento de impostos, contenção salarial, aumento do desemprego, dentre outras, que só foram possíveis por conta do caráter ditatorial do regime de governo (Francelino, 2004).

Tabela 2 - Indicadores macroeconômicos do Brasil (1961-1973)

Ano	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
PIB	8,6	6,6	0,6	3,4	2,4	6,7	4,2	9,8	9,5	10,4	11,3	12,1	14
Inflação	33,2	49,4	72,8	91,8	65,7	41,3	30,4	22	18,7	18,5	21,4	15,9	15,5
Dívida Externa	3,1	3,2	3,2	3,1	3,5	3,7	3,4	3,8	4,4	5,3	6,6	9,5	12,6

Fonte: Bellingieri (2005). PIB: taxa de crescimento em %; Inflação: Taxa de crescimento em %; Dívida externa bruta (Bilhões U\$).

Conforme exposto na Tabela 3, as políticas implantadas pelo PAEG foram efetivas no combate à estagnação econômica e à inflação, que caiu de 91,8% em 1964 para 15,5% em 1973, acompanhada de uma evolução do PIB do país, e, num primeiro momento, da estabilização da dívida externa. O período ficou conhecido como “Milagre econômico”³⁰.

Contudo, apesar dos bons resultados econômicos, Cano (2000) destaca que o período foi catastrófico do ponto de vista social, dado que foi marcado pela repressão, pela diminuição de direitos e renda para a população:

O período entre 1967 e 1980 ficou conhecido como o capitalismo selvagem brasileiro. Elevadas taxas anuais de crescimento, mas uma drástica piora na concentração de renda pessoal (...) consistiu em dar tudo ao capital e pouco ao trabalho (Cano, 2000, p. 192).

De acordo com dados do IBGE, em 1960 o estrato da população correspondente aos 5% mais ricos do país, apropriava-se de 28,3% de toda a riqueza produzida naquele ano. Já em 1972, esse mesmo grupo passou a concentrar 39,8% dessa apropriação. Nesse mesmo período, o índice de gini saltou de 0,497 para 0,622, reflexo direto da política de contenção salarial utilizada no período, utilizada como principal mecanismo de controle da inflação (DIEESE, 2015).

²⁹ Para se aprofundar sobre as reformas, ler Bellingieri (2005, p.2-3).

³⁰ Segundo a literatura, o Milagre Econômico engloba o período que se estende de 1964 a 1974; ganhou esse nome devido ao alto crescimento do PIB, da indústria e pela redução inflacionária.

Já nos anos 70, o governo militar continuou com o programa de substituição de importações e estímulo ao mercado interno, mas enfrentou o retorno da inflação, impulsionada pela conjuntura econômica internacional, com sucessivos aumentos nos preços do petróleo e na taxa de juros dos EUA. A inflação acelerou a partir de 1974, marcando o fim do milagre econômico. Sob forte impacto da crise do petróleo³¹ no final da década, a inflação superou 100% em 1980, junto a uma retração do PIB no ano seguinte.

Tabela 3 - Indicadores macroeconômicos do Brasil (1974-1986)

Ano	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
PIB	9,0	5,2	9,8	4,6	4,8	7,2	9,1	-3,1	1,1	-2,8	5,7	8,4	8,0
Inflação	34,5	29,4	46,3	38,6	40,5	77,2	110,2	95,2	99,7	211,0	223,8	235,1	65,0
Dívida Externa	17,2	21,2	25,9	32,0	43,5	49,9	53,9	61,4	69,7	81,3	91,0	95,8	101,8

Fonte: Bellingieri (2005). PIB: taxa de crescimento em %; Inflação: Taxa de crescimento em %; Dívida externa bruta (Bilhões U\$).

A Tabela 4 apresenta os dados comentados acima, como a retração do PIB e a disparada inflação e da dívida externa, que chegou a U\$101,8 bilhões, apresentando um aumento de 491.86% no período entre 1974 e 1986.

Castro e Ribeiro (2009) apontam que os indicadores sociais do Brasil na década de 1980 eram injustificáveis. O brasileiro que tinha uma expectativa de vida de 60 anos, ainda teria que lutar contra o analfabetismo, que naquela altura ainda afetava 25% da população acima dos 15 anos, também não tinha expectativa de estudar muito, dado que dos alunos que se matriculavam no fundamental, apenas 37% concluiria essa etapa, além disso, somente 14,5% da população da idade escolar correspondente estava cursando o ensino médio. Os indicadores sanitários também eram preocupantes, apresentando um índice de mortalidade infantil de 88 a cada 1000 nascidos vivos, uma cobertura vacinal precária³² e o saneamento básico inexistente para quase metade da população.

Esses pontos, somados à diminuição salarial promovida pelo governo para frear a inflação e as turbulências político-econômicas do período, geraram o descontentamento da população e de uma ala política que desejava o fim do intervencionismo militar. Isso deu início

³¹ Ocorreram duas crises do petróleo na década de 1970. A primeira, em 1973, ocorreu devido à um embargo da OPEP sobre a produção de petróleo devido ao apoio dos EUA a Israel durante a Guerra de Yom Kipur. Posteriormente, em 1979, a OPEP reduziu novamente de forma drástica sua produção de petróleo durante a Revolução Islâmica ocorrida no Irã. Ambos os momentos pressionaram a economia global, levando o mundo a uma grave recessão econômica.

³² “(...) a cobertura vacinal de menores de 1 ano era de 56% para a vacina Sabin, 37,4 para difteria, coqueluche e tétano (DPT) e 69% para a antissarampo” (Castro; Ribeiro, 2009, p. 27).

ao movimento político “Diretas Já”³³, que teve início em 1983 e ganhou força no ano seguinte, mesmo sob repressão do então governo militar, e culminou num processo de redemocratização, com a volta do poder civil em 1985 e do voto direto para presidente em 1989.

2.3.4 *A Redemocratização e o Avanço do Neoliberalismo*

A Constituição Federal de 1988, também conhecida por “Constituição Cidadã”, marcou a redemocratização do país, abandonando o longo período de autoritarismo iniciado em 1964, dando lugar à democracia. Muito além de regular os direitos legais e políticos para a condução do país, a nova constituição trazia uma abordagem mais fraternal, buscando garantir não somente o desenvolvimento econômico, mas o social, por meio de políticas públicas que garantissem o acesso à saúde, educação, alimentação, trabalho, moradia, transporte, segurança, maternidade e infância e previdência social. Contudo, dado o contexto econômico e social da época, à nova constituição veio ao mundo em um momento de crise.

Desde a instituição do novo regime, o governo enfrentou forte crise inflacionária e a disparada da dívida externa do país³⁴. Seguiram-se uma série planos econômicos para tentar conter o avanço da inflação, que já atingia 228% em 1989 (Cano, 2000).

Os investimentos no país caíram, muito devido à falta de confiança na economia e a crise do petróleo de 1979 que tornou mais escasso o acesso a renda estrangeira. A década de 1980 marcou uma estagnação no crescimento da indústria e perda de participação desse ramo no PIB, uma baixa taxa na geração de empregos, uma queda de 28% no valor real do salário-mínimo e uma expansão massiva da desigualdade social e da pobreza no país (Cano, 2000).

Nesse cenário, e com o crescente interesse americano na expansão dos ideais neoliberais, a pauta entrou de vez na organização econômica brasileira com a Eleição de Fernando Collor de Mello em 1989. Collor rompeu com o modelo anterior e freou a participação estatal como base para o crescimento econômico (Campos, 1994).

Logo após assumir o governo, Collor implantou o programa popularmente conhecido como Collor I, que se tratava de um conjunto de reformas econômicas e políticas cujo objetivo era o combate inflacionário. De acordo com Carvalho (2006) as principais características desse primeiro plano foram:

- I. Congelamento de preços;
- II. Confisco de ativos;

³³ Movimento político popular visando restabelecer as eleições diretas para o cargo de presidente do país.

³⁴ Vide Cano (2000, p.33).

III. Abertura econômica.

O intuito do primeiro plano era desmonetizar a economia para conter o processo inflacionário. Esse processo retirou cerca de 80% da moeda em circulação no país, trazendo a inflação mensagem de 81% em março de 1990 para 9% em junho. Contudo, algumas brechas no processo³⁵ facilitaram o aumento da liquidez na economia e reaqueceram o processo inflacionário (Carvalho, 2006).

Esse processo, motivado principalmente pelo confisco das poupanças, gerou um descontentamento geral da população com o governo e o fracasso no combate inflacionário gerou desconfiança do mercado. Tentando ainda solucionar o problema, em 1991 foi implementado o programa Collor II, desta vez as seguintes medidas:

- I. Reforma monetária;
- II. Flexibilização do congelamento de preços; e
- III. Controle fiscal.

A introdução de uma nova moeda e o reequilíbrio das contas públicas não surtiram o efeito esperado e a inflação chegou a 480% no final de 1991. Isso aumentou a pressão sobre o governo e acarretou no processo de *Impeachment* de Collor em 1992.

Com o *Impeachment*, Itamar Franco assumiu a presidência em 1992 e seguiu com o processo de reformas necessárias para a estabilização da economia brasileira, sendo a mais importante delas, a implantação do Plano Real³⁶ em 1993.

Além do plano real, o período ficou marcado por políticas voltadas ao rearranjo das contas públicas, às privatizações e à renegociação da dívida externa junto ao FMI. Além disso, outro ponto importante foi a ascensão de Fernando Henrique Cardoso, então Ministro da fazenda de Itamar Franco, que posteriormente se tornou presidente do país e seguiu o processo de fortalecimento do real e liberalização da economia (Baer; Amann, 2000).

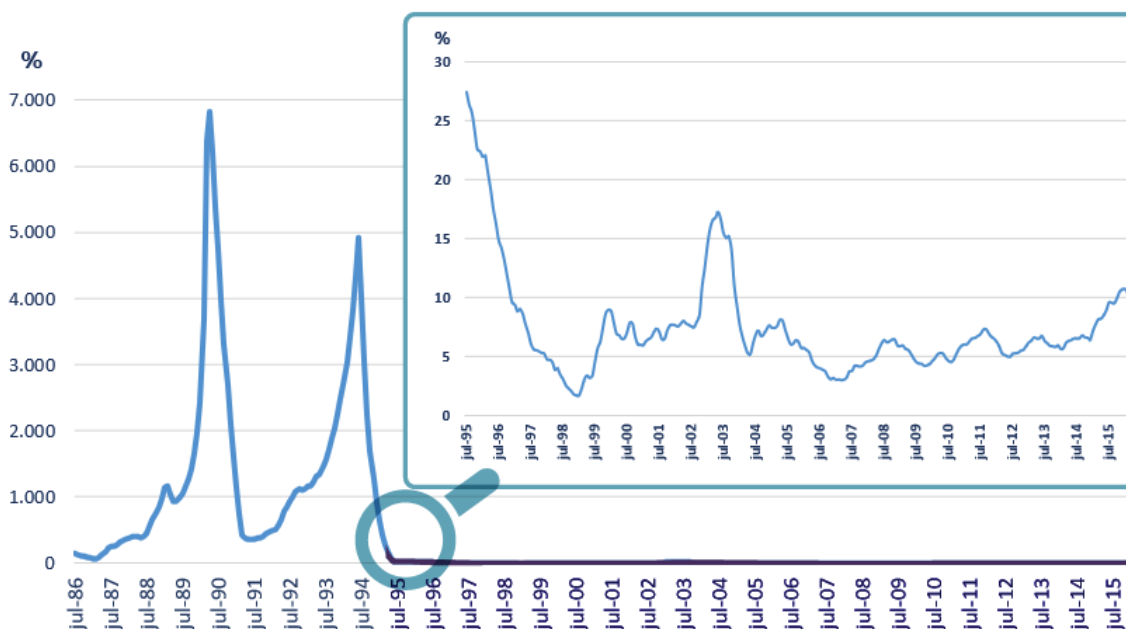
Eleito em 1995, alavancado pelo sucesso do plano real, Cardoso seguiu com as políticas de estabilização econômica, expandindo as privatizações, enxugando as despesas públicas e mantendo a abertura comercial. O esforço do governo brasileiro na manutenção das políticas

³⁵ Exceções, como a manutenção da poupança dos aposentados, financiamentos para funcionários públicos e contas emitidas antes do congelamento, abriram brechas que o setor privado explorou para recapitalizar a economia (Bresser; Nakano, 1991).

³⁶ O Plano Real, iniciado em 1993, visou estabilizar a economia brasileira e superar o ciclo inflacionário persistente. O processo incluiu um ajuste fiscal, com a criação do Fundo Social de Emergência (FSE) para aumentar a arrecadação e flexibilizar o orçamento, seguido pela introdução da moeda escritural, o real, que começou a circular em julho de 1994 (Banco Central, 2024).

neoliberais e na estabilização do real foram bem recebidos pelo mercado externo, fato que aumentou a confiança dos investidores que voltaram a aportar divisas no país, garantindo um grande aumento de reservas cambiais nos anos seguintes (Baer; Amann, 2000).

Figura 3 - Gráfico de inflação em 12 meses – IPCA (1986-2015)



Fonte: Banco Central do Brasil, 2024.

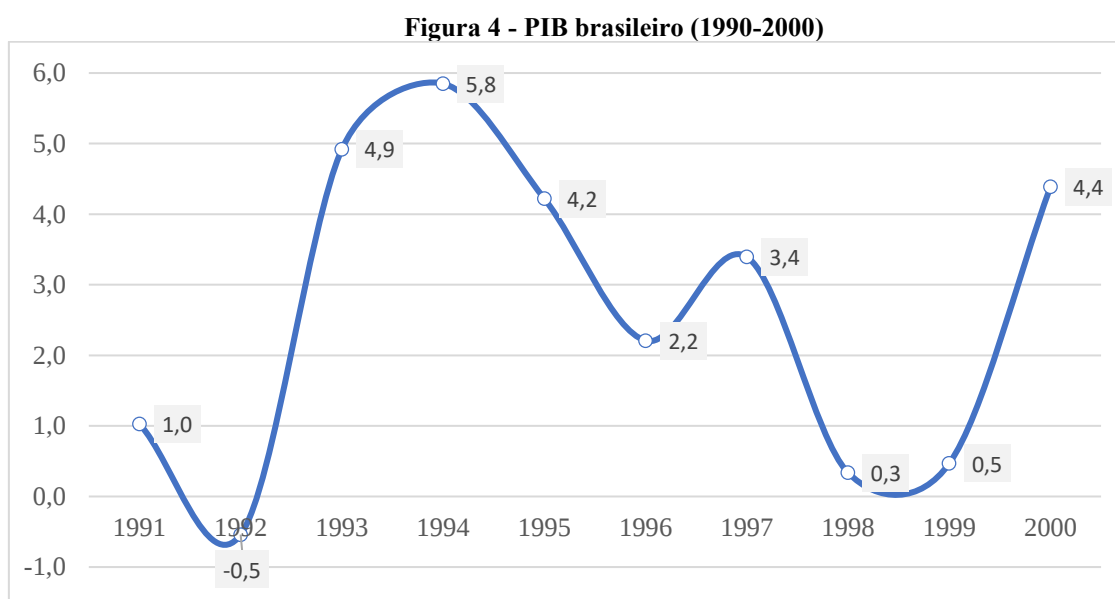
A Figura 3 demonstra o sucesso do plano real na contenção da inflação, se manteve acima de mil por cento por mais de uma década, com pico de 6900% entre 89 e 90, e 4995% entre 93 e 94, sendo controlada para apenas dois dígitos a partir de 1995 e mantendo-se em patamares semelhantes desde então.

Com o sucesso do plano real, os anos seguintes foram voltados para a manutenção da estabilidade econômica do país frente as variações ocorridas no mercado externo. A crise no mercado asiático em 1997 provocou forte pressão sobre o dólar e exigiu que o governo brasileiro gastasse cerca de US\$ 50 bilhões em reservas para manter o valor do câmbio do real e evitar uma nova crise inflacionária³⁷. Para isso, novamente o país precisou recorrer a novos empréstimos, expandindo assim sua dívida pública. Ainda assim, até o final do século XX o Brasil obteve um ritmo de crescimento do PIB, que, mesmo lento em alguns momentos, não apresentou retrações nos anos posteriores a implantação do plano real.

A Figura 4 mostra a variação do PIB brasileiro na década de 90. Esses resultados podem ser explicados pela abordagem escolhida pelo governo para o período, utilizando-se da

³⁷ Boa parte do consumo brasileiro vinha de produtos importados. Uma alta no dólar impactaria diretamente esse consumo, aumentando a inflação do período.

aplicação de uma política monetária mais contracionista, visando estabilizar os preços e controlar o consumo, visando evitar uma nova pressão inflacionária. Essa abordagem se mostrou correta, visto que o governo conseguiu manter a inflação sob controle e manter a tendência de crescimento do PIB, mesmo que em pequena monta, em um período marcado por graves crises econômicas globais³⁸ (Pinheiro et al., 1999).



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do IBGE (2024).

Caminhando para o fim de seu segundo mandato, em 1999 o governo FHC deu o último passo para a estabilização do Plano Real, quando efetuou a mudança do regime cambial, monetário e fiscal, fazendo com que a economia do país se tornasse mais resistente a futuras crises externas (Giambiagi *et al.*, 1995).

Essa reforma se deu pela adoção de um regime de Metas de Inflação, onde abandonava-se o regime de câmbio fixo para a adoção do sistema de câmbio flutuante e passou a se buscar superávit primário. Nesse sistema a unidade monetária passou a trabalhar em conjunto com o governo, definindo a oferta de moeda e as taxas de juros, bem como mantendo contato com o governo para traçar políticas que possibilitassem o país alcançar uma meta, ou seja, uma inflação pré-estabelecida para o período.

Essa nova política, principalmente a abolição do câmbio fixo, foi essencial para conter a fuga de dólares que estava ocorrendo no país e retornou a ser atrativo para investidores, por

³⁸ Em 1995, 1997 e 1998 ocorreram às crises econômicas de México, Ásia e Rússia, respectivamente. As três afetaram o mercado global, demonstrando impactos ainda mais críticos em mercados emergentes, como o Brasil, que detinham certa dependência do mercado externo. Esses foram os principais motivos para a redução da taxa de crescimento do PIB no período entre 1997 e 1999 (Pinheiro et al., 1999).

conta da diferença de câmbio entre dólar e real. Essa alteração na banda cambial também se mostrou essencial para que o país conseguisse manter seus estoques de moeda estrangeira de reserva, dada a não necessidade de queimar estoques para a manutenção dos níveis cambiais fixos.

Apesar das mudanças que conseguiram estabelecer certa tranquilidade econômica para o país e afastar de vez a hiperinflação, os dois últimos anos do governo FHC foram marcados por circunstâncias que impactaram diretamente o crescimento da economia do país. Ditticio (2007) destaca que o apagão elétrico³⁹ e os ataques terroristas de 11 de setembro nos Estados Unidos foram prejudiciais para o crescimento econômico do país em 2001. O primeiro afetou diretamente o consumo e as estruturas produtivas, enquanto a tensão criada pelos ataques as torres gêmeas diminuíram o fluxo de investimentos em dólar no exterior. Já 2002 foi marcado pela tensão e as incertezas econômicas levantadas após as eleições presidenciais.

O balanço do período de 1999 a 2002 é ambíguo. De um lado, o crescimento permaneceu baixo e o país continuou amargurando taxas de juros reais elevadas; de outro, houve melhora sistemática da balança comercial e do resultado em conta corrente e o país fez um ajuste fiscal que no início do processo até os mais otimistas julgavam que seria muito difícil de implementar: entre 1998 e 2002, a melhora do resultado primário foi de quase 4% do PIB (Giambiagi, 2005, p. 181).

Do ponto de vista social o período foi marcado por avanços e retrocessos. Evidentemente o controle inflacionário foi muito favorável as classes mais baixas, mas Cano (2000) destaca que adoção do modelo neoliberal diminuiu a abrangência e enfraqueceu a legislação trabalhista, tornando o contrato mais vantajoso para os empregadores com a inclusão de medidas como a ampliação da utilização de contratos temporários, negociação de salários direto com a empresa, criação do banco de horas, dentre outras medidas.

Em contraponto, o autor elenca uma série de medidas sociais que foram implementadas durante o governo FHC, como garantia de renda para idosos e deficientes que não tinham contribuição prévia e a *criação de diversos programas e auxílios*⁴⁰ distributivos voltados para atenção das classes mais pobres. Estatisticamente o período FHC, apesar do foco na liberalização da economia, mostrou um pequeno avanço no combate à pobreza e desigualdade.

³⁹ A crise elétrica ocorrida em 2001 ocorreu por três fatores principais: A falta de investimentos do governo no setor pelo fato que em pouco tempo ocorreria a privatização; um grande aumento na demanda; e problemas meteorológicos que diminuíram a produção.

⁴⁰ Programa Bolsa-Escola; Bolsa-Renda; Bolsa-Alimentação; e Vale gás, foram todos programas criados durante o governo FHC.

Também pode-se destacar, segundo dados do IBGE (2005) que o período apresentou alguns dados animadores, como o aumento da expectativa de vida da população em 2,1 anos na comparação entre os períodos de 1990 e 1999, muito disso puxado pela queda na mortalidade infantil, que diminuiu 22,1%. Outro fator importante foi o aumento da renda, que subiu em média 30%, o que garantia acesso à mais recursos por parte da população, bem como a expansão da rede de infraestrutura e serviços, com saneamento básico avançando 18,1% e o taxa de analfabetismo alcançando seu menor nível histórico, apesar de ainda preocupante, atingindo 13,3% e registrando uma queda de quase 50% em comparação com os dados da década de 60.

2.3.5 *De volta ao Progressismo?*

Em 27 de outubro de 2002 o Brasil elegia Luiz Inácio Lula da Silva como seu presidente. O candidato chegou ao poder com certa desconfiança do mercado por conta de sua orientação mais progressista e populista, mas em seu governo se aproximou de uma política neoliberal e se comprometeu em seguir as políticas adotadas no governo FHC em busca da manutenção da austeridade fiscal⁴¹ (Paulani, 2005).

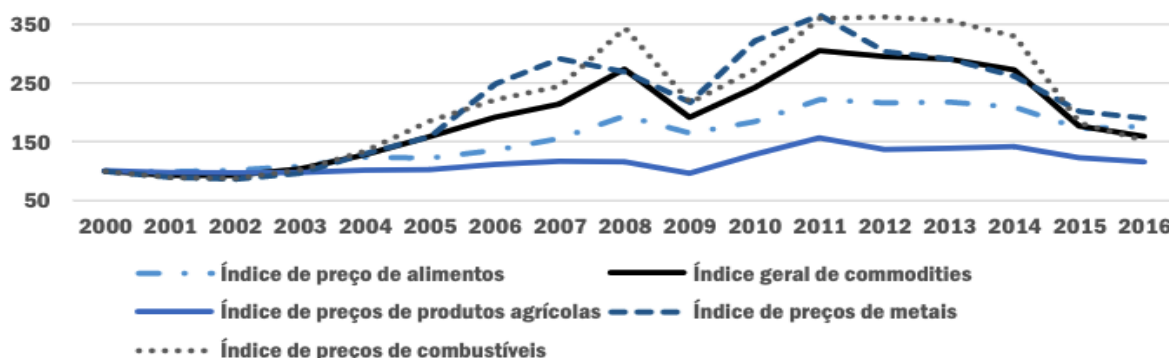
Segundo Goldfajn e Guardia (2003), apesar das políticas adotadas, o governo enfrentou a desconfiança dos investidores quanto à manutenção das medidas de austeridade e ao aumento da dívida pública por oito anos consecutivos. Nesse contexto, a inflação superou a meta, o PIB apresentou leve retração e o desemprego aumentou.

Nos anos posteriores, principalmente após a quitação do acordo junto ao FMI em 2005, e após 2 anos do início do mandato, o Brasil havia recuperado a confiança do capital, e os investimentos vindos de fora mais que triplicaram a reserva líquida de moeda estrangeira do país, saindo de US\$ 16 bilhões em 2002, para 54 bilhões em 2005.

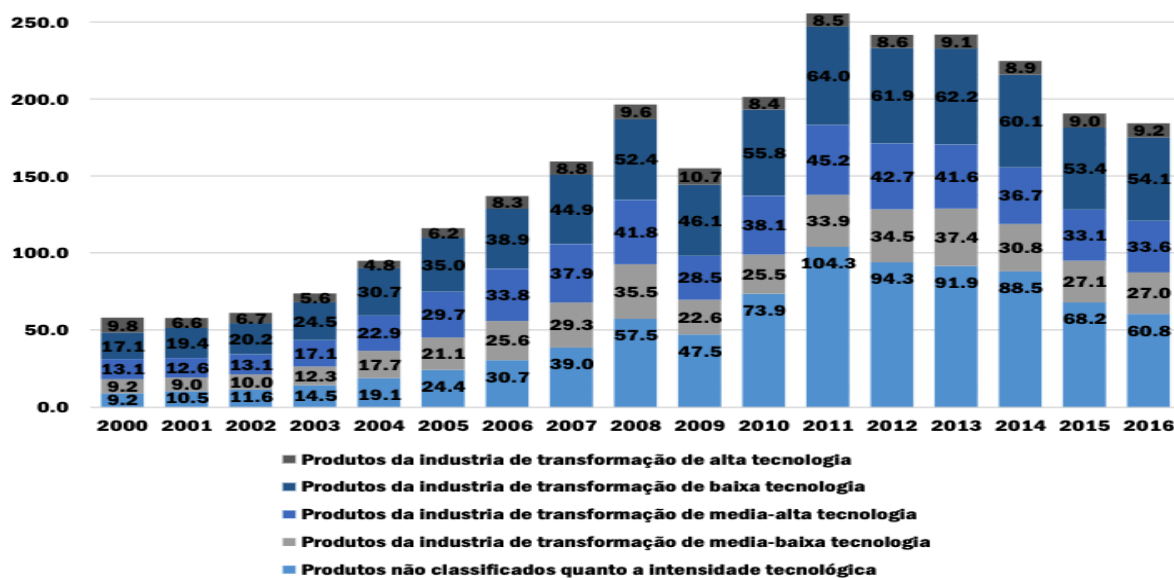
Um fator decisivo para o crescimento econômico e a atração de investimentos nos anos 2000 foi o aumento significativo das *commodities*, impulsionado pela alta demanda chinesa, que beneficiou toda a América Latina devido à natureza exportadora de suas economias (Souza; Veríssimo, 2013).

Ferreira (2018) demonstra de forma gráfica a correlação entre a variação do preço das *commodities* e da balança de exportações brasileiras no período:

⁴¹ O governo colocou nomes conhecidos do mercado em posições chave da economia; seguiu com metas inflacionárias e de superávit primário condizentes com o mercado; concede autonomia ao Banco Central; Eleva a taxa de juros após recomendações do conselho monetário; renova os acordos firmados por FHC junto ao FMI; reforma tributária e da previdência (Paulani, 2005).

Figura 5 - Variação dos índices de preços das commodities (Em %)

Mediante análise das Figuras 5 e 6, propostos por Ferreira (2018), verifica-se que o aumento do valor nas *commodities*, muito pelo grande aumento de demanda do mercado internacional, especialmente da China, somado à capacidade produtiva do mercado brasileiro, criou o cenário ideal para a alavancagem da economia brasileira. No período o país saiu de US\$ 52 bilhões, exportados em 2000, para alcançar a grandeza de US\$ 252 bilhões em 2011, proporcionando um aumento de quase 400%.

Figura 6 - Exportações brasileiras (Em bilhões de dólares)

Outro ponto fundamental é a composição dos produtos exportados na balança comercial, onde produtos de alta tecnologia, apresentaram uma pequena variação negativa nos períodos, enquanto as commodities, que representavam apenas US\$ 9,2 bilhões em 2000, chegaram a representar US\$ 104 bilhões em 2011, no auge da demanda do mercado internacional, e se mantendo como principal produto exportador do país desde então.

Jenkins (2011) destaca que esse efeito foi importante para o crescimento econômico superavitário de toda a América Latina, enquanto no Brasil, fica claro a importância deste ciclo para a manutenção da balança comercial superavitária e atração novos investimentos.

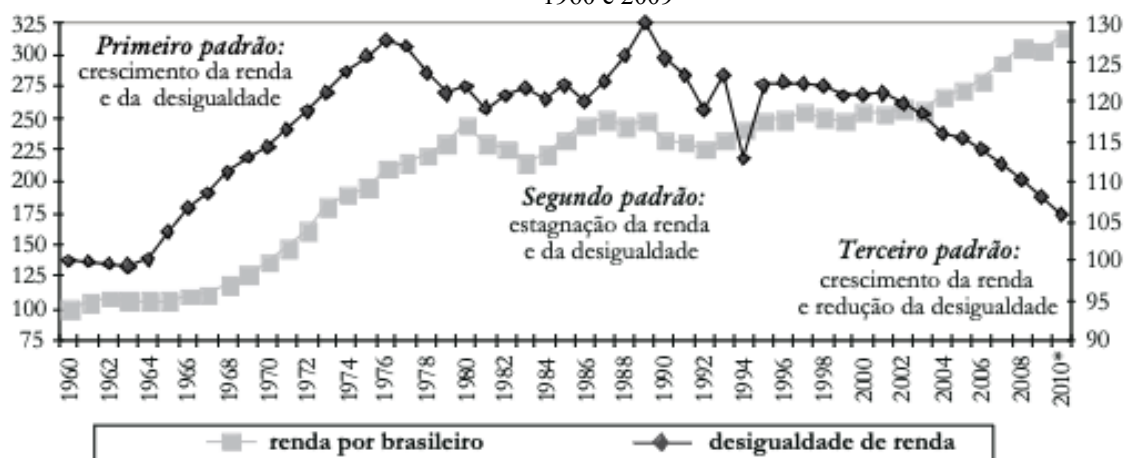
Com mais dinheiro nas reservas do país e com uma situação inflacionária e tributária mais tranquila, o governo avançou em outra frente importante para o crescimento econômico: o consumo interno. Mediante o aumento da oferta de crédito no país, que saltou de um volume de 24% do PIB em 2002 para 31,3% em 2005, muito devido as políticas de redução SELIC e a promulgação da lei que tratava sobre o sistema de crédito consignado em 2003, o governo estimulou o mercado interno (Ditticio, 2007).

Esse aumento no acesso ao crédito era um dos pilares da política econômica do governo, que visava proporcionar o desenvolvimento econômico a partir da elevação da renda e do consumo das famílias (Sicsu, 2019).

[...] O motor básico do sistema é a ampliação do emprego e da renda per capita e, conseqüentemente, da massa salarial que formará o assim chamado mercado interno de massas. O crescimento sustentado a médio e longo prazo resultará na ampliação dos investimentos na infraestrutura econômica e social e nos setores capazes de reduzir a vulnerabilidade externa, junto com políticas de distribuição de renda (Coligação Lula Presidente, 2002).

Sicsu (2019) destaca que as políticas de valorização da renda real, a facilitação de acesso ao crédito e as políticas redistributivas de acesso a renda como o bolsa família, trouxeram resultados extraordinários para a economia brasileira e, principalmente, para as camadas mais pobres da sociedade.

Figura 7 - Índice de evolução da renda nacional por habitante e da desigualdade pessoal de renda (Gini) entre 1960 e 2009

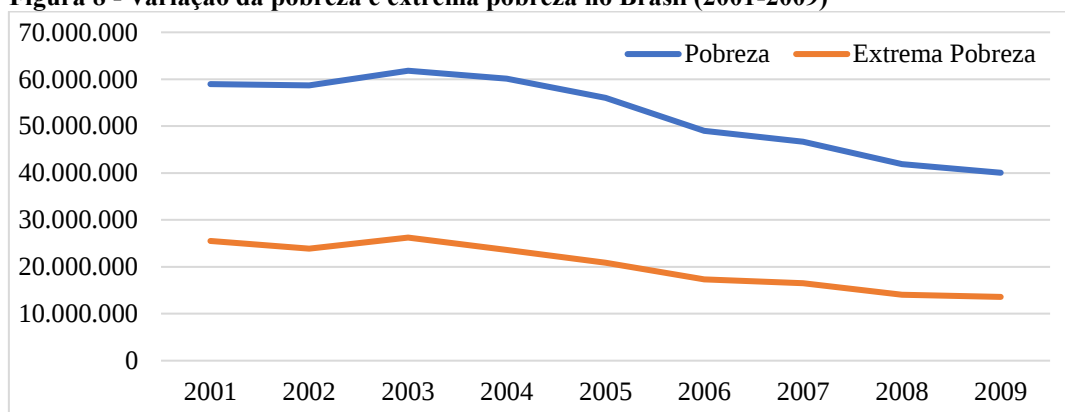


Fonte: Pochmann, 2011.

Na Figura 7, Pochmann (2011) demonstra a evolução da renda *per capita* brasileira ao longo do tempo e destaca a importância das políticas sociais adotadas no período, em especial as voltadas para distribuição de renda uma vez que

Sem as transferências monetárias, o Brasil teria, em 2008, 40,5 milhões de pessoas recebendo um rendimento de até 25% do salário-mínimo nacional. Com a complementação de renda pelas transferências, o Brasil registra 18,7 milhões de pessoas com até ¼ de salário-mínimo mensal. Resumidamente, são 21,8 milhões de pessoas que conseguem ultrapassar a linha de pobreza extrema (até 25% do salário-mínimo per capita) (Pochmann, 2011, p. 3)

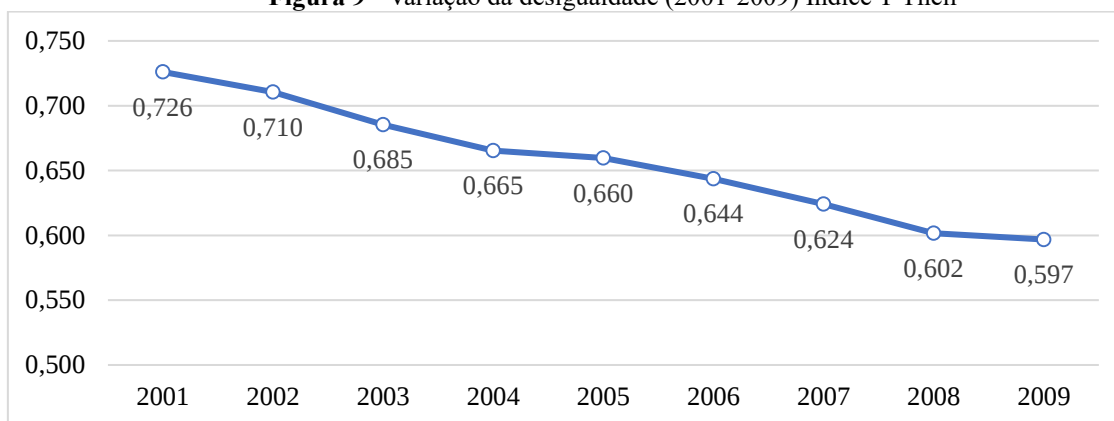
Figura 8 - Variação da pobreza e extrema pobreza no Brasil (2001-2009)



Fonte: O autor, com base em dados do IPEA (2024).

A afirmação de Pochmann é confirmada pelos indicadores de pobreza e extrema pobreza no Brasil, conforme disposto na Figura 8, que mostra uma redução de 32% no número de pobres, de 59 milhões em 2001 para pouco mais de 40 milhões em 2009. A extrema pobreza caiu ainda mais, quase 47%, passando de 25,5 milhões para 13,6 milhões no mesmo período. Esses dados apoiam a análise de Pochmann sobre renda e redução da desigualdade social, evidenciada também pelo índice T-Theil.

No período, o Brasil apresentou evolução significativa em indicadores sociais, como a queda do analfabetismo, que apresentava uma taxa de quase 50% da população na metade do século XX, passou a 11,6% em 2008, a taxa de matrícula na educação básica e a média de anos estudados também aumentaram. O IDH subiu, alcançando 0,792 pontos, levando o Brasil a 65ª posição no ranking de desenvolvimento humano.

Figura 9 - Variação da desigualdade (2001-2009) Índice T-Theil

Fonte: O autor, com base em IPEA (2024).

O início do novo século foi marcado por importantes avanços para o Brasil na área social. O avanço das políticas sociais e, especialmente as distributivas por meio do bolsa família⁴², auxiliaram a promover melhores condições de vida aos extratos mais pobres da sociedade, sendo fundamentais para a ascensão social dessas pessoas e, com isso, contribuindo com o ciclo de desenvolvimento brasileiro.

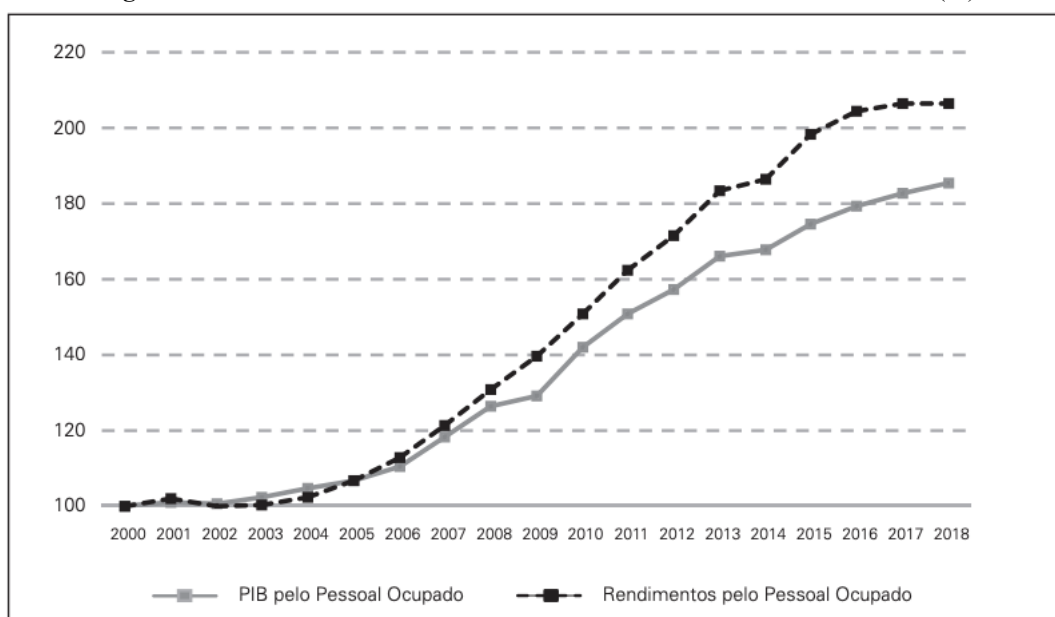
2.3.6 Os Avanços, Os Retrocessos e o Cenário Atual

O desenvolvimento econômico do país se deu por meio de uma política fiscal que visava a expansão do investimento público, tanto em programas sociais como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida, como em infraestrutura, por meio do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), tudo isso somado à uma gestão expansionista de crédito, que visava fomentar o consumo da população (Faria, 2022).

Nesse período, sob esse viés desenvolvimentista, a taxa de produtividade do país cresceu, acompanhado por um crescimento ainda maior dos rendimentos dos trabalhadores, resultados de anos de política de valorização do salário-mínimo.

Faria (2022) destaca que o aumento dos salários reais frente à produtividade retardou a margem de lucro do empresariado. Descontentes, este público encabeçou às manifestações que se iniciaram em 2013 pelo descontentamento de parte da população com o governo, muito devido à situação econômica que já dava indícios de desaceleração após a crise global de 2009 e por conta de casos de corrupção que envolviam o governo petista. Esse processo culminou no impeachment da então presidente Dilma Rousseff em 2016.

⁴² O bolsa família é tratado como um modelo para programas de bem-estar e desenvolvimento social (ONU, 2011).

Figura 10 - Índices de Produtividade e Salário Real Médio: Brasil 2000-2018 (%)

Fonte: Faria, 2022.

Após o *Impeachment* o país passou a ser governado por Michel Temer, político de centro direita, que assumiu com apoio do empresariado e com claras ideias neoliberais. Sob a narrativa de um “Brasil quebrado”, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 95, que desobrigava o Governo Federal de investir percentuais mínimos de sua receita tributária em educação, saúde e segurança.

Todas as obras e investimentos públicos foram paralisados e os valores de custeio reduzidos. Programas sociais como o Bolsa Família, o pagamento de benefícios previdenciários, auxílio-doença, merenda escolar, distribuição de medicamentos, ou foram extintos ou tiveram cortes de milhões de beneficiários. O salário-mínimo teve sua política de valorização real mudada, enquanto mais de 100 artigos da Legislação Trabalhista foram alterados para tornarem possíveis a terceirização de atividades-fim das empresas, a celebração de contratos de trabalho em desacordo com a lei, a jornada de trabalho intermitente e a justiça do trabalho inacessível (Faria, 2022, p. 299).

De acordo com Fagnani (2017) o intuito do governo era privatizar tudo que fosse possível, tanto na estrutura econômica, quanto na social. Para este governo “a constituição não cabia no orçamento” (Tomazini, 2023, p.82). A autora destaca os efeitos trágicos dessas medidas sobre o Brasil, que acabou retornando ao Mapa da Fome⁴³ em 2018 e em 2020 55,2% da população brasileira se encontrava em situação de insegurança alimentar. No período

⁴³ Países que tenham mais de 2,5% da população que não tenham acesso, tenham acesso inadequado ou insuficiente à alimentação, entram no Mapa da Fome desenvolvido pela ONU.

também se verificou um aumento na desigualdade medida pelo coeficiente de Gini, que saltou de 0.525 em 2015 para 0.543 em 2019, apresentando um retrocesso de mais de dez anos no combate a desigualdade, muito puxado pelo grande aumento do desemprego que chegou a 13,7% em 2017 e a 14,65% em 2020.

Tão preocupante quanto os indicadores sociais, foi o avanço de ideias mais radicais contra investimentos governamentais e programas sociais. O Programa Bolsa Família, um dos estandartes do governo PT no combate a pobreza e desigualdade social, foi um dos mais atacados. Foi criada a narrativa que o programa “criava vagabundos”, que normalizava a vadiagem, afirmando que pessoas estariam deixando de trabalhar para poder manter o benefício.

A maioria dos beneficiários adultos do Programa Bolsa Família (BF) participam do mercado de trabalho, mesmo que com baixa remuneração e baixa qualidade de emprego. Em 2019, 34 milhões de adultos—cerca de 30% daqueles que poderiam ser considerados aptos a trabalhar no Brasil—viviam abaixo da linha da pobreza. Dentro deste grupo, os adultos do BF tinham maior probabilidade de estar na força de trabalho (70%) e de estar empregados (57%), em comparação com os demais indivíduos pobres que não recebiam o programa (World Bank, 2023, p. 1)

Apesar de falso, conforme comprovam os dados, a ideia ganhou tração e fez parte dos muitos discursos do candidato de direita, Jair Messias Bolsonaro, que venceu as eleições presidenciais de 2018. Bolsonaro seguiu com a implantação de medidas neoliberais, seguindo uma linha semelhante adotada por Temer nos anos anteriores e os indicadores sociais do país continuaram a se deteriorar.

Em 2019 o SUS teve um corte de R\$ 20 bilhões, por sua vez, em 2021 o SUAS sofreu um corte de 300 milhões e, do valor restante, somente 67% da verba disponível foi executada (Tomazini, 2023). Na educação, que teve um orçamento de R\$ 566 bilhões somados os quatro anos de governo Bolsonaro, foram cortados ao todo 113 bilhões, isso sem contar os diversos bloqueios que atrasaram a execução de serviços e contratações ao longo do tempo (Observatório Legislativo Brasileiro, 2022).

Contudo, apesar do viés neoliberal e não intervencionista do governo, não foram todas as áreas que sofreram com os cortes de verbas. Enquanto o Programa Bolsa Família, que em 2020 teve um orçamento de R\$ 32,5 bilhões do qual apenas R\$ 10,7 bilhões foi efetivamente repassado às famílias até outubro daquele ano e as “sobras” foram utilizadas no pagamento de seguro-desemprego, só o Plano Safra⁴⁴ dispunha de R\$ 236,3 bilhões no mesmo período. Vale lembrar que essa é apenas uma das políticas que favorecem o agronegócio no país.

⁴⁴ Programa de crédito rural para financiamentos agrícolas.

Corcioli e Medina (2023) conduziram um estudo sobre os investimentos do Plano Safra 2020 e constataram que do valor total de R\$ 236,3 bilhões, cerca de R\$ 170 bilhões foram destinados à grandes produtores. Outro ponto crucial da pesquisa é que a maior parte da verba utilizada na compra de insumos e equipamentos vai para o exterior, dado que no mercado de sementes, como a soja, cerca de 91% da produção é transgênica e o mercado é dominado por gigantes estrangeiras, que fornecem cerca de 90% dessas sementes. No ramo de equipamentos agrícolas a parcela de participação estrangeira é ainda maior, uma vez que 99,6% do mercado é dominado por um oligopólio estrangeiro, formado por John Deere, CNH (detentora das marcas Case e New Holland) e AGCO (detentora das marcas Massey Ferguson e Valtra).

Corcioli (2019) ainda identifica que o crédito agrícola disponibilizado ao longo dos anos tem sido alocado para os mesmos produtores e para cadeias produtivas convencionais (soja, carne, leite). Além disso, grande parte desses financiamentos sequer são pagos integralmente, dado que comumente os produtores realizam a rolagem da dívida (Mendonça, 2015).

O lobby do agronegócio não é o único causador dos problemas sociais do Brasil, mas ele escancara como a nossa estrutura econômica e política permanece semelhante aos tempos de colônia, indicando que grandes latifundiários ainda concentram o poderio econômico e político do país, protegendo os seus interesses acima do bem-estar geral. Isso também pode ser visto pelo nosso sistema tributário. Enquanto os grandes gozam de renúncias fiscais, como a isenção de tributos sobre exportação de *commodities*, prevista na Lei Complementar nº 87/96, o Governo Federal, a partir do governo Temer e posteriormente com Bolsonaro, não realizou nenhum reajuste na tabela do Imposto de Renda durante 7 anos, aumentando a tributação de renda para toda a população, impactando diretamente os menos abastados, população que gasta a maior parte da renda em consumo, reforçando o padrão regressivo⁴⁵ do sistema tributário brasileiro.

Nesse sentido, a tributação indireta acaba por onerar, em muitos casos, pessoas que não detêm capacidade econômica para sofrer a incidência tributária, o que vai de encontro ao princípio da capacidade contributiva que norteia o Sistema Tributário brasileiro, acarretando, de um lado, no aumento da concentração de renda, de outro, na acentuação das desigualdades sociais, e, portanto, em grave injustiça fiscal (Buzatto; Cavalcante, 2022, p. 163).

Diferente de países que adotam um sistema tributário progressivo⁴⁶, a maior parte da arrecadação brasileira se dá de forma indireta, ou seja, pelo consumo⁴⁷. Considerando que para

⁴⁵ Modelo tributário que concentra a arrecadação sobre o consumo de bens e serviços.

⁴⁶ Alemanha, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, França, Finlândia, Suécia, dentre outros.

⁴⁷ Os três principais impostos brasileiros sobre o consumo são IPI, ICMS e ISS.

atender a universalização dos direitos previstas na CF/88 a carga tributária do país cresceu de 23% do PIB, em 1988, para cerca de 32% em 2016, o caráter regressivo dessa carga tributária pressiona cada vez mais as populações mais pobres, principalmente no que tange a pobreza e a desigualdade.

Segundo Buzatto e Cavalcante (2022) em 2007 cerca de 55,26% da arrecadação brasileira tinha o consumo como base, portanto, de caráter regressivo, enquanto isso, 27,51% vinham da tributação de renda e a tributação de patrimônio era responsável apenas por 3,36% do total, sendo essas duas últimas formas de tributação progressiva.

É palpável a diferença da tributação progressiva de renda do Brasil quando comparada aos demais países da OCDE.

Tabela 4 - Imposto de Renda de Pessoa Física - OCDE e Brasil - 2020

País	Número Alíquotas	Crédito Tributário	Parcela Isenta ¹	Alíquota Mínima	Alíquota Máxima	Faixa Máxima ²
Austrália	4		1,03	19,0	45,0	10,20
Bélgica	4		0,99	25,0	50,0	4,57
Canadá	5	x	0,93	15,0	33,0	15,13
França	4		1,14	11,0	45,0	17,94
Alemanha	3		1,06	14,0	45,0	30,48
Itália	5	x	1,01	23,0	43,0	9,47
Japão	7		0,39	5,0	45,0	32,42
Coréia	7		0,14	6,0	42,0	48,24
Holanda	3	x	2,94	9,7	49,5	7,20
Portugal	7		0	14,5	48,0	11,61
Espanha	5		0,74	19,0	45,0	7,99
Suécia	1	x	4,85	52,0	52,0	4,85
Reino Unido	3		1,44	20,0	45,0	17,30
Estados Unidos	7		0	10,0	37,0	43,20
Brasil	4		0,81	7,5	27,5	1,98
Média OCDE-14	5		1,19	17,4	44,6	18,61

Fonte: Adaptado de IPEA, 2022.

¹ Parcela isenta mensal, em milhares de dólares internacionais (1 Int\$ = 2,36 BRL (2020)).

² Faixa mensal onde começa a ser aplicada a alíquota máxima, em milhares de dólares internacionais.

A Tabela 5 demonstra que as alíquotas de IRPF brasileiras são muito menores que as apresentadas pelos países da OCDE, que apresenta uma alíquota mínima de 17,4% e uma alíquota máxima de 44,6%, contra 7,5% e 27,5% no caso do Brasil. Outro ponto é a progressividade efetiva desses tributos, onde o Brasileiro que em 2020 ganhava US\$ 1.980,00 (R\$ 4.672,80) já entrava na faixa de contribuição máxima, ou seja 27,5%, enquanto os países da OCDE apresentam alíquotas significativamente mais altas sobre a progressão de renda, taxando em praticamente todos os países acima de 40% sobre a renda dos extratos mais ricos

da população. Efetivamente, verifica-se que no Brasil o sistema tributário trata o contribuinte que ganha R\$ 5 mil mensais da mesma forma que trata quem ganha R\$ 100 mil por mês, não havendo distinção nas alíquotas entre essas faixas de renda. Comportamento bem diferente dos países da OCDE cuja arrecadação é mais agressiva conforme a faixa de renda, atingindo os extratos sociais com salários realmente altos, como no caso do Reino Unido, cuja alíquota de 45% incide sobre quem ganha a partir de U\$ 17.300,00 (R\$ 40.828,00).

A Suécia, por exemplo, um dos países com maior IDHs e menor nível de desigualdade do mundo, não apenas adota uma alíquota única de 52% sobre a renda, mas sim se valem de diversas políticas que visam reduzir a desigualdade e ponderar a arrecadação do país de acordo com a renda dos contribuintes. Um caso claro são as multas de trânsito, que são baseadas na renda da população. Uma mesma infração de trânsito pode custar € 20,00 ou € 3.000,00, dependendo da renda de quem é notificado. O modelo sueco é referência no combate à pobreza é referência no mundo.

Retomando os dados apresentados na Tabela 5, fazendo um paralelo sobre como a estrutura política brasileira favorece as elites, diferentemente de todos os países mais ricos da OCDE o Brasil não tributa dividendos, em 2020 o Brasil sequer tributava dividendos, sendo um paraíso para os rentistas. Enquanto países como Canadá, com uma alíquota de 39,3%, Coreia do Sul, 40,3% e Reino Unido, 38,1%, apresentam altas taxas de arrecadação sobre os lucros de investimentos financeiros de pessoas físicas, o Brasil não tributava esses rendimentos.

Isso reforça o padrão de benefício aos mais ricos, dado que enquanto os mais pobres sofrem com a alta taxação indireta sobre o consumo, que compromete maior parte de sua renda, os extratos mais ricos, que detém maiores excedentes financeiros e, conseqüentemente, maior condição de realizar aportes em investimentos financeiros, conseguem investir e recolher os lucros sem nenhuma tributação. Esse movimento tem um grande impacto no aumento da desigualdade no médio e longo prazo (Kerstenetzky, 2012).

O lobby institucional brasileiro, que concede benefício aos mais ricos, teve início no período colonial e permanece até hoje. Muito pela manutenção de uma elite econômica detentora do capital e, conseqüentemente, da influência política (Furtado, 2005; Simonsen, 2005). O Brasil é um exemplo prático do pensamento estruturalista de Weber (1982), o qual indica que às condições de vida dos indivíduos, bem como a estrutura social, é definida pelo mercado.

O estudo de Miguel *et al.* (2015) nos ajuda a compreender os motivos da inércia brasileira ao combater, ou ao menos tentar, pobreza e desigualdade no país. Os autores

investigaram a “carreira política” e demonstram a forte endogenia na ocupação de cargos eletivos no Brasil, tendência que cresceu ainda mais após os anos 70.

Para ilustrar essa situação podemos utilizar como exemplo o caso do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), cujo avô foi militar e esteve diretamente envolvido com o processo de Proclamação da República, enquanto seu pai também ocupou um cargo de alta patente dentro do exército brasileiro.

O caso de FHC não é raridade, mas quase regra dentro do regime político do Brasil. Miguel et al. (2015) identificaram que capital financeiro e capital familiar são as principais fontes de acesso à política brasileira. Ao estudarem a composição da Câmara Federal entre os anos de 2002 e 2010, verificaram que 87,3% dos eleitos já haviam sido eleitos para algum outro cargo anteriormente. O estudo também apresentou dados sobre o perfil dos deputados eleitos.

(...) o indicador de fonte de capital político mais relevante é o poder econômico, constatado em 56,9% dos eleitos e eleitas, e em seguida a presença de família política, identificada entre 40,7% dos eleitos e eleitas. Depois aparecem a visibilidade na mídia (19,4%), a militância em sindicatos de trabalhadores (19,2%), a liderança de associações patronais (9,6%) e a vinculação com a religião organizada (5,1%). O baixo percentual de líderes do patronato em comparação com detentores de poder econômico indica que a presença da burguesia no Poder Legislativo se dá à margem de sua representação formal de classe (Miguel et al., 2015, p. 730).

Também foi verificado que os 65,1% dos deputados nascidos após 1970 possuem família na política, percentual consideravelmente maior do que o encontrado entre os mais velhos, nascidos antes de 1940, com 45,8%. Os autores destacam que nesses casos, tanto o capital familiar quanto o capital econômico são preponderantes para esses aumentos.

Outro dado importante é que a região Nordeste, com 60,3%, seguida de Centro-Oeste, 48,8% e Norte, 44,6%, foram as regiões cujos candidatos eleitos detiveram um maior percentual de família política no ano de 2010. Portanto, as regiões mais pobres e desiguais são as que apresentam maior significância em termos de continuidade política ao longo dos anos.

É nesse contexto que este estudo se situa, buscando entender e analisar a dinâmica da distribuição de pobreza e desigualdade nos municípios brasileiros, bem como verificar seus impactos sobre as formações de clusters de pobreza e desigualdade nos anos de 2000 e 2010.

3 ANÁLISE EXPLORATÓRIA DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA DESIGUALDADE E DA POBREZA NO BRASIL

A persistência da pobreza e da desigualdade na América Latina e, particularmente, no Brasil, constitui um dos principais desafios estruturais enfrentados pelas sociedades contemporâneas. Como demonstrado nos capítulos anteriores, esses fenômenos não são recentes nem isolados: resultam de processos históricos de dominação e exclusão, profundamente marcados pela lógica de concentração de renda, pela desigualdade de oportunidades e pela reprodução social de privilégios. No entanto, para além das abordagens históricas e socioeconômicas, há uma dimensão frequentemente negligenciada e, ao mesmo tempo, fundamental para a compreensão do problema: a sua distribuição territorial.

A desigualdade social no Brasil não se manifesta de maneira homogênea. Ao contrário, há indícios consistentes de que ela tende a se concentrar geograficamente, formando aglomerados espaciais de pobreza que se perpetuam ao longo do tempo, muitas vezes à margem das políticas públicas. Essa dimensão espacial da desigualdade reforça dinâmicas de exclusão social, econômica e institucional, criando verdadeiros “circuitos de pobreza” enraizados em territórios específicos. Como destacam Sachs (2008) e Soja (2010), o território não é apenas um palco neutro onde se desenrolam as desigualdades, mas um agente ativo na produção e reprodução das injustiças sociais.

Diante disso, a presente seção propõe uma abordagem voltada à análise da distribuição espacial da desigualdade e da pobreza no Brasil, com o objetivo de identificar padrões de concentração, dependência espacial e formação de clusters de vulnerabilidade. A análise territorial da desigualdade permite uma visão mais aprofundada sobre onde e como esses fenômenos se manifestam, oferecendo subsídios empíricos importantes para o desenho de políticas públicas mais precisas e eficazes (ALMEIDA, 2012; HOFFMANN, 2006; OLIVEIRA, 2006).

Para tanto, será empregada a Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE), metodologia fundamentada na econometria espacial, que possibilita identificar autocorrelações espaciais, agrupamentos territoriais e relações de vizinhança entre unidades geográficas. Essa abordagem será aplicada aos dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, permitindo observar a evolução da pobreza e da desigualdade no território brasileiro ao longo do tempo.

Esta seção está organizada em quatro partes. A subseção 3.1 apresenta os fundamentos teóricos e metodológicos da econometria espacial. Em seguida, a subseção 3.2 detalha os dados

e procedimentos utilizados na análise. A subseção 3.3 traz os resultados obtidos, enquanto a subseção 3.4 discute as implicações dos achados e articula os resultados com o debate apresentado nos capítulos anteriores.

3.1 Econometria espacial como instrumento analítico da pobreza e desigualdade

A pobreza e a desigualdade, como fenômenos complexos e multifatoriais, manifestam-se de formas diversas nos territórios e não são distribuídas aleatoriamente no espaço. Em consonância com a perspectiva weberiana, que entende esses fenômenos como produtos das relações sociais e das estruturas de poder, é necessário um olhar metodológico que considere suas dimensões territoriais e contextuais. Conforme destacado por Reis e Dalagasperina (2009), essas manifestações variam conforme as especificidades culturais, históricas e institucionais de cada região, o que exige metodologias sensíveis à espacialidade do fenômeno.

Nesse sentido, torna-se relevante adotar abordagens analíticas que considerem a localização geográfica como uma variável explicativa. A Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE) surge como uma ferramenta apropriada, ao permitir visualizar e quantificar a dependência espacial entre variáveis sociais. Conforme destaca Almeida (2012), a AEDE permite captar padrões de associação espacial, identificar clusters e outliers, e, assim, fornecer subsídios para políticas públicas mais territorializadas e eficazes.

O uso da econometria espacial tem ganhado destaque nos estudos sobre pobreza e desigualdade por sua capacidade de superar a limitação de modelos tradicionais que assumem independência entre observações. Medeiros (2003) defende que a formulação de políticas de combate à pobreza deve ser sensível ao território onde se estruturam as relações sociais e onde se materializam os efeitos das políticas públicas. Essa abordagem permite a consideração de externalidades espaciais, isto é, o fato de que as condições socioeconômicas de um município podem influenciar (ou ser influenciadas por) seus vizinhos.

Com base nessa lógica, Hoffmann (1998) e, posteriormente, o IPECE (2016), apontaram que existem regiões cujos níveis de pobreza são mais resistentes às políticas públicas, revelando a presença de padrões espaciais persistentes de exclusão social. Essa constatação reforça a importância de se mapear espacialmente os fenômenos sociais, de modo a identificar agrupamentos críticos (clusters) que exigem maior atenção.

Estudos como os de Oliveira (2006), Chiarini (2008), Silva et al. (2013), Ávila e Bagolin (2013) e Gomes et al. (2013) reforçam a validade empírica dessa abordagem, ao demonstrarem que fatores espaciais têm papel relevante na configuração da desigualdade no Brasil. A análise

exploratória espacial, portanto, não apenas oferece uma lente metodológica inovadora, como também dialoga diretamente com a dimensão territorial das políticas públicas e com os desafios históricos da desigualdade social brasileira.

Com base nesse breve referencial teórico e metodológico, parte-se agora para a descrição dos dados utilizados e dos procedimentos técnicos adotados na análise da distribuição espacial da desigualdade e da pobreza no Brasil. A próxima seção apresenta, em detalhes, a construção das variáveis, a delimitação espacial utilizada, bem como os instrumentos estatísticos e computacionais aplicados à investigação empírica.

3.2 Procedimentos metodológicos da análise espacial

Esta subseção tem por objetivo apresentar os procedimentos metodológicos utilizados na análise da distribuição espacial da pobreza e da desigualdade no Brasil. São descritos os fundamentos técnicos da Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE), bem como os indicadores de autocorrelação utilizados, os tipos de matrizes espaciais aplicadas e os testes estatísticos pertinentes ao estudo.

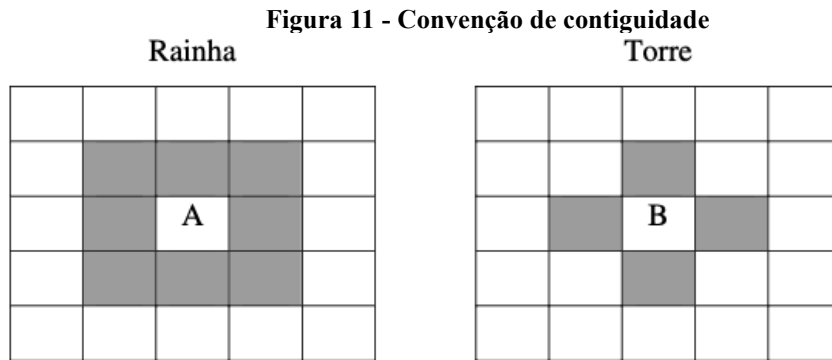
De acordo com Anselin (1988), modelos de estimação e testes da presença de interação espacial no campo de econometria espacial tem sido cada vez mais utilizados dentro do campo científico, muito pelo interesse da teoria econômica em modelos que vão além da ação isolada dos agentes econômicos individuais, explicitando interações entre os agentes, bem como na propriedade de entender os efeitos correlacionais geográficos.

É nesse contexto que a AEDE ganha espaço, pois, de maneira simplista, pode ser definida como um conjunto de técnicas estatísticas e geográficas que servem para descrever e visualizar distribuições espaciais, identificar localidades atípicas (*outliers*) e captar padrões de associação espacial e possíveis agrupamentos de valores similares (*clusters*) (Almeida, 2012).

A AEDE tem a finalidade de examinar previamente os dados antes de se aplicar qualquer técnica estatística ou econométrica, pois ela verifica se existe ou não a presença de aleatoriedade dos dados espaciais. Se os dados são aleatórios, o valor de uma variável em uma localidade não sofre dependência dos valores dessa variável nas localidades vizinhas, não sendo necessário proceder com o uso da econometria espacial. Assim, a grande vantagem de se fazer uma análise espacial é que esta técnica permite a compreensão da distribuição de dados ocorridos em certa região geográfica (Leite, 2016, p. 5)

Almeida destaca ainda que o modelo é construído a partir de uma base matricial, distribuindo a dependência em relação a distância geográfica dos locais analisados. Ou seja, o

objetivo da construção dessa matriz é atribuir pesos maiores as localidades mais próximas da área em análise e por consequência pesos menores a áreas mais distantes. Contudo, o autor destaca que existem diferentes convenções para construção da matriz, como por exemplo, os tipos de convenção de contiguidade que levam em consideração os vizinhos territoriais:



Fonte: Almeida, 2012.

As estatísticas de autocorrelação espacial global possuem como objetivo caracterizar a dependência espacial mostrando como os valores estão correlacionados no espaço, fornecendo uma medida geral da associação espacial (Gouvêa; Campos, 2007, p. 6).

LeSage (1998) representa matematicamente a dependência espacial da seguinte forma:

$$y = pW_y + x\beta + \varepsilon$$

$$y = (I - pW_y)^{-1}x + (I - pW_y)^{-1}\varepsilon$$

Nesta ótica as variáveis utilizadas na regressão do local I depende das variáveis utilizadas na regressão de outra localidade. Contudo, existem fatores não observáveis em outras cidades que tendem a afetar indiretamente os resultados da localidade I, causando um erro auto-regressivo espacial. Nestes casos, utilizamos:

$$u = \sigma W_u + \varepsilon$$

$$y = x\beta + (I - \sigma W_u)^{-1}\varepsilon$$

Outro ponto necessário para análise, é o teste de aleatoriedade. Almeida (2012) destaca que devem-se testar a autocorrelação espacial global e a autocorrelação espacial local, com intuito de verificar padrões de associação espacial, *Clusters*, ou analisar as instabilidades e situações atípicas, *outliers*.

Para isso, utiliza-se o teste de Moran. A estatística I de Moran é o indicador global de autocorrelação espacial mais utilizado na AEDE. Ela consiste em um índice que varia no intervalo entre -1 e +1, onde o valor = 0 indica ausência de correlação espacial, valores <0 demonstram dissimilaridades e >0 correlação positiva e similaridade entre locais vizinhos (Almeida, 2012).

A estatística I de Moran é representada por:

$$I = \frac{z'W_z}{z'z}$$

Onde, z são os valores da variável de interesse padronizada e w_z é a *matriz de ponderação espacial*⁴⁸.

A hipótese nula da estatística I de Moran se refere à aleatoriedade espacial e seu valor esperado é $-[1/(n-1)]$. Esse é o valor que alcança quando não há padrão espacial nos dados.

Nota-se durante as observações que quanto maior número de regiões, seu valor esperado será próximo de zero. A autocorreção espacial positiva revela que há similaridade entre os valores tanto do atributo em estudo quanto da sua localização espacial, portanto, se o valor da variável de interesse **y** é alta, a localidade estará rodeada por regiões vizinhas **Wy** com elevados valores da variável de interesse. Essa relação também é verificada em casos opostos, ou seja, baixos valores, mostrando que os dados estão concentrados através das regiões. Entretanto, se a autocorrelação espacial for negativa, então existe dissimilaridade entre os valores do atributo em estudo e a localização espacial do mesmo, visto que os dados estão dispersos espacialmente. Desta maneira, um alto valor da variável de interesse de uma região estará cercado por regiões vizinhas com baixos valores da variável e interesse. De forma semelhante, valores baixos desta variável para uma região estarão circundados por regiões vizinhas com valores altos da variável em questão. (Almeida, 2012).

Para calcular a autocorrelação espacial global utiliza-se a estatística I de Moran Bivariada Global, proposta por Anselin (1998), e é definida por:

$$I_{kl} = \frac{z'_k w_{zi}}{n}$$

Essa equação analisa se os valores entre duas variáveis diferentes são observáveis em regiões geográficas distintas. Neste caso, a hipótese nula deste teste significa que não existe relação entre as variáveis distintas em diferentes regiões.

Entretanto, a autocorrelação global pode demonstrar padrões do comportamento da variável nos níveis locais estatisticamente significantes, em outras palavras, os padrões locais

⁴⁸ Valores médios da variável de interesse padronizada nos vizinhos.

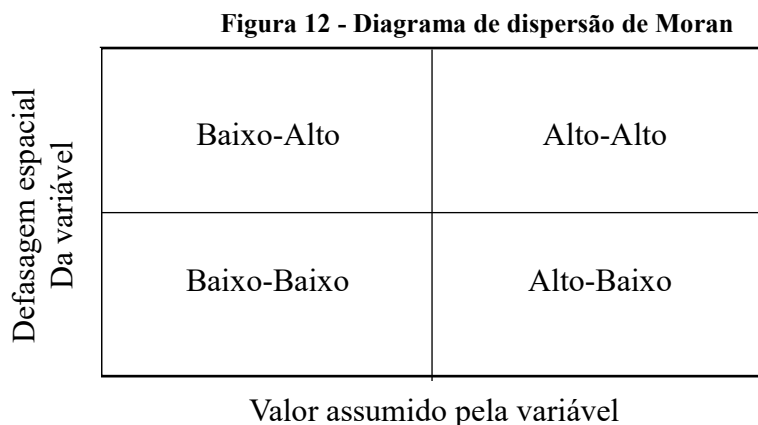
podem ser ofuscados no caso de não se encontrar homogeneidade das variáveis no espaço. Para contornar esse problema, Anselin também propôs índices de autocorrelação espacial local, que a captura de especificidades locais como *clusters* e *outliers* espaciais.

O I de Moran Local capta os padrões locais de autocorrelação, denominados de *Local Indicator of spatial Association* ou LISA. Esse indicador é composto por uma decomposição do indicador global e propicia que se elabore uma análise para cada observação realizada. O indicador é dado por:

$$I_i = z_i \sum_{j=1}^j w_{ij} z_j$$

Segundo Almeida (2012), a decomposição do indicador global de autocorrelação, possibilitam verificar qual a influência local de cada observação em quatro categorias, sendo que cada uma delas corresponde, de forma isolada, a um quadrante no diagrama de dispersão de Moran.

Deste modo, valores próximos de +1 apontam para a existência de relações espaciais dos tipos Alto-Alto e Baixo-Baixo, enquanto valores próximos de -1 indicam relações espaciais dos tipos Alto-Baixo e Baixo-Alto. Por sua vez, os valores próximos de zero sugerem que não há associação espacialmente significativa entre a unidade analisada e seus vizinhos.



Fonte: O autor, com base em Avila e Bagolin, 2013.

Conforme disposto na Figura 12, as regiões localizadas nos quadrantes AA e BB apresentam autocorrelação espacial positiva, portanto, apresentam valores altos (baixos) de uma variável contornados por valores altos (baixos). Já os quadrantes BA e AB apresentam autocorrelação espacial negativa, ou seja, as regiões que ali se encontram apresentam altos (baixos) valores cercados por baixos (altos) valores.

Para a construção dos modelos foi utilizado o software estatístico GEODA. Por sua vez, os modelos econométricos espaciais buscam demonstrar a distribuição desigualdade e pobreza, bem como verificar a existência de clusters, nos anos de 2000 e 2010, tornando possível a análise da variação entre os períodos.

Foram construídos dois modelos uni variados, a cada ano, para verificar a distribuição da **pobreza e desigualdade** nos municípios brasileiros. Para isso, foram utilizadas as seguintes variáveis:

- I. **Pobreza:** Renda Per Capita (RPC) municipal;
- II. **Desigualdade:** Índice de desigualdade de renda domiciliar per capita (Theil-L) por município.

Também foram construídos modelos bivariados para investigar a correlação entre pobreza (renda) e desigualdade (Theil):

- I. **Modelo bivariado:** Desigualdade em função pobreza; ou

$$Theil = f(RPC) \quad \text{ou} \quad Desigualdade = f(Pobreza)$$

3.3 Análise espacial da pobreza e desigualdade no Brasil

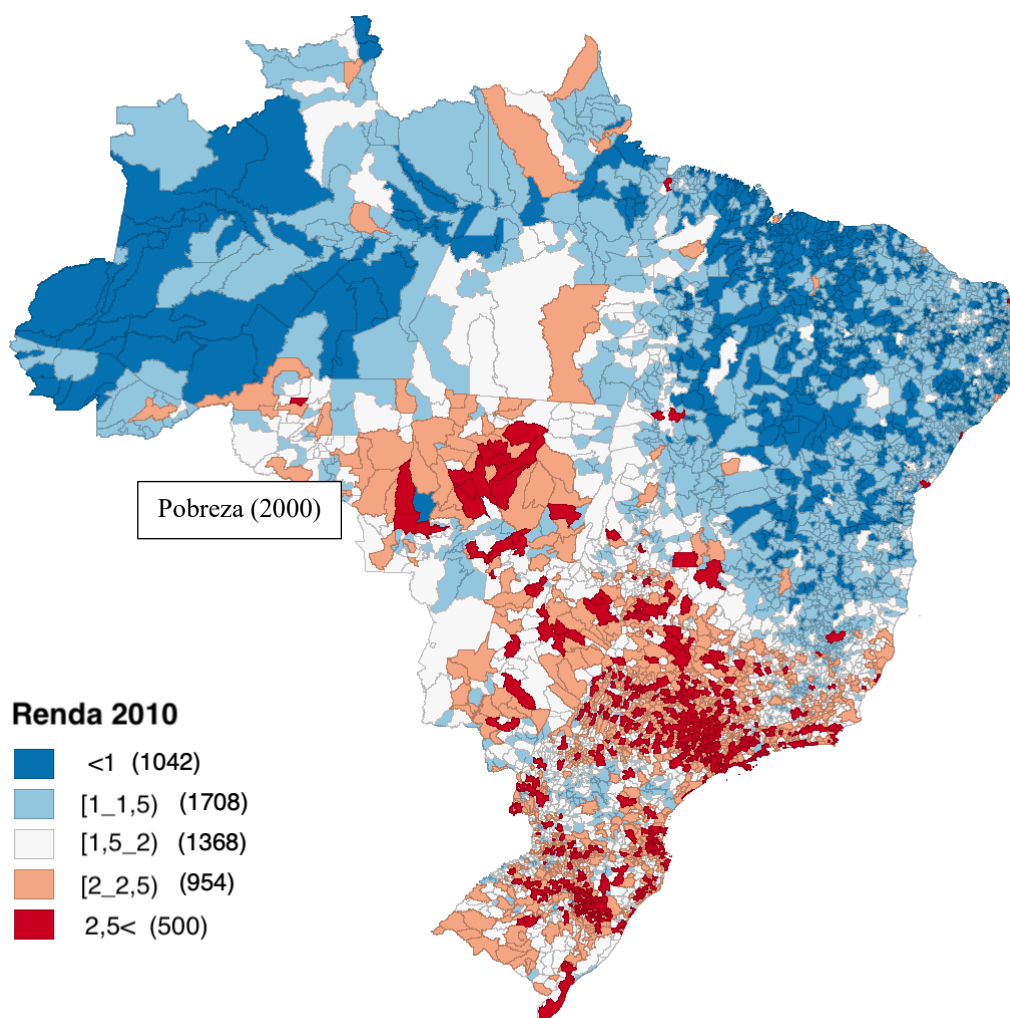
Para início da análise espacial dos fenômenos, partiremos da análise da distribuição espacial da pobreza e desigualdade no país no ano 2000.

Conforme aponta à Figura 13, a renda média per capita do país nos anos 2000 era maior nos estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Já nos estados de Norte e Nordeste, os municípios, quase que em sua totalidade, se enquadravam nos estratos inferiores de renda per capita, portanto, com um rendimento entre R\$ 0 e R\$ 299,83. Levando em consideração que o salário-mínimo no ano de 2000 era R\$ 151,00, neste ano, 1016 municípios brasileiros registraram uma renda média menor que um salário-mínimo e outros 1716 detinham uma renda média de até dois salários-mínimos.

Para se ter ideia, dos 100 municípios com menor renda per capita no país no ano 2000, 97 se encontravam na região norte ou nordeste, sendo os três restantes todos *municípios do interior de Minas Gerais*⁴⁹.

Os dois municípios que registraram a menor renda do período são maranhenses, sendo, *Centro do Guilherme*⁵⁰, cuja população em 2000 era de 6.152 habitantes e a renda per capita era de R\$ 42,81, portanto, representava menos de 30% do salário-mínimo vigente. Em segundo lugar, Belágua, cidade que fica à mais de 500km de Centro do Guilherme e próximo à divisa com o estado do Piauí, no período contava com uma população de 5.253 habitantes e uma renda per capita de R\$ 54,04.

Figura 13 - Distribuição da pobreza no Brasil - 2000



Fonte: Resultado da Pesquisa.

⁴⁹ Bonito de Minas, com uma renda per capita de R\$ 84,18; Padre Carvalho, com R\$ 89,05; e Cônego Marinho, R\$ 92,62.

⁵⁰ A cidade é conhecida até hoje como “a cidade mais pobre do Brasil”, mantendo o posto também no censo de 2010 e nos levantamentos feitos pela PNAD nos anos mais recentes.

Nota: Os valores inseridos no mapa dizem respeito à distribuição da renda per capita municipal. Considerar os valores em salários mínimos.

Mas não eram apenas essas duas cidades que se encontravam em uma grave situação de pobreza em seus respectivos estados. Maranhão e Piauí foram os estados brasileiros com o maior número de municípios entre os mais pobres do país daquele ano.

Na outra face da moeda, os municípios do sul e sudeste, principalmente os situados em regiões metropolitanas, detinham as maiores rendas per capita do período. O município paulista de Águas de São Pedro, seguido do também paulista, São Caetano do Sul, registraram a maior renda do período, sendo de R\$ 1758,66 e R\$ 1638,66, respectivamente. Logo, a renda média de um morador de Águas de São Pedro era mais de quarenta vezes maior que a de um morador de Centro do Guilherme.

Também é importante salientar, conforme pode ser observado na Figura 13, que praticamente todas as cidades dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro se encontravam no extrato com as rendas per capita mais altas dentre todos os municípios do país, bem como à concentração de renda perto das capitais como Curitiba⁵¹, Florianópolis⁵² e Porto Alegre⁵³, o que gera uma clara divisão na concentração de renda apresentada no mapa em questão. Esta distribuição fica clara quando analisamos o percentual de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza no ano de 2000.

Tabela 5 - Proporção populacional vivendo abaixo da linha da pobreza por Estados – 2000

maior proporção de pobres	Percentual	menor proporção de pobres	Percentual
Maranhão	62,8%	São Paulo	9,7%
Piauí	57,2%	Santa Catarina	12,5%
Alagoas	56,8%	Rio de Janeiro	13,5%
Ceará	51,7%	Rio Grande do Sul	15,5%
Bahia	49,8%	Paraná	18,9%

Fonte: O autor, com base em IBGE, 2021.

A Tabela 6 apresenta o retrato da distribuição de pobreza, e renda no país. Em termos percentuais, todos os 16 estados de norte e nordeste apresentam uma maior proporção populacional de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza em relação ao resto do país. Enquanto os estados do sul e sudeste, exceto Minas Gerais, apresentam as menores proporções.

⁵¹ R\$ 1219,37.

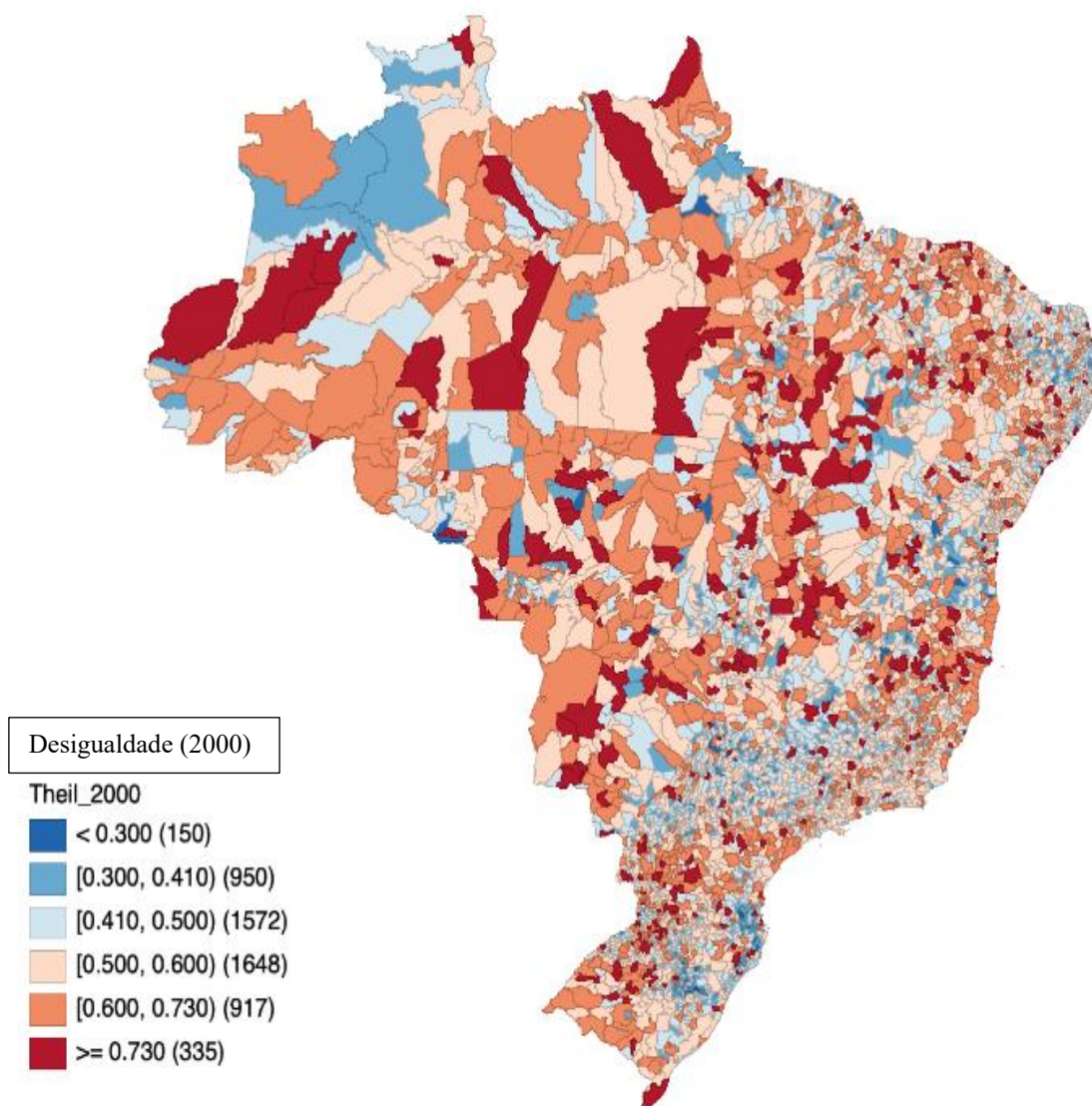
⁵² R\$ 1379,81.

⁵³ R\$ 1397,07.

Esse cenário se repete quando analisamos a renda, conforme os dados utilizados para a construção do modelo da Figura 13.

Outro ponto importante é verificar que regiões predominantemente agrícolas, como os municípios do Centro-Oeste, também demonstraram uma renda per capita maior, contudo, nesses casos a renda per capita pode ser inflada pelo resultado de grandes produtores que acabam acumulando esse capital para si. Esse efeito pode ser observado quando se analisa a distribuição da desigualdade no período, que mostra grandes diferenças espaciais em comparação com à distribuição da renda, conforme pode ser observado na Figura 14.

Figura 14 - Distribuição da desigualdade no Brasil - 2000



Fonte: Resultado da Pesquisa.

Os dados expostos na Figura 14 demonstram que diferentemente da renda, que está mais concentrada nas regiões sul e sudeste, a desigualdade está espalhada por todo o país, em municípios de maior ou menor renda per capita.

Dos municípios brasileiros que demonstram menores níveis de desigualdade se encontram afastados dos grandes centros urbanos e podem ser divididos em dois grupos distintos.

Municípios com renda mediana para baixa, como Alto Feliz – RS, que registrou em 2000 um índice de Theil de 0.160, ou seja, muito baixo, ainda mais se comparada a média brasileira que foi de 0,630, demonstrando pouquíssima desigualdade de renda, ou seja, quase todos os moradores ganhavam de fato valores próximos aos R\$ 498,67, que foi a renda per capita municipal daquele ano. Os municípios do RS, SC e interior de SP são a grande maioria dos municípios com esse perfil.

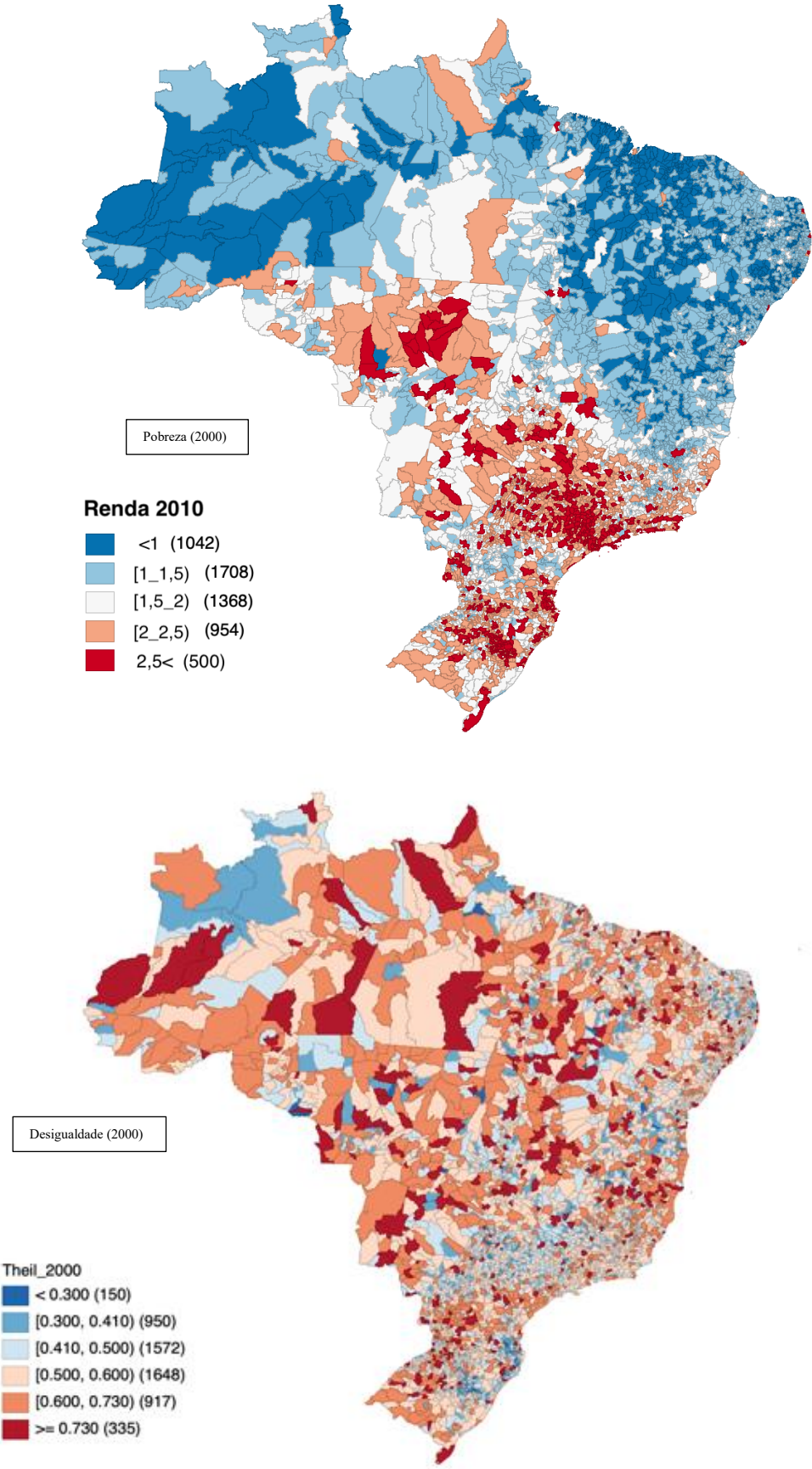
O outro bloco de municípios que apresentavam índices baixos de desigualdade foram os extremamente pobres, como Barra do Choça – BA e Tabuleiro Grande – RN, cujas rendas per capita foram R\$ 140,47 e R\$ 168,80, enquanto o índice de Theil registrou 0,190 e 0,220, respectivamente.

Dos municípios que apresentaram uma maior renda per capita, quase a totalidade se mostrou muito próximo ou até acima da média do país naquele ano, como o município de Águas de São Pedro – SP, município que deteve o posto de maior rendimento per capita, com R\$ 1758,66, mas com um alto índice de desigualdade, com um Theil de 0,630, exatamente o mesmo valor médio do Brasil. Outro município que pode ser utilizado como exemplo é o de Santana de Parnaíba – SP, cujo o rendimento per capita foi de R\$ 1539,20, mas o índice de Theil alcançou 1,00, ou seja, a taxa mais alta possível.

O estado do Mato Grosso é fundamental para entender o problema da desigualdade na distribuição de renda. Enquanto a maioria dos municípios apresentou uma renda per capita acima da média do país, a desigualdade no período foi muito grande.

Muito disso pode ser explicado pelo tipo de atividade econômica desenvolvida no local. Os estados cuja atividade principal estava vinculada a agropecuária apresentam altos índices de desigualdade. No geral, essas terras são ocupadas por latifundiários que produzem monocultura ou pecuária extensiva, o que normalmente gera muita riqueza, mas que tende a concentrar esses retornos. Isso pode ser visto na região norte também, onde mesmo com uma renda média menor, a concentração é extremamente alta. Essa comparação que pode ser visto na Figura 15.

Figura 15 - Distribuição espacial da pobreza e desigualdade - 2000



Fonte: Resultado da pesquisa.

Observando os mapas em conjunto, verifica-se que no ano de a pobreza era muito mais presente nas regiões norte e nordeste em relação as demais, mas ainda existiam vários focos de cidade com menor renda per capita também no sul, especialmente na região centro-sul do Paraná, na região sul do Rio Grande do Sul e nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Por outro lado, a desigualdade não demonstrava nenhum padrão em sua distribuição espacial. Existiam áreas muito pobres e muito desiguais, como o norte de Amazonas, regiões muito pobres e pouco desiguais, como o sudoeste do Acre, regiões pouco pobres e muito desiguais, como as capitais da região nordeste, e regiões menos pobres e menos desiguais, conforme pode ser notado em maior quantidade no interior do estado de São Paulo. Mas ainda assim, no geral, os municípios brasileiros como um todo apresentavam um nível elevado de desigualdade.

O período entre 2000 e 2010 foi marcado por esforços para o combate da pobreza, desigualdade social e suas causas. Como exemplo, de acordo com dados da OCDE (2013) o investimento em educação passou de 3,5% do PIB brasileiro em 2000 para 5,6%⁵⁴ em 2010. Os indicadores educacionais do país refletiram esses números e demonstraram grandes avanços em todas as regiões e em grupos de diferentes níveis educacionais e faixas etárias.

Tabela 6 - Taxa de Alfabetização - População com 15 anos ou mais

Região	2000	2010	Variação percentual
Norte	84,5%	88,7%	4,97%
Nordeste	72,5%	80,3%	10,76%
Centro-Oeste	88,7%	91,5%	3,16%
Sudeste	90,2%	93,2%	3,33%
Sul	90,9%	93,5%	2,86%

Fonte: O autor, com base em IBGE, 2021.

Tabela 7 - Anos médios de estudo - População com 25 anos ou mais

Região	2000	2010	Variação percentual
Norte	5,2	6,5	25%
Nordeste	4,3	5,6	30,23%
Centro-Oeste	5,8	7,2	24,14%
Sudeste	6,1	7,5	22,95%
Sul	6,0	7,4	23,33%

Fonte: O autor, com base em IBGE, 2021.

⁵⁴ Segundo o mesmo estudo, apesar do avanço nos investimentos, quando se trata de educação básica, o país investiu um valor/aluno muito menor que a média da OCDE. Em 2010 o Brasil investiu cerca de US\$ 2.964 (R\$ 6,6 mil na cotação da época) anualmente para cada aluno da educação básica, enquanto a média da OCDE foi de US\$ 8.382 (R\$ 18,8 mil). Porém, o investimento no ensino superior brasileiro, US\$ 13.137 (R\$ 29.164), superava a média da OCDE, US\$ 11.383 (R\$ 25.270).

As Tabelas 7 e 8 demonstram os avanços das regiões brasileiras na taxa de alfabetização e anos médios de estudo. Verifica-se que entre os períodos o país como um todo obteve bons resultados visando alcançar a meta de analfabetismo zero. Ainda, houve um incremento significativo nos anos médios de estudo da população.

Tabela 8 - Acesso ao ensino superior - 2010

Região	2000	2010	Variação percentual
Norte	8,5%	14,2%	67,06%
Nordeste	7,2%	12,5%	73,61%
Centro-Oeste	12,5%	19,7%	57,60%
Sudeste	15,3%	22,1%	44,44%
Sul	14,8%	21,8%	47,30%

Fonte: O autor, com base em IBGE, 2021.

Proporcionalmente falando, o acesso ao ensino superior foi o que apresentou uma maior variação percentual. Isso tende a ser um fator interessante no ponto do desenvolvimento econômico, uma vez que, na teoria, o país passa a ter uma força de trabalho mais capacitada ao longo do tempo.

Contudo, apesar de apresentar melhoras percentuais mais significativas que as demais regiões, Norte e, principalmente, Nordeste, ainda se encontravam em uma situação muito mais deficitária que as demais regiões. Os indicadores de saúde também se apresentaram de forma favorável no período, demonstrando melhora em todas as regiões.

Tabela 9 - Acesso a atenção básica de saúde e saneamento básico (em %) – 2010

Cobertura da atenção básica				Acesso a saneamento básico		
Região	2000	2010	Variação	2000	2010	Variação
Norte	30,5	65,8	115,74	45,2	55,6	23,01
Nordeste	45,2	80,3	77,65	40,3	50,2	24,57
Centro-Oeste	25,3	60,1	137,55	65,8	75,4	14,59
Sudeste	20,1	55,6	176,62	75,1	85,3	13,58
Sul	18,7	50,2	168,45	70,5	80,1	13,62

Fonte: O autor, com base em IBGE, 2021.

Assim como a educação, a saúde também apresentou melhora nos indicadores em todo o país. Enquanto em 2000 o governo investia 2,7% do PIB do país em saúde, em 2010 os valores passaram a representar 3,6%. É importante salientar que parte dos resultados dos avanços e saúde não se deram só pelo investimento governamental, uma vez que em 2010 o valor gasto pelas famílias em saúde particular representaram 4,4% do PIB brasileiro, ou seja, valor consideravelmente maior que os investimentos do governo (IBGE, 2024).

Um dado interessante e pertinente exposto na Tabela 10 foram os resultados da cobertura da atenção básica de saúde, que foi superior no Norte e Nordeste em relação às demais regiões do País. Parte desses resultados podem ser explicados pelos avanços do Programa Bolsa Família, e seus condicionantes, nessas regiões. Dados do Governo Federal (2012) demonstram

à evolução do acompanhamento de saúde ao longo dos anos para os beneficiários do Programa. No ano de 2010 verificou-se que 69,05% das crianças beneficiárias do programa cumpriram com o calendário de acompanhamento de saúde, além disso, os dados indicam que as médias de Norte e Nordeste foram muito superiores às demais regiões.

Contudo, apesar dos avanços brasileiros na implantação de políticas sociais e do grande crescimento econômico obtido entre 2000 e 2010, as tendências regionais de pobreza e desigualdade se tornaram mais aparentes ao longo dos anos, conforme será observado a seguir.

A Figura 16 demonstra a disposição da pobreza do Brasil em 2010. De acordo com dados do IBGE (2021) a variação da renda bruta domiciliar per capita entre os anos de 2000 foi de 60,96%, saindo de R\$ 415,00 para R\$, 668,00 no período, ficando um pouco acima do salário mínimo, que era de R\$ 510,00 naquele ano. Usando o IPCA como deflator, os valores seriam equivalentes à R\$ 1103,90 (2000) e R\$ 1202,40 (2010) no ano de 2025. Contudo, apesar do crescimento aparente, o IPCA acumulado no período foi de 80,07%, portanto houve um pequeno crescimento na renda real média do brasileiro, e esse impacto foi diferente em cada uma das regiões do país:

Apesar do crescimento do PIB, que saltou de R\$ 1,1 para R\$ 3,7 trilhões, registrando um aumento real de 86,7% no período, a renda média real da população cresceu pouco. Segundo dados do IPEA (2021) a região Nordeste representou a maior taxa de crescimento, com 4,7% para o período, seguida do Centro-Oeste, com 4,3%, Sul, 3,5%, Sudeste, 2,7% e Norte, com um crescimento de 2,3%. Na média geral, o país registrou um aumento de 3,2% na renda média per capita domiciliar real da população. Isso demonstra que, apesar dos bons resultados econômicos, a distribuição de renda foi deficitária, criando uma diferença gigantesca entre crescimento do PIB e o aumento de renda da população.

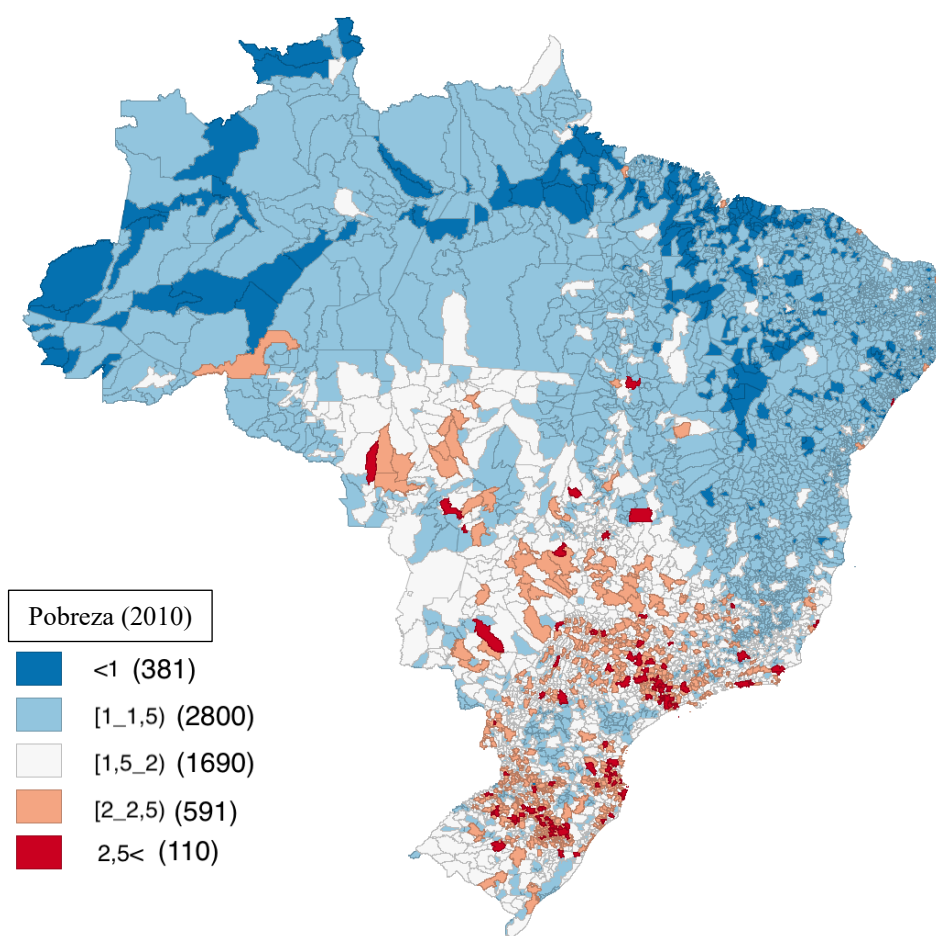
Ainda, embora a região Nordeste tenha apresentado o maior crescimento de renda do período, fica visível na Figura 16 que os municípios dessa região, juntamente aos da região Norte, ainda apresentavam números preocupantes, estando em quase que em sua totalidade entre os 50% mais pobres do país.

Vale ressaltar que todos os 100 municípios mais pobres do país no período se encontravam nas regiões norte ou nordeste, e alguns municípios podem ser utilizados para explicar a real situação das regiões, mesmo após o aumento da renda entre os períodos.

Primeiramente, é importante expor que não houve aumento de renda em todos os municípios. Como exemplo, o município de Marajá do Sul, município maranhense que registrou uma renda per capita de R\$ 133,13 em 2000, teve uma renda nominal de R\$ 95,59, ou seja, uma queda de 28,2% em valores nominais e uma redução de 60% em valores reais no

período. Outro ponto crucial apontar que existe um grande bloco de municípios que registraram um aumento substancial, mas que os valores apresentados em 2000 eram muito baixos, então, apesar da variação positiva, as condições de renda e vida da população ainda eram críticas, como a também maranhense cidade de Belágua, que registrou uma renda média de R\$ 56,04 em 2000 e saltou para R\$ 106,31 em 2010, cujo o aumento percentual foi de 89,7%, mas o aumento real foi de apenas 5,4%, e, além disso, ainda ficou muito abaixo da renda média do país, R\$ 668,00.

Figura 16 - Distribuição da pobreza no Brasil – 2010



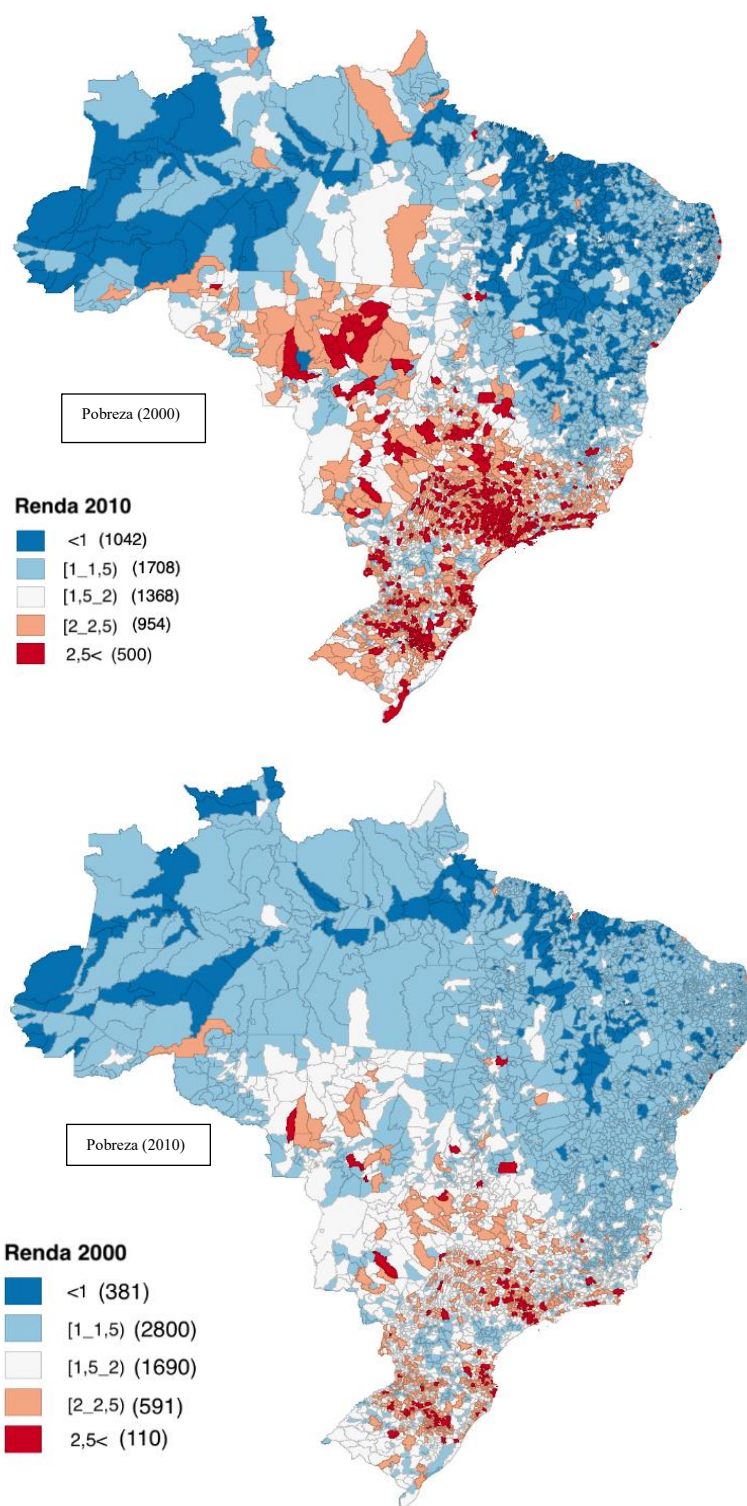
Fonte: Resultado da pesquisa.

Apesar das variações regionais registradas, as conjunturas de pobreza permaneceram semelhantes nos dois períodos, concentrando os municípios mais ricos no Sul, Sudeste e Centro-Oeste, enquanto os mais pobres se encontravam no Norte e Nordeste, mas de maneira mais amena em relação ao ano de 2000.

A Figura 17 demonstra a distribuição de renda em 2000 e 2010. Duas tendências são notáveis no período. A primeira foi a redução da quantidade de municípios com renda média

inferior a 1 salário mínimo, que diminuiu de 1042 municípios no ano de 2000 para 381 em 2010. O outro movimento foi verificado no grupo das cidades de maior renda, onde verificou-se uma drástica diminuição no número de municípios com renda superior a 2 salários mínimos.

Figura 17 - Comparação da distribuição da pobreza no Brasil – 2000 e 2010



Fonte: Resultado da pesquisa.

Apesar do crescimento econômico do país, houve uma redução da renda real nas regiões mais ricas e o crescimento nas regiões mais pobres no comparativo entre os períodos, verifica-se que os municípios das regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste permaneceram com uma renda média consideravelmente mais alta do que os estados do Norte e Nordeste.

Esse cenário é explicitado quando verificamos a proporção de pessoas pobres nos estados da federação em 2010, conforme exposto na Figura 17. Muito disso se deve pela estrutura econômica dos locais, onde os estados com setores de serviços e indústria mais desenvolvidos, tendem a ter resultados mais expressivos no crescimento econômico e de renda ao longo do tempo frente à locais que dependem de atividades econômicas de baixa produtividade, como o extrativismo (Rodrik, 2009).

Tabela 10 - Proporção populacional vivendo abaixo da linha da pobreza – 2010

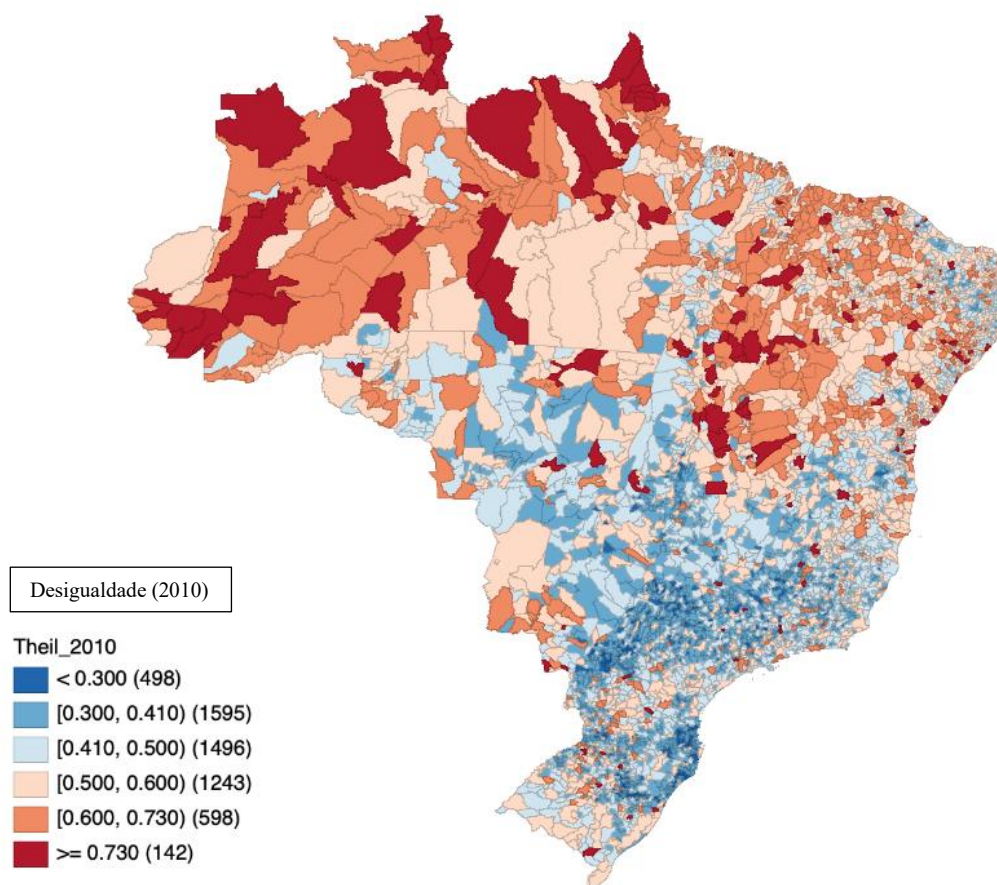
Estados com maior proporção de pobres	Percentual	Estados com menor proporção de pobres	Percentual
Maranhão	39,3%	Santa Catarina	3,6%
Alagoas	34,1%	São Paulo	4,6%
Piauí	34,1%	Rio Grande do Sul	6,2%
Pará	32,3%	Paraná	6,5%
Amazonas	30,5%	Rio de Janeiro	7,4%

Fonte: O autor, com base em IBGE, 2021.

Apesar da ainda clara diferença de renda entre as regiões quando comparamos os modelos que apresentam a distribuição da pobreza nos municípios em 2000 e 2010, verifica-se que as situações mais extremas, como pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza e extrema pobreza foram muito atenuadas pelas políticas públicas implantadas no período, alcançando uma melhora tangível nesses indicadores. Esses resultados se refletem ao analisarmos a distribuição da desigualdade no país, a qual representou uma diminuição considerável na comparação entre os períodos.

A Figura 18 demonstra a distribuição da desigualdade nos municípios brasileiros no ano de 2010 e apresenta grandes diferenças em relação ao modelo de 2000 (Figura 12). Diferentemente do ano 2000, onde a distribuição da desigualdade era mais esparsa ao longo de todo o território, em 2010 verifica-se que ocorreu um movimento de redução da desigualdade nos estados do sul e sudeste, ao mesmo tempo que houve uma piora nos estados de norte e nordeste, indo na contramão dos resultados apresentados na variação de renda no período.

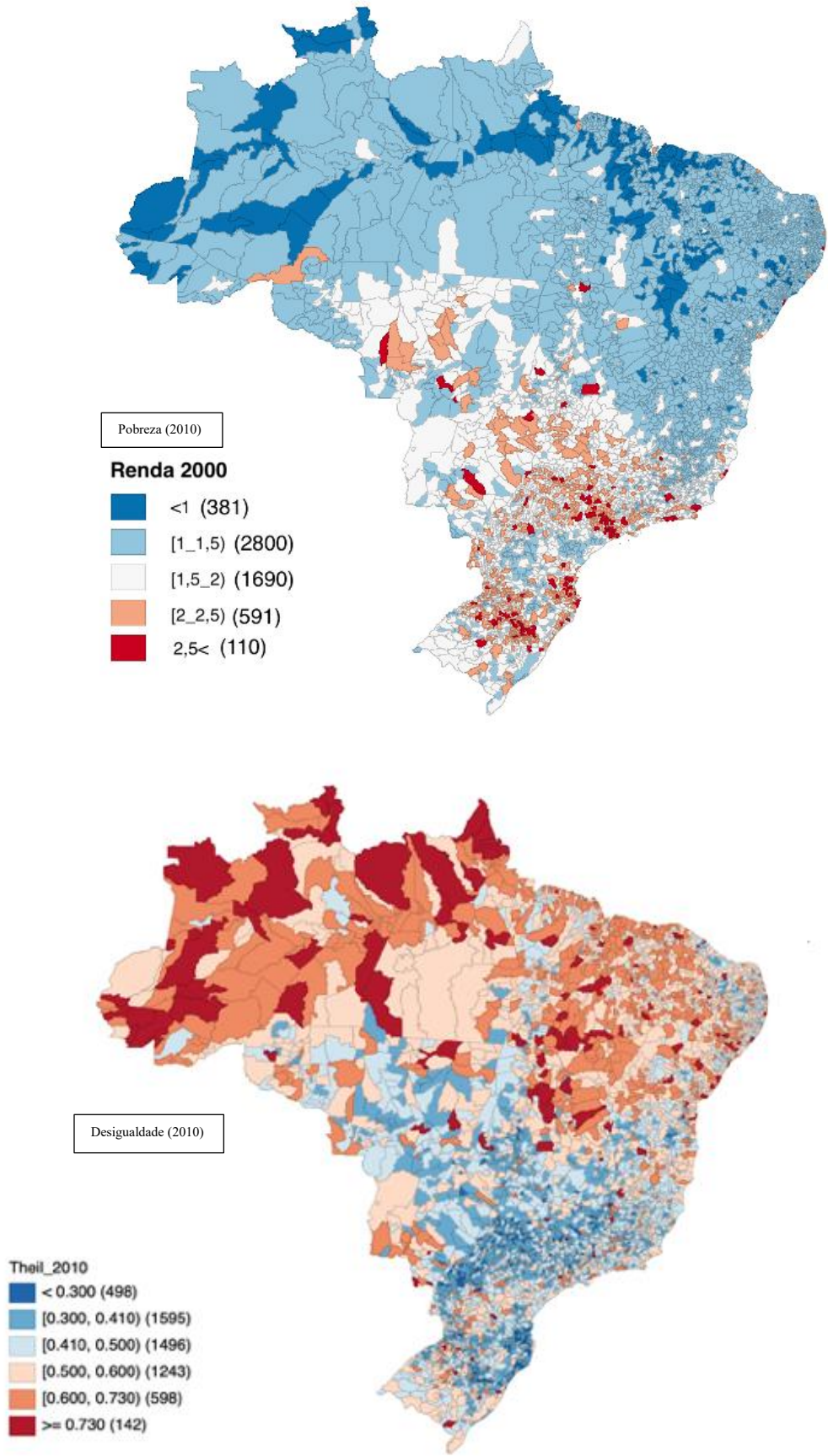
Figura 18 - Distribuição da desigualdade no Brasil – 2010



Fonte: Resultado da pesquisa.

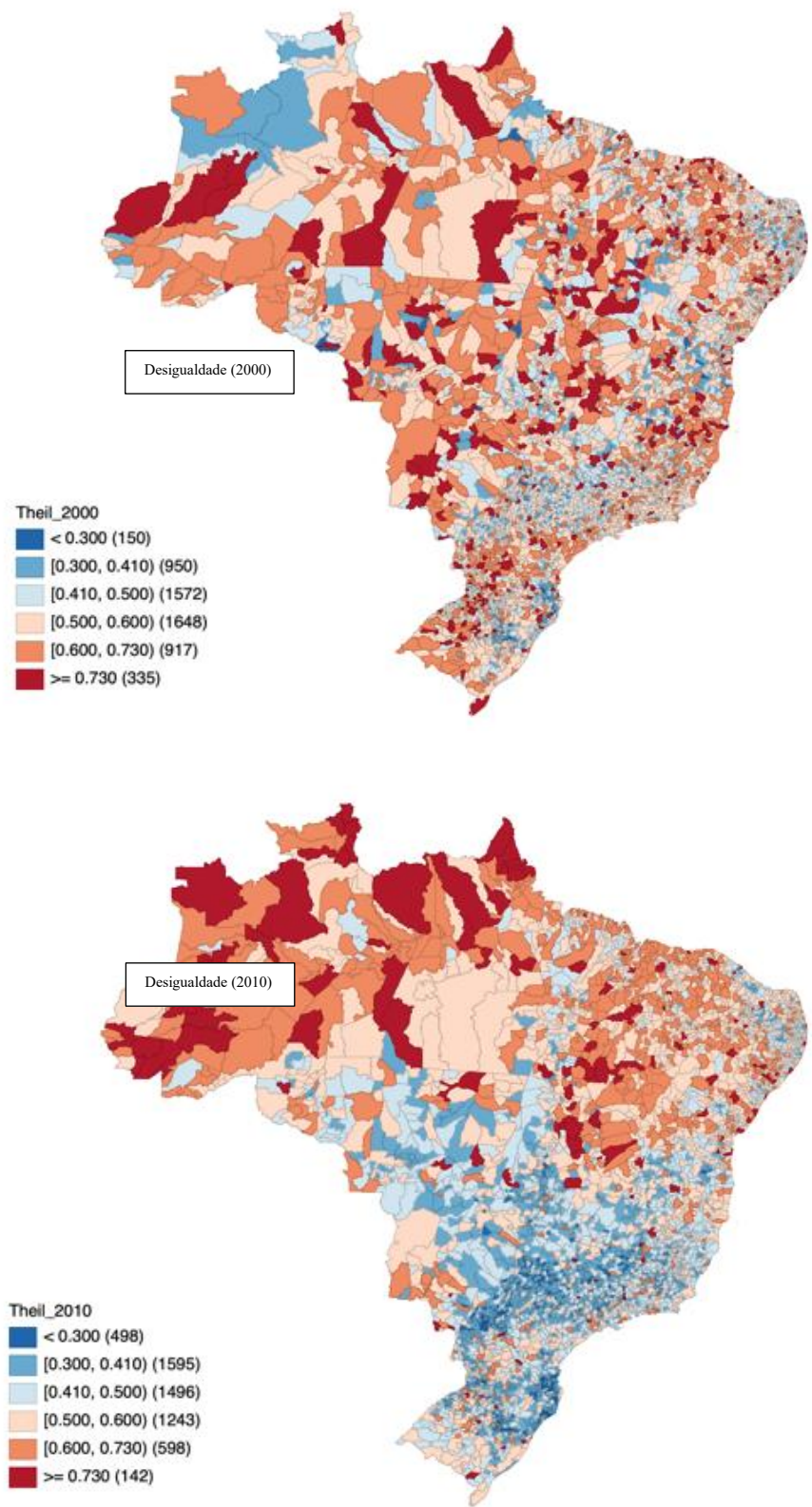
A Figura 19 apresenta a comparação entre pobreza e desigualdade no ano de 2010. Pobreza e desigualdade aparentam ter uma relação inversa no período, onde, os estados do sudeste e, principalmente, sul, que detinham uma maior renda per capita, também apresentaram uma redução no índice de Theil. Isso demonstra que a distribuição de renda foi mais eficaz nessas regiões no período, demonstrando o impacto acertado das políticas públicas e do desenvolvimento regional. Enquanto isso, na média, os estados do norte e nordeste apresentaram resultados inversos, como pode ser observado na Figura 20, logo abaixo.

Figura 19 - Distribuição espacial da pobreza e desigualdade no Brasil – 2010



Fonte: Resultado da pesquisa.

Figura 20 - Distribuição da desigualdade no Brasil – 2000 e 2010



Fonte: Resultado da pesquisa.

Contudo, em termos gerais, houve de fato a redução da desigualdade no país. Ao verificarmos os extratos apresentados na Figura 20, verifica-se que a quantidade de municípios que apresentavam um índice de Theil menor que 0.300 aumentou de 150 em 2000 para 498 em 2010. É uma marca expressiva, dado essa taxa é consideravelmente inferior à taxa média do país, que foi de 0,530 no período. Ainda, nota-se redução em todos os demais quartis, demonstrando que de fato às políticas públicas influenciaram positivamente na distribuição de renda no país.

Apresentada a distribuição espacial da pobreza e desigualdade no país ao longo dos dois períodos, o próximo passo é verificar e analisar o grau de associação espacial de pobreza e desigualdade entre os municípios nos anos de 2000 e 2010.

Tabela 11 - I de Moran para pobreza e desigualdade nos anos de 2000 e 2010

Variável	Torre	Rainha
Pobreza (2000)	0.688	0.716
Pobreza (2010)	0.718	0.737
Desigualdade (2000)	0.172	0.194
Desigualdade (2010)	0.482	0.500

Fonte: Resultado da pesquisa.

Para a elaboração dos mapas, foi utilizada a convenção de contiguidade do tipo rainha, ou seja, classifica como municípios vizinhos todos aqueles que suas fronteiras se tocam em algum ponto. Essa convenção foi escolhida por apresentar maior I de Moran em relação a convenção do tipo torre, apesar de ambas demonstrarem significância das correlações espaciais.

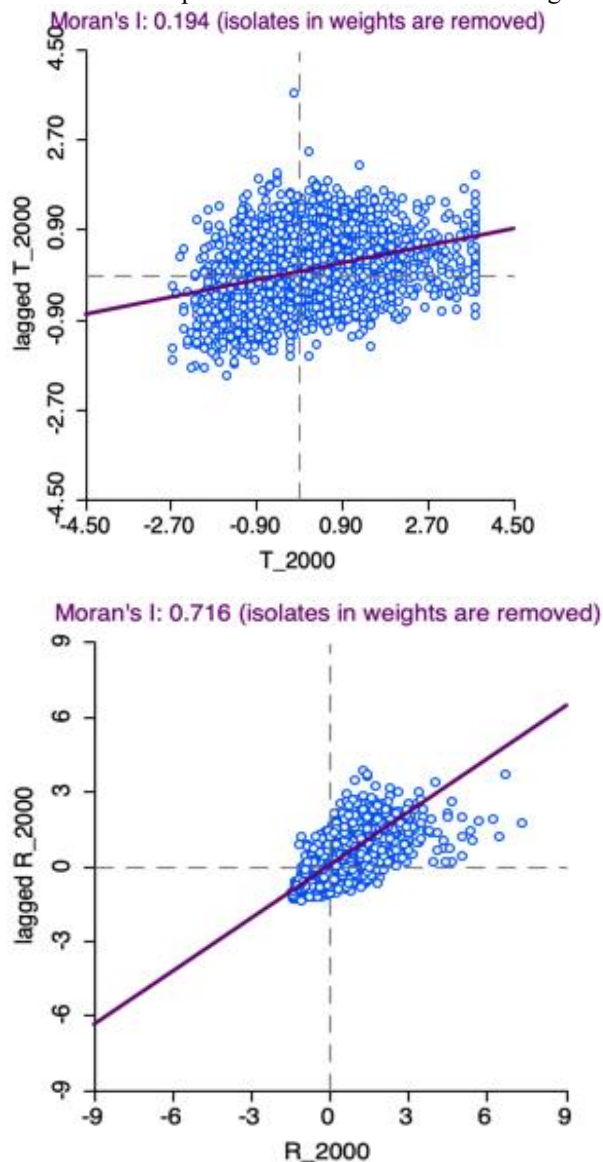
No ano de 2000, tanto desigualdade quanto pobreza apresentaram correlação espacial positiva, portanto, isso demonstra que áreas com níveis semelhantes de pobreza e desigualdade tendiam a se agrupar naquele período. Contudo, o I de Moran para desigualdade apresentou uma correlação positiva moderada, 0.194, enquanto a pobreza demonstrou uma correlação forte, 0.716, mostrando que havia uma concentração muito maior de áreas pobres próximas de outras áreas pobres, e áreas ricas conglomeradas com outras áreas ricas, em relação ao agrupamento de áreas mais ou menos desiguais, que também ocorriam, mas com uma frequência menor.

A Figura 21 utiliza a dispersão de Moran para representar graficamente o que foi explicitado acima. As áreas pobres, ou ricas, apresentam uma concentração muito maior em comparação com as áreas mais ou menos desiguais.

As tendências dispostas na estatística I de Moran e nos gráficos de dispersão da Figura 21, podem ser visualizadas na Figura 22 de forma mais clara. Tanto a tendência positiva para aglomeração de áreas semelhantes em quesitos de pobreza e desigualdade estão presentes, como

também fica explícita que, de fato, os clusters de pobreza são mais recorrentes do que os clusters de desigualdade para o ano de 2000.

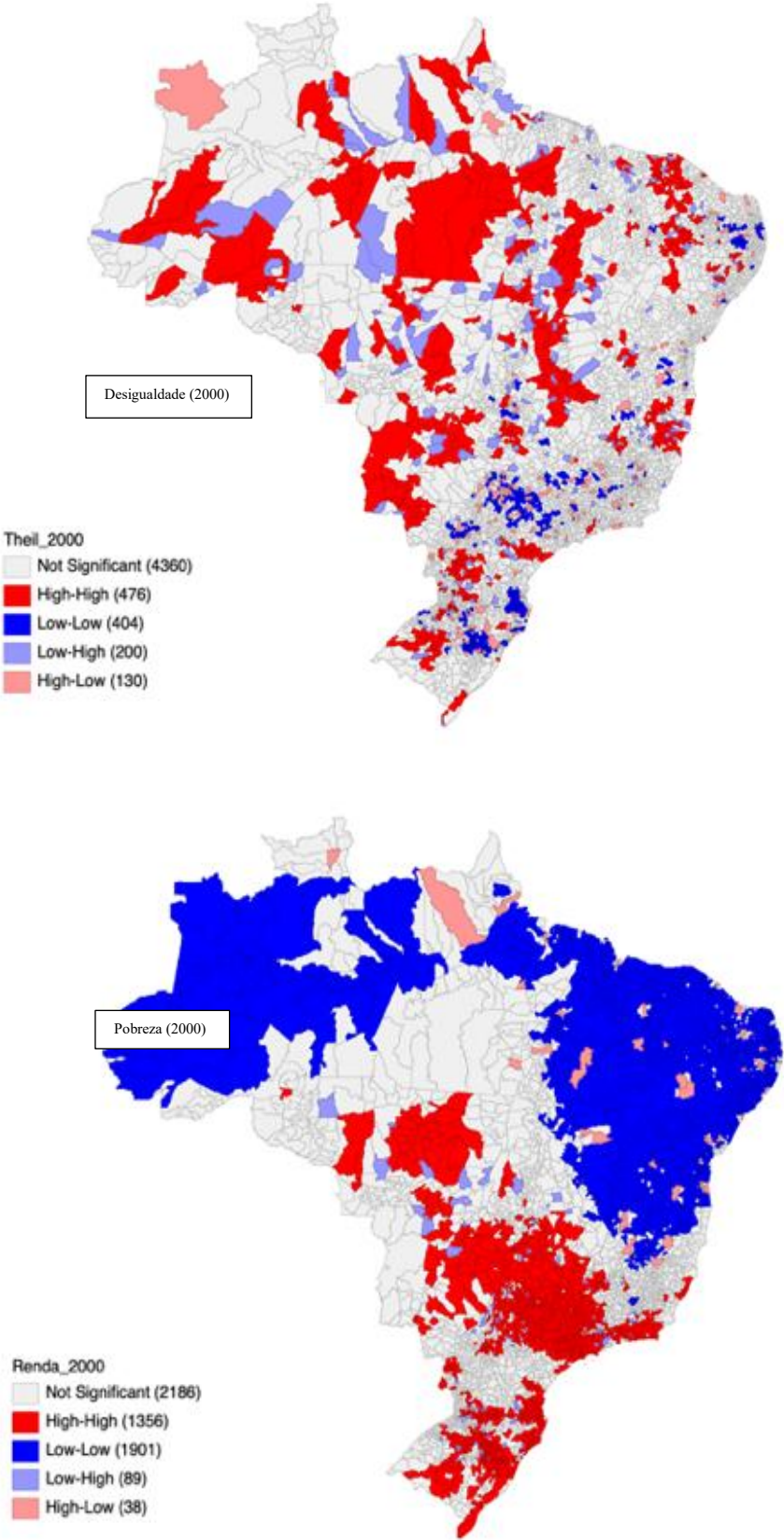
Figura 21 - Gráfico de dispersão de Moran – Pobreza e Desigualdade - 2000



Fonte: Resultado da pesquisa.

No mapa desigualdade a cor vermelha aponta cluster municipais com um índice de desigualdade de Theil, ou seja, desigualdade elevados (*cluster* Alto-Alto), portanto, são municípios com altos níveis de desigualdade e que tem como vizinhos outros municípios também muito desiguais. Por outro lado, a cor azul representa regiões com níveis de desigualdade que variam entre os municípios vizinhos, com municípios com alto índice em meio a municípios de índice baixo, e vice-versa (*cluster* Baixo-Baixo).

Figura 22 - Mapa de Clusters – Pobreza e Desigualdade - 2000



Fonte: Resultado da pesquisa.

Neste ponto, apesar dos clusters de desigualdade serem mais dispersos, é interessante apontar algumas características do período. Apesar de termos índices AA e BB por todo o país, suas características se diferem por região. Existem clusters de pobreza na região norte, área amazense próxima do Vale do Javari, e na região nordeste, principalmente na faixa que compreende os estados de Maranhão e Piauí, onde existe um índice alto-alto para desigualdade, e, ao mesmo tempo, verifica-se que também há alta concentração de pobreza nesses locais. Isso indica que mesmo com uma baixa renda per capita local, também existem graves problemas de concentração.

Outro ponto interessante da região Norte é que ela concentra a maior quantidade de clusters Baixo-Alto, que demonstra que existem áreas com pouca desigualdade próximas de áreas com altos níveis desta variável. Pode-se citar como exemplo o entorno da capital de Rondônia, Porto Velho, que também é uma região com alto índice de pobreza, mas que existem municípios com um grau elevado de desigualdade, e, ao mesmo tempo, outros com um nível muito pequeno de desigualdade, mas onde há muita pobreza. Isso indica que a maior parte da população é pobre.

Verifica-se também que regiões agrícolas monocultoras de Mato Grosso do Sul⁵⁵, Paraná⁵⁶ e Rio Grande do Sul⁵⁷, demonstram altos índices de desigualdade em locais cuja a renda média é consideravelmente alta em relação à região nordeste. Isso é um indicativo de que a agropecuária extensiva da região pode contribuir com o acúmulo desigual de riquezas.

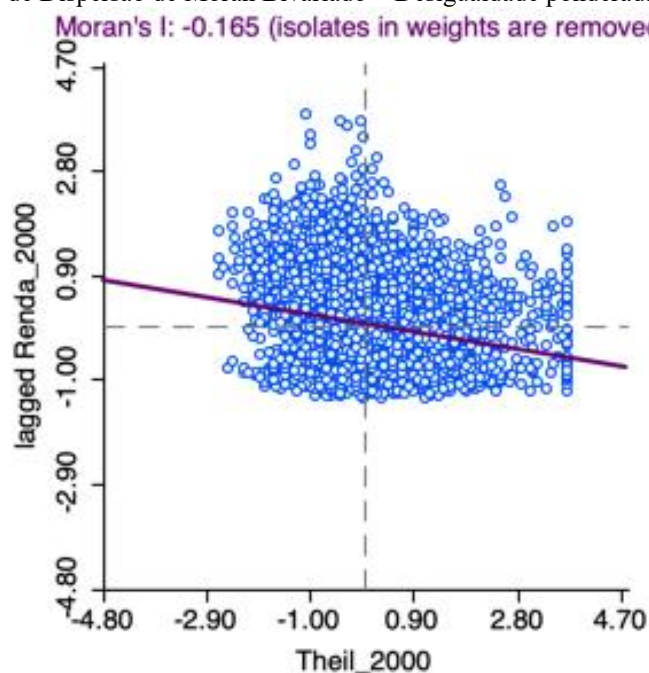
Já para as regiões que apresenta clusters Baixo-Baixo, se destacam as regiões mais próximas das capitais das regiões sul e nordeste, além uma região mais extensa próxima do ABC Paulista. Ao analisarmos o perfil produtivo dessas regiões, verifica-se que elas possuem atividades econômicas mais complexas presentes nesses locais, como indústrias e setor de serviços mais desenvolvidos, tendem a acarretar uma melhor distribuição da renda. Além disso, outra hipótese é que regiões com mais renda tendem a ser menos desiguais, e isso pode ser verificado mediante a análise bivariada utilizando a estatística de Moran:

⁵⁵ Na região fronteira que se estende de Palmar Alegre até a região de Concha.

⁵⁶ Região do entorno de Ampére até Chopinzinho.

⁵⁷ Faixa territorial que vai de Alegrete até São Luiz Gonzaga.

Figura 23 - Gráfico de Dispersão de Moran Bivariado – Desigualdade ponderada pela pobreza - 2000

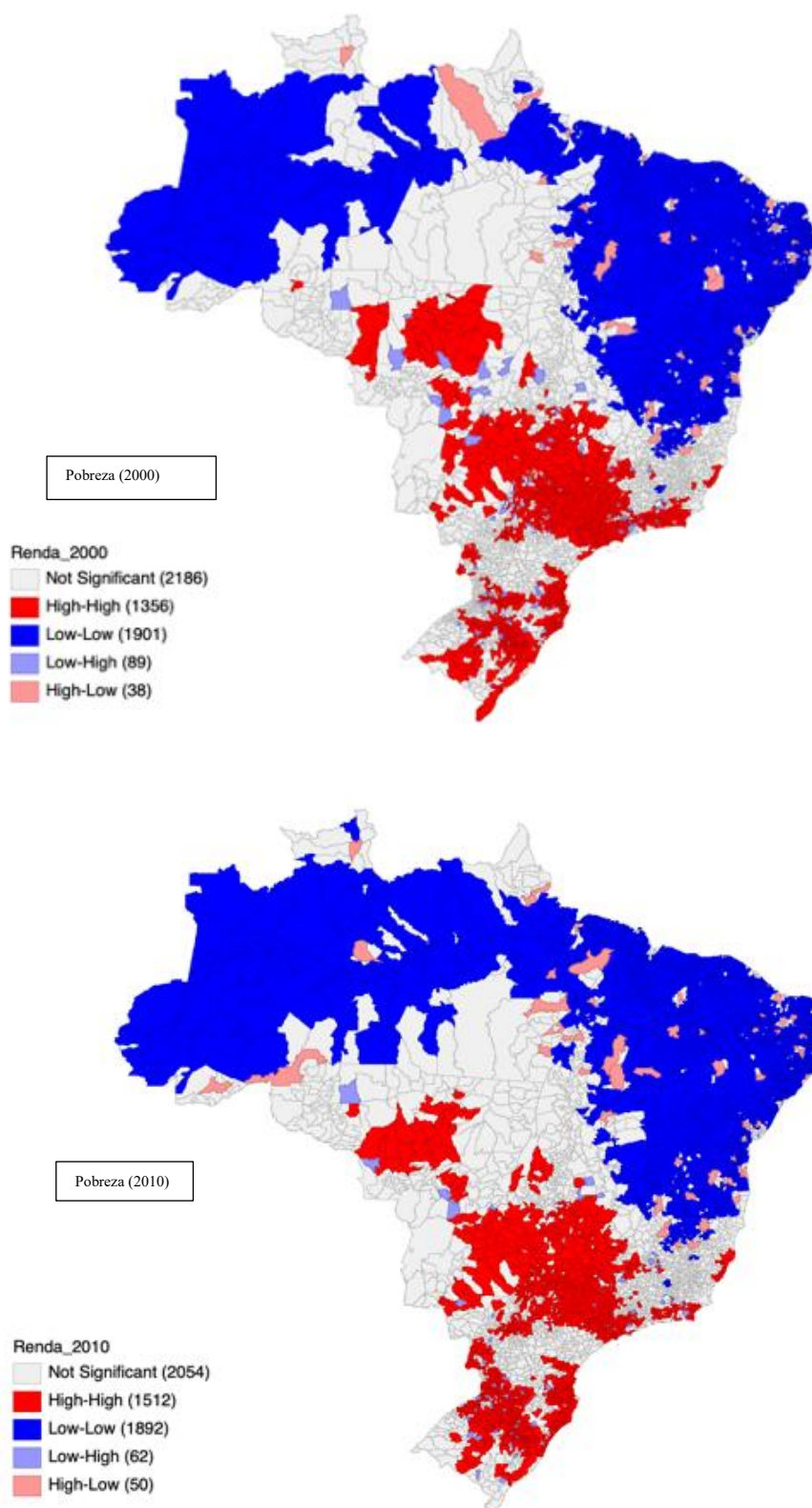


Fonte: Resultado da pesquisa.

A Figura 23 representa o gráfico de dispersão de Moran criado a partir da análise de correlação espacial entre Desigualdade e Pobreza. O resultado de -0,165 indica uma correlação negativa moderada entre desigualdade e pobreza. Portanto, a estatística indica que a diminuição da pobreza, ou aumento da renda, gera uma tendência de diminuição na desigualdade. O inverso também é verdadeiro, conforme será abordado mais à frente.

Essa tendência fica ainda mais explícita quando passamos a analisar os dados da distribuição da desigualdade referentes ao ano de 2010.

Figura 24 - Mapa de Clusters – Pobreza – 2000 e 2010



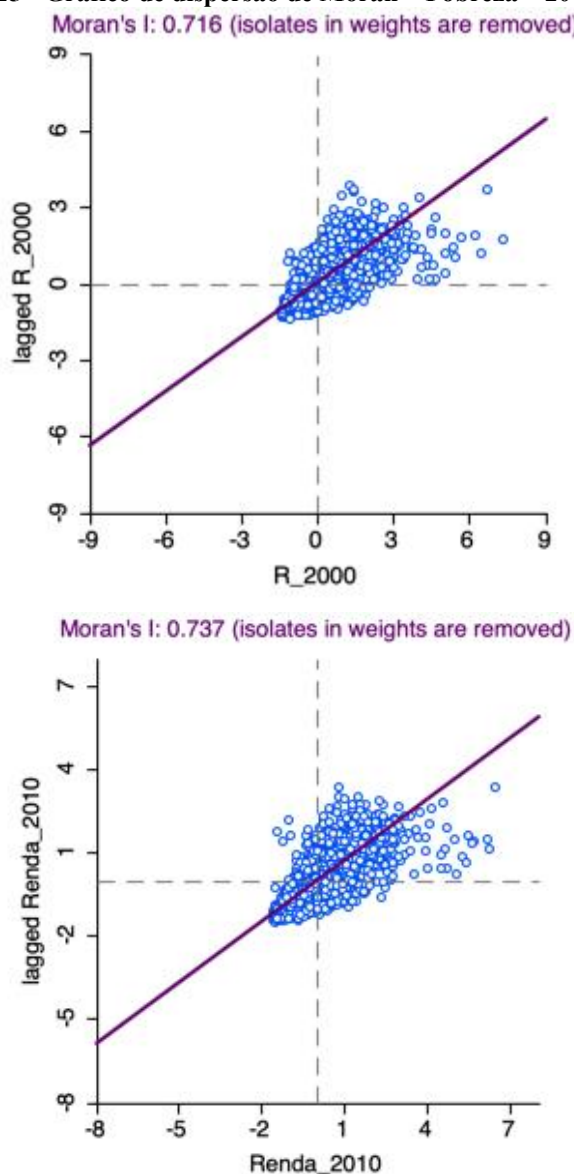
Fonte: Resultado da pesquisa.

A Figura 24 apresenta a comparação entre os clusters de pobreza de 2000 e 2010. Mediante análise dos dois períodos, verifica-se que pouco mudou em quesito de concentração

de renda ao longo do país. Os clusters Baixo-Baixo permaneceram nas regiões norte e nordeste, até se tornando mais frequentes no ano de 2010, ocupando áreas que antes não alcançaram estatística significativa, enquanto a região centro sul do país teve um aumento de quase 15% de clusters Alto-Alto, ou seja, municípios com alta concentração de renda que era rodeados por outros municípios com renda semelhante.

A variação do período reforçou a tendência positiva dos municípios se aglomerarem em blocos com graus de pobreza semelhantes, conforme pode ser visualizada no gráfico abaixo:

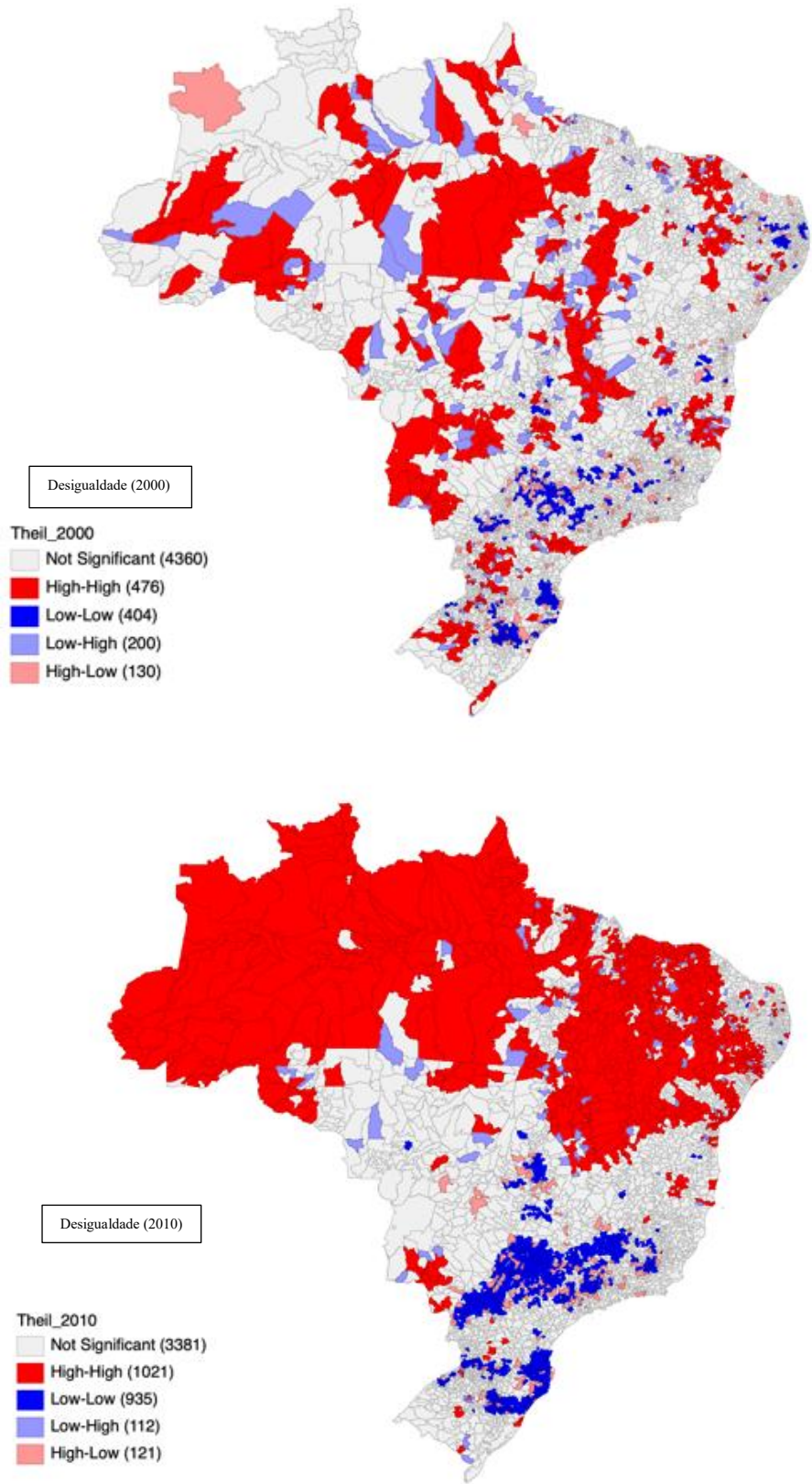
Figura 25 - Gráfico de dispersão de Moran – Pobreza – 2000 e 2010



Fonte: Resultado da pesquisa.

Além disso, apesar da mudança visual no mapa de pobreza não ser tão aparente, a correlação negativa entre desigualdade e renda, apresentada anteriormente na Figura 25, fica extremamente evidente na comparação dos clusters de desigualdade entre os períodos.

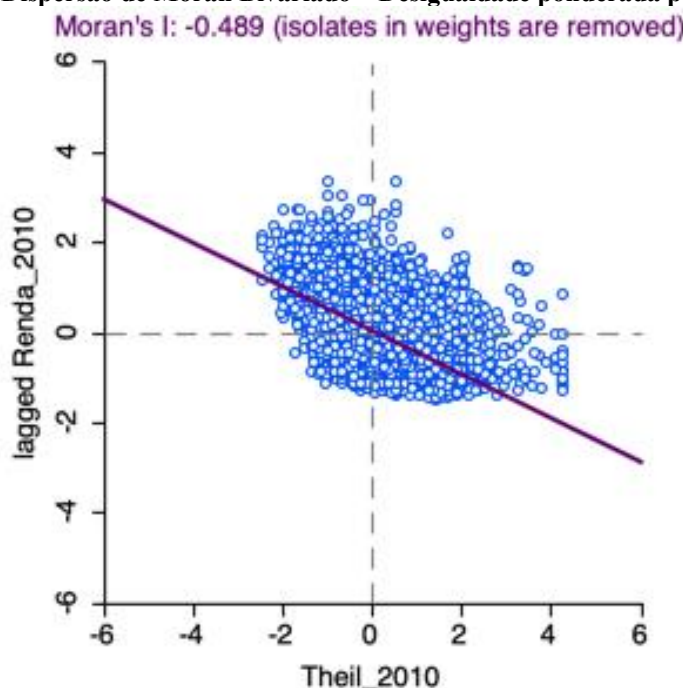
Figura 26 - Mapa de Clusters – Desigualdade – 2000 e 2010



Fonte: Resultado da pesquisa.

A Figura 26 evidencia o aumento de clusters de desigualdade nos padrões Alto-Alto e Baixo-Baixo entre os períodos, deixando claro o impacto da pobreza sobre a desigualdade no país. A concentração de regiões mais pobres ao longo do tempo acarretou no aumento da quantidade de clusters de desigualdade Alto-Alto nas regiões norte e nordeste, enquanto isso, num movimento contrário, as regiões com maior renda, ou maior quantidade de clusters Alto-Alto para pobreza, passaram a expandir os clusters Baixo-Baixo para desigualdade.

Figura 27 - Gráfico de Dispersão de Moran Bivariado – Desigualdade ponderada pela pobreza - 2010



Fonte: Resultado da pesquisa.

Essa correlação fica expressa na Figura 27, que demonstra o I de Moran bivariado de Moran que analisa a relação espacial dos municípios a partir da correlação das variáveis de desigualdade e pobreza foi de -0,165 em 2000 para -0.489 em 2010, deixando de demonstrar uma correlação inversa negativa moderada e passando a representar uma correlação negativa inversa forte, reforçando à ideia que quanto maior a renda local, menor à desigualdade.

Dados do IPEA (2021) sobre o mercado de trabalho no período podem ser utilizados para ilustrar a relação entre renda e desigualdade, bem como explicar a distribuição dos clusters em 2010. De acordo com o estudo que avaliou a População em Idade Ativa (PIA) e População Economicamente Ativa (PEA), verificou que 32,3% PEA do país se concentrava em 13 microrregiões, sendo elas em ordem de relevância: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Fortaleza, Recife, Curitiba, Campinas, Brasília, Goiânia, Belém e Manaus. O estudo ainda destacou que:

(...) o número de MRG do estado de São Paulo entre as maiores concentrações da PIA e da PEA. Além da MRG São Paulo, aparecem Campinas, Osasco, Santos, São José dos Campos, Sorocaba, Guarulhos, Mogi das Cruzes e Ribeirão Preto, figurando entre as MRGs com as maiores concentrações. Juntas, elas configuram uma enorme mancha de concentração demográfica e urbana, onde se situa grande parte da atividade produtiva e das riquezas geradas no país, resultando num alto nível de rendimento por habitante. (...) No outro extremo, as MRGs com maior proporção da força de trabalho urbana concentram-se no estado de São Paulo e em outras áreas das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, onde se verifica maior adensamento econômico. Nas regiões Norte e Nordeste, o fenômeno só é visível nas RMs e demais capitais estaduais (IPEA, 2021, p. 28-29).

As regiões menos desenvolvidas demonstram grande dependência da pecuária e do extrativismo. De acordo com dados do IBGE (2015) essas duas atividades foram predominantes em 59,9% dos municípios brasileiros, e, desta fatia, a grande maioria se encontrava nas regiões mais pobres e desiguais do País. Outro dado importante é que boa parte desses municípios mais pobres também demonstram grande dependência da administração pública.

No período, 42,2% dos municípios brasileiros, 2.349, tinham mais de 33% de sua economia dependente da Administração Pública. Em áreas muito pobres esse percentual era ainda mais alarmante, com municípios do Norte e Nordeste demonstrando uma dependência superior a 75,0%⁵⁸, conforme destaca o IBGE. O estado de Roraima pode ser usado pra exemplificar essa relação de dependência da Administração Pública. 13 dos 15 municípios roraimenses detinham um PIB cuja participação da administração pública superava 50%, ainda, os outros dois ainda apresentavam um alto grau de dependência, sendo os municípios de Bonfim (49,1%) e a capital, Boa Vista (37,8%).

Portanto, apesar do Brasil ter apresentado um avanço no combate à pobreza entre 2000 e 2010, bem como ter reduzido a taxa média do índice de Theil, verifica-se que houve um aumento no número de clusters de desigualdade no país, em especial nas regiões Norte e Nordeste. Ainda, fica evidente que a atividade econômica das regiões teve papel fundamental nesse novo arranjo de desigualdade no país.

⁵⁸ Guimarães (RN) – 75%; Uiramutã (RR) - 87,6%; São José de Princesa (PB) - 84,3%; e Santo Antônio dos Milagres (PI), 76,5%.

3.4 Interpretação dos resultados espaciais: implicações territoriais da pobreza e da desigualdade

Ao longo desta subseção, discute-se o significado dos resultados obtidos com a análise espacial da pobreza e da desigualdade no Brasil entre 2000 e 2010, interpretando os padrões observados à luz da literatura e do contexto socioeconômico nacional. As evidências apresentadas nas subseções anteriores confirmam a hipótese de que os fenômenos da pobreza e da desigualdade têm uma dimensão territorial marcante, revelando tendências de concentração espacial e formação de clusters persistentes ao longo do tempo.

Ainda que se observe uma tendência geral de redução das taxas de pobreza e desigualdade entre os dois períodos analisados, os resultados indicam a manutenção de padrões regionais bastante claros. A pobreza se concentra principalmente nas regiões Norte e Nordeste, enquanto as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste reúnem a maior parte dos municípios com rendas mais elevadas. Essa divisão espacial reproduz desigualdades estruturais historicamente constituídas, como argumentam Sachs (2008) e Oliveira (2006), e que têm resistido às ações distributivas implementadas nas últimas décadas.

A análise dos clusters espaciais reforça essa constatação. Em 2000, a pobreza já se apresentava altamente concentrada em determinados territórios, com I de Moran superior a 0,71. Em 2010, essa tendência se intensifica. O surgimento de novos clusters Alto-Alto em regiões já vulneráveis revela a persistência de "circuitos territoriais de pobreza", que, como sugere Soja (2010), são produtos e produtores de injustiças espaciais.

No caso da desigualdade, a evolução é distinta. Se em 2000 os clusters de desigualdade eram mais dispersos e o I de Moran era modesto (0,19), em 2010 há uma formação mais nítida de padrões espaciais, com aumento significativo do I de Moran e concentração de clusters Alto-Alto em territórios de baixa renda, sobretudo no Norte e Nordeste. Esse dado é relevante, pois indica que não apenas a pobreza, mas também a desigualdade passou a se estruturar de forma espacializada, o que tende a agravar os bloqueios ao desenvolvimento regional.

A análise bivariada reforça a correlação inversa entre pobreza e desigualdade. O coeficiente de Moran Bivariado, que era de -0,165 em 2000, passa para -0,489 em 2010. Isso mostra que a concentração de renda contribuiu para a redução da desigualdade em algumas regiões, mas também que a permanência da pobreza tem alimentado padrões crescentes de desigualdade em outras. A interpretação desses dados se alinha à perspectiva de Medeiros (2003), ao destacar que a forma como o crescimento econômico se distribui no território está diretamente relacionada às condições de desigualdade.

As atividades econômicas predominantes nos territórios também desempenham papel fundamental na formação desses clusters. A agropecuária extensiva e o extrativismo, predominantes em grande parte dos municípios do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, têm gerado renda concentrada em poucos agentes econômicos. Em contraste, regiões com maior diversificação produtiva, especialmente aquelas com setores industrial e de serviços mais desenvolvidos, como o Sudeste e Sul, tendem a apresentar melhores indicadores distributivos, confirmando os achados de Rodrik (2009).

Esses dados geram preocupação quando olhamos de forma mais atenta a organização econômica do país ao longo das últimas décadas. Apesar dos dados verificados nesta seção corroborarem com a teoria geral e demonstrarem que regiões com maior atividade industrial apresentam maior e melhor distribuição de renda, verifica-se que nos últimos vinte anos este setor tem perdido espaço no país.

A série histórica do Ambiente Integrado de Desenvolvimento (IDE) no Brasil, feita pelo Banco Central, mostra dados inequívocos: na década de 1980, a participação da indústria de transformação no IDE total girava em torno de 75%; essa cifra cai para cerca de 60% na de 1990 e flutua entre 30% e 40% a partir de 2001. Ao mesmo tempo, a participação dos serviços sobe e, com eles, a das atividades financeiras. O mais grave, porém, é que a média anual do IDE na indústria, o qual girava em torno de US\$ 17 bilhões na década de 1980, sobe para US\$ 25 entre 1990 e 1995, mas cai fortemente a partir daí para US\$ 8,5 bilhões entre 1996 e 2010. (...) Quanto ao investimento interno, também se observam fatos semelhantes, predominando a alocação nos serviços, especialmente no setor financeiro, construção, negócios imobiliários, agropecuária e mineração, sendo hoje mais reduzida a participação na indústria de transformação (Cano, 2012, p. 835).

De acordo com Ferreira (2018), o crescimento do mercado exportador de commodities veio acompanhado de uma redução na atividade industrial do País. As atividades extrativistas e agropecuárias passaram a expandir ainda mais a sua influência sobre o arranjo econômico e produtivo do brasileiro, reforçando a característica latifundiária e produtiva presentes aqui desde a nossa colonização. Aos poucos às atividades que distribuem menos renda vão retomando espaço no país. Portanto, apesar dos avanços, o cenário inspira cuidado.

As evidências aqui apresentadas indicam que os arranjos espaciais de pobreza e desigualdade são resilientes, mas não imutáveis. Os avanços observados em algumas regiões, impulsionados por investimentos em educação, saúde e políticas sociais focalizadas, como o Bolsa Família, mostram que é possível reverter trajetórias de exclusão territorial. No entanto, para isso, é necessário adotar uma abordagem territorializada das políticas públicas, que considere as especificidades regionais e promova o desenvolvimento em bases mais equitativas.

Essa interpretação reforça o papel ativo do território na produção da desigualdade, como já destacado por Soja (2010), e aponta para a necessidade de uma agenda de desenvolvimento que incorpore o espaço como dimensão central da análise e da intervenção pública. Encerrada a análise dos resultados espaciais, o capítulo seguinte retoma o debate geral da dissertação, articulando os achados empíricos com os objetivos do trabalho e discutindo suas implicações para a formulação de políticas de combate à desigualdade e à pobreza no Brasil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou a distribuição espacial da pobreza e da desigualdade no Brasil, nos anos de 2000 e 2010, bem como sua interação, utilizando ferramentas da Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE).

A análise espacial realizada revelou a formação de clusters territoriais de pobreza e desigualdade, reforçando a hipótese de que tais fenômenos não se distribuem aleatoriamente no espaço, mas se concentram em regiões vulneráveis. Essa constatação está em consonância com Soja (2010), que defende a ideia de que desigualdades sociais são produtos do território, e com Piketty (2014), ao apontar a persistência e a reprodução intergeracional da desigualdade.

Além disso, os resultados reforçam a interdependência entre pobreza e desigualdade, em linha com os argumentos de Ravallion e Chen (2003) sobre crescimento pró-pobre e a importância de políticas redistributivas para romper ciclos de exclusão. A literatura de autores como Kaztman (2001) e Kerstenetzky (2012) é confirmada ao evidenciar que os impactos das políticas sociais variam de acordo com seu desenho institucional, abrangência e articulação com outras estratégias.

Do ponto de vista metodológico, os modelos apresentaram resultados estatisticamente significativos e coerentes com a literatura, apesar das limitações reconhecidas. Entre elas, destaca-se a utilização de variáveis simples, que podem não capturar os efeitos de pobreza e desigualdade em todas as suas nuances e especificidades ao longo do território.

Apesar dessas limitações, o estudo contribui para compreender pobreza e desigualdade no Brasil de forma regionalizada, reforçando o debate sobre o papel do território na dinâmica socioeconômica. Adicionalmente, reforça a necessidade de pensar a política social de forma integrada a estratégias de desenvolvimento regional e de justiça distributiva, como defendido pelo MDS (2023) e por outros trabalhos recentes sobre o tema.

Em síntese, conclui-se que o combate à pobreza e à desigualdade exige políticas públicas bem desenhadas, de longo prazo, articuladas com o território e sustentadas por evidências. Espera-se que os resultados aqui apresentados possam subsidiar o debate público e a formulação de políticas mais eficazes e justas para enfrentar os desafios sociais que persistem no Brasil.

Em razão da amplitude do tema e das limitações metodológicas mencionadas, este estudo abre espaço para pesquisas complementares. Investigações futuras podem incorporar variáveis adicionais – como acesso a políticas públicas, indicadores de educação ou informalidade – e explorar análises em diferentes escalas, como microrregiões ou zonas

metropolitanas. Além disso, estudos comparativos entre diferentes períodos censitários ou entre países da América Latina podem enriquecer a compreensão da relação entre território, pobreza e desigualdade. Com isso, espera-se contribuir para a formulação de estratégias mais eficazes e sensíveis às especificidades territoriais no enfrentamento das desigualdades socioeconômicas no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, E. **Econometria espacial aplicada**. Campinas-SP: Ed. Alínea, 2012.
- ANSELIN, L.; BERA, A. Spatial dependence in linear regression models with an introduction to spatial econometrics. In: **Handbook of applied economic statistics**. New York, 1998.
- ATKINSON, A. **Desigualdade: o que pode ser feito?** 1. ed. São Paulo: Editora Leya, 2016.
- ÁVILA, J.F.; BAGOLIN, I.P. Pobreza no Rio Grande do Sul: Uma análise exploratória da sua distribuição espacial a partir de indicadores Multi e Unidimensionais. **Revista Estudo & Debate**, Lajeado, v. 21, n. 2, p. 25-47, 2014.
- BAER, W.; AMANN, E. The illusion of stability: the Brazilian economy under Cardoso. **World Development**, v. 28, n. 10, p. 1805-1819, 2000.
- BANCO CENTRAL. **Gerenciador de séries temporais**. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 12 mai. 2024.
- BANCO CENTRAL. **Plano Real**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/planoreal>. Acesso em: 12 jun. 2024.
- BANERJEE, A.V.; DUFLO, E. **Poor Economics**. London: Penguin Books, 2011.
- BARRETO, F.A.F.D. Crescimento Econômico, Pobreza e Desigualdade: O que Sabemos Sobre eles? **Série Ensaios Sobre Pobreza**, n.1. Fortaleza: LEP/CAEN, 2005.
- BELLINGIERI, J. C. A economia no período militar (1964-1984): crescimento com endividamento. **Revista Fafibe Online**, Bebedouro-SP, v. 1, 2005.
- BOXER, C. R. **A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- BRESSER PEREIRA, L. C. **A construção da política do Estado**. São Paulo: Lua Nova, 2010.
- BRESSER, L. C. P.; NAKANO, Y. Hiperinflação e estabilização no Brasil: O primeiro Plano Collor. **Revista de Economia Política**, v. 11, n. 4, 1991.
- BUZATTO, G.; CAVALCANTE, M. C. Reforma Tributária e Regressividade: a Tributação sobre o Consumo e a Busca por Justiça Fiscal. **Revista Direito Tributário Atual**, n. 52, ano 40, p. 162-188. São Paulo: IBDT, 3º quadrimestre, 2022.
- CAMPOS, R. **Lanterna na Popa**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.
- CANO, I.; SANTOS, N. **Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.

CANO, W. A Desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 831-851, dez. 2012.

CANO, W. Celso Furtado e a questão regional no Brasil. In: TAVARES, M. C. (Org.). **Celso Furtado e o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CAPES. **Documento de área 2009**. Disponível em: <http://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO_CM_21dez09.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2024.

CARVALHO, C. E. As origens e a gênese do Plano Collor. **Nova Economia**, Belo Horizonte, 2006.

CASTRO, J. A. de; CARDOSO JÚNIOR, C. Políticas sociais no Brasil: gasto social do governo federal de 1988 a 2002. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Aplicada, 2005. p. 261-318.

CASTRO, J. A. **Política social e desenvolvimento no Brasil**. 2012.

CASTRO, J. A.; RIBEIRO, J. A. C. **As políticas sociais e a Constituição de 1988: conquistas e desafios**. Repositório IPEA, 2009.

CAVALCANTE, P. **A questão da desigualdade no Brasil: como estamos, como a população pensa e o que precisamos fazer**. Texto para Discussão 2593, IPEA, 2020.

CEPAL Prospera. **Programa de Inclusión Social (2014-2019)**. 2021. Disponível em: <https://dds.cepal.org/bpsnc/programa?id=92>. Acesso em: 12 abr. 2024.

CEPAL. **Panorama Social de América Latina 2015**. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2016.

CEPAL. **Panorama Social de América Latina**. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2018.

CHIARINI, T. Análise espacial da pobreza municipal do Ceará, 1991-2000. **Revista de Economia**, UFPR, v. 34, n. 2 (ano 32), p. 69-93, 2008.

COGGIOLA, O. **A colonização da América e a acumulação originária de capital**. São Paulo, 2011.

COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE. **Plano de Governo, Eleições 2002**. Disponível em: <https://siac.fpabramo.org.br/searchAcervo/30>. Acesso em: 12 abr. 2024.

CORCIOLI, G. Evolução do Pronaf no Estado de Goiás: Tendência de Concentração de Investimentos em Atividades Pecuárias Tradicionais. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 39, p. 1-21, 2019.

CORCIOLI, G.; MEDINA, G. S. **Política agrícola para o agronegócio: uso de recursos públicos em benefício indireto de multinacionais estrangeiras**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2023.

CUNNINGHAM, F. **Teorias da democracia**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

DÁVILA, J. **Diploma de Brancura: política social e racial no Brasil 1917-1945**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005. 400 p.

DEININGER, K.; SQUIRE, L. A New Data Set Measuring Income Inequality. **The World Bank Economic Review**, v. 10, p. 565-591, 1996.

DELFIM NETTO, A. (1970). Análise do comportamento recente da economia brasileira. Documento preparado no início de 1967. In: **Diretrizes de governo, MPCG**, julho de 1967. Reproduzido pelo Curso de Economia Regional, FIPE/USP.

DENIS, H. **História do Pensamento Econômico**. 2. ed., 1974.

DIEESE; MELO, F. L. B. (Org.). **Salário-mínimo no Brasil. A luta pela valorização do trabalho**. São Paulo: LTr, 2015.

DITTICIO, C. **Experiências Neoliberais – Brasil, Argentina, Chile e México**. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

DRAIBE, S. M. **O sistema de proteção social no Brasil**. Campinas: UNICAMP – NEPP, 1991. 119 p. (Relatório de Pesquisa).

DUSSEL, E. D. **1492: o encobrimento do outro**. Petrópolis: Vozes, 1993.

EASTERLY, W. The Ghost of Financing Gap: Testing the Growth Model Used in the International Financial Institutions. **Journal of Development Economics**, v. 60, p. 423-438, 1999.

EDMUNDO, L. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. 3 vols. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

EICHENGREEN, B.; TEMIN, P. The Gold Standard and the Great Depression. **Contemporary European History**, Cambridge, n. 9, fev. 2000, p. 183-207.

FAGNANI, E. **O fim do breve ciclo da cidadania social no Brasil (1988-2015)**. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2017. (Texto para Discussão, n. 308).

FAGNANI, E. Política social e pactos conservadores no Brasil: 1964/92. **Economia e Sociedade**, n. 8, p. 183-238, 1997.

FARIA, L. A. E. A bússola e o pêndulo: desenvolvimento e inserção internacional do Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 42, n. 2, p. 283-303, 2022.

FEIJÓ, C. Uma interpretação sobre a evolução da produtividade industrial do Brasil nos anos noventa e as “leis de Kaldor”. **Nova Economia**, v. 12, n. 2, p. 57-78, 2002.

FERREIRA, T. Q. **O boom das commodities dos anos 2000: uma análise do impacto da alta das commodities nas taxas de investimento direto externo no Brasil**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

FRANCELINO, J. A. **Os determinantes do endividamento externo brasileiro, 1964-79: tentativa de categorização das principais interpretações e análise empírica**. 2004. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara.

FREITAS, A. E. de C. **Mrûr Jykre: a cultura do cipó: territorialidades Kaingang na margem leste do Rio Guaíba**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

FURTADO, C. **Perspectiva da economia brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1959.

GAITAN, F. **Auge, ocazo y resurgimiento de los estudios sobre Desarrollo en América Latina**. Serie Documentos de Proyecto, LC/WS 75, Santiago de Chile: CEPAL, 2014.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. (Título original: *Las venas abiertas de América Latina*).

GASPARI, E. **A Ditadura Derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GASPARINI, L.; LUSTIG, N. The Rise and Fall of Income Inequality in Latin America. **CEDLAS Working Papers**, n. 0118, CEDLAS, Universidad Nacional de La Plata, 2011.

GIAMBIAGI, F.; GOSTKORZEWICZ, J.; PINHEIRO, A. C. O desempenho macroeconômico do Brasil nos anos 90. In: GIAMBIAGI, F. et al. **A economia brasileira nos anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999. cap. 1.

GOLDFAJN, I.; GUARDIA, E. R. Fiscal Rules and Debt Sustainability in Brazil. In: KOPITS, G. (Ed.). **Rules-Based Fiscal Policy in Emerging Markets**. London: Palgrave Macmillan, 2004.

GOMES, B. S.; RIBEIRO, E. C.; MENDES, M. I. Os cinturões de pobreza: uma análise multivariada e espacial dos municípios brasileiros para os anos 1991, 2000 e 2010. In: **Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos (ENABER)**, 2014. Anais [...]. [S.l.]: ABER, 2014.

GOUVÊA, D. M. S. C.; CAMPOS, V. B. Análise da mobilidade urbana sustentável utilizando estatística espacial. In: **XXXIX SBPO – Congresso Brasileiro de Pesquisa Operacional**, agosto de 2007.

GOVERNO FEDERAL. **A contribuição do SUS ao Programa Bolsa Família**. 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/gestao-do-sus/articulacao-interfederativa/cit/pautas-de-reunioes-e-resumos/2010/setembro/3-d-apresentacao-pbf-beltrame.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2025.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JUNIOR, R. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2004.

GRUSKY, D. B.; KANBUR, R. **Poverty and Inequality**. Ithaca: Cornell University, 2006.

HOBBS, T. **Leviathan**. London: Penguin Books, 1651.

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza**. São Paulo: USP, 1998.

HOFFMANN, R. Distribuição de renda: uma análise da literatura recente. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 3, p. 321-340, 2006.

HOFFMANN, R. Transferências de renda e redução da desigualdade no Brasil e em cinco regiões, entre 1997 e 2005. In: BARROS, R. P. de; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, 2007.

HUNT, E. K.; SHERMAN, H. J. **História do pensamento econômico**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

IBGE. **Conta-Satélite de saúde**. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39675-sob-efeitos-da-pandemia-consumo-de-bens-e-servicos-de-saude-cai-4-4-em-2020-mas-cresce-10-3-em-2021>. Acesso em: 6 mar. 2025.

IBGE. **De 2010 a 2013, participação das capitais no PIB do país recuou de 34,3% para 32,8%**. 2015. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/9591-de-2010-a-2013-participacao-das-capitais-no-pib-do-pais-recuou-de-34-3-para-32-8>. Acesso em: 7 mar. 2025.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**. 2021. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=32373>. Acesso em: 23 dez. 2024.

IPEA. **Evolução Regional do Mercado de Trabalho no Brasil (2000-2018): Apontamentos para a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)**. Texto para discussão nº 2652. Brasília: IPEA, 2021.

IPEA. **Gerenciador de Séries Temporais**. 2024. Disponível em:

<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 12 mar. 2024.

IPEA. **Imposto de Renda e Distribuição de Renda no Brasil**. Texto para discussão nº 2449. Brasília: IPEA, 2019.

IPEA. **Sistema Tributário dos Países da OCDE e as Principais Recomendações da Entidade: Fornecendo Parâmetros para a Reforma Tributária no Brasil**. Brasília: IPEA, 2022.

IPECE. **Evolução da Pobreza no Brasil em seus Estados e Municípios no período de 1991-2010**. Ceará: IPECE, 2016.

JACCOUD, L.; BICHIR, R.; MESQUITA, A. C. O SUS na proteção social brasileira: transformações recentes e perspectivas. **Novos Estudos Cebrap**, v. 36, n. 2, p. 36-53, 2017.

JENKINS, R. The “China effect” on commodity prices and Latin American export earnings. **CEPAL Review**, n. 103, 2011.

KAGEYAMA, A. A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, v. 15, n. jan/jun 2006, p. 70-112, 2006.

KAKWANI, N.; PERNIA, E. What is pro-poor growth? **Asian Development Review**, v. 18, 2000.

KERBO, H. R. **Social Stratification and Inequality: Class Conflict in Historical, Comparative and Global Perspective**. London: McGraw-Hill, 2003.

KERSTENETZKY, C. **O Estado do bem-estar social na idade da razão**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2012.

KIMENYI, M. S. **Economic Reforms and Pro-Poor Growth: Lessons for Africa and Other Developing Regions and Economies in Transition**. University of Connecticut, Working Paper n. 02, 2006.

KNOP, M. F. T. **Desigualdade digital e desigualdade social no Brasil**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2020.

KOHN, M.; REDDY, K. Colonialism. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Fall 2017 Edition), Edward N. Zalta (Ed.). Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2017/entries/colonialism/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

KUZNETS, S. Economic Growth and Income Inequality. **American Economic Review**, v. 45, 1955.

LE GOFF, J. **O apogeu da cidade medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LEITE, S. D. Análise da distribuição espacial da pobreza na região Norte do Brasil. **Revista Economia e Desenvolvimento**, v. 15, n. 2, p. 215-231, 2016.

LESAGE, J. **Spatial Econometrics**. 1998.

MAGALHÃES, F. S. **Varrendo a imprensa: a ascensão de Jânio quadros e o periodismo paulistano (1947-1951)**. **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 271-290, dez. 2007.

MAIA, F. J. F.; FARIAS, M. H. V. Colonialidade do poder: a formação do eurocentrismo como padrão de poder mundial por meio da colonização da América. **Interações**, v. 21, n. 3, p. 577-596, Campo Grande, 2020.

MARINGONI, G. **O destino dos negros após a Abolição**. São Paulo: IPEA, 2011.

MARX, K. **O Capital**. Vol. 1. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

MEDEIROS, M. A trajetória da desigualdade: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. **Revista Estudos Avançados**, v. 17, n. 47, p. 47-89, 2003.

MEDEIROS, M. **Os ricos e a formulação de políticas de combate à desigualdade e à pobreza no Brasil**. Brasília: IPEA, 2003. (Texto para Discussão n. 984).

MENDONÇA, L. M. A crise permanente do agronegócio. In: **Direitos Humanos no Brasil. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. São Paulo: Outras Expressões, 2015. p. 238.

MICELI, P. **O feudalismo**. São Paulo: Atual, 2008.

MIGUEL, L. F.; MARQUES, D.; MACHADO, C. Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, 2015.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 128 p.

MORLEY, L. Producing New Workers: Quality, Equality and Employability in Higher Education. **Quality in Higher Education**, v. 7, p. 131-138, 2001.

NABUCO, J. **O abolicionismo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011 [1883]. 1ª reimpressão.

OECD. **Economic Surveys: Brazil 2013**. Paris: OECD Publishing, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1787/eco_surveys-bra-2013-en. Acesso em: 6 mar. 2025.

OLB. Governo atual é o que mais cortou recursos da educação e da ciência. 2022. Disponível em: <https://noticias.r7.com/educacao/governo-atual-e-o-que-mais-cortou-em-recursos-de-educacao-e-ciencia-09122022/>. Acesso em: 8 mar. 2025.

OLIVEIRA, A. M. Pobreza e desigualdade no Brasil: uma análise espacial. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 37, n. 3, p. 301-315, 2006.

OLIVEIRA, K. F. Uma análise espacial da insuficiência e da desigualdade de renda nos municípios sergipanos, 1991-2000. In: **Simpósio Regional de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto**, 3., 2006, Aracaju. Anais [...]. Aracaju: [s.n.], 2006.

ONU. Programa Bolsa Família é exemplo de erradicação de pobreza. 2011. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/58463-programa-bolsa-fam%C3%ADlia-%C3%A9-exemplo-de-erradica%C3%A7%C3%A3o-de-pobreza-afirma-relat%C3%B3rio-da-onu>. Acesso em: 10 abr. 2024.

ONU. **Progresso no desenvolvimento humano marcado por grandes desigualdades**. 2018.

PAUGAM, S. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

PAULANI, L. **Modernidade e discurso econômico**. São Paulo: Boitempo, 2005.

PENA, C. R.; PINHEIRO, D. S.; ALBUQUERQUE, P.; FERNANDES, L. M. A eficácia das transferências de renda: as tendências da desigualdade antes e depois do Programa Bolsa Família. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 4, Brasília, 2015.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINHEIRO, A. C.; GIAMBIAGI, F.; GOSTKORZEWICZ, J. **O desempenho macroeconômico do Brasil nos anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/11316>. Acesso em: 14 jan. 2025.

PNAD. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

POCHMANN, M. Políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula. **SER Social**, Brasília, v. 13, n. 28, p. 12-40, jan./jun. 2011.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

PREBISCH, R. **The Economic Development of Latin America and its Principal Problems**. New York: Lake Success, 1949.

QUIJANO, A. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAVALLION, M.; CHEN, S. Measuring pro-poor growth. **World Bank Policy Research Working Paper**, n. 2666, Washington: World Bank, 2003.

REIS, C. D. S. **O poder das “forças terríveis”: a renúncia de Jânio Quadros e o ensaio para o golpe civil-militar de 1964**. Boletim Historiar, n. 15, mai./jun., p. 56-71. 2016.

REIS, C. N.; DALAGASPERINA, E. C. Complexidade conceitual de pobreza: notas sobre diferentes abordagens conceituais. In: **Encontro Nacional de Economia Política – SEP**, 14., 2009. Anais [...]. Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigos?conference=14&title=&author=Reis>. Acesso em: 3 jan. 2024.

ROCHA, S. O Programa Bolsa Família: evolução e efeitos sobre a pobreza. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 1 (41), p. 113-139, 2011.

RODRIK, D. **Growth after the crisis**. Washington, DC: Commission on Growth and Development / World Bank, 2009. (Working Paper, n. 65).

RODRIK, D. Industrial policy: don't ask why, ask how. **Middle East Development Journal**, v. 1, n. 1, p. 1-29, 2009.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil**. 24. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SACHS, J. D. A geografia da pobreza e da riqueza. **Scientific American Brasil**, n. 73, p. 58-65, 2008.

SALAMA, P. **La tormenta en América Latina: ¿hacia dónde van las economías de la región?** 1. ed. Jalisco – México: Universidad de Guadalajara; El Colegio de La Frontera Norte, 2016.

SANTOS, W. G. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SEEKING, J. Inequality, popular attitudes and elite ideology in Africa: the case of social protection. In: **UNRISD Conference Overcoming Inequalities in a Fractured World: Between Elite Power and Social Mobilization**, 8-9 nov. 2018, Geneva, Switzerland. Anais [...]. Geneva: UNRISD, 2018.

SELINGER, W. **Parliamentarism. From Burke to Weber**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019. 246 p.

SEN, A. **A desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SEN, A. **Development as Freedom**. New York: Alfred A. Knopf, 1999.

SICSU, J. BRASIL: é uma depressão, não foi apenas uma recessão. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 23, n. 1, 2019.

SILVA, L. D. C.; FARIAS SOUZA, W. P. S.; SILVA, M. V. B. Análise espacial da extrema pobreza na região Nordeste: uma aplicação para os municípios. In: **9º Encontro de Economia Baiana**, 19 e 20 set. 2013, Salvador, Bahia. Anais [...]. Salvador: UFBA, 2013.

SIMONSEN, R. C. **História Econômica do Brasil 1500-1820**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SOARES, F. V.; SOARES, S.; MEDEIROS, M.; OSORIO, R. **Programas de transferências de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade e a pobreza**. Brasília: IPEA, 2006.

SOJA, E. W. **Seeking Spatial Justice**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.

SOUZA, T. A.; VERÍSSIMO, M. P. O papel das commodities para o desempenho exportador brasileiro. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 79-94, 2013.

STIGLITZ, J. E. **O preço da desigualdade**. São Paulo: Bertrand, 2013.

STOCK, J. H.; WATSON, M. W. **Introduction to Econometrics**. 3. ed. Addison-Wesley Series in Economics, v. 1. Boston: Addison-Wesley, 2010.

THERBORN, G. Os campos de extermínio da desigualdade. **Novos Estudos**, jul. 2010.

THERBORN, G. Three kinds of (in)equality, and their production. In: THERBORN, G. **The Killing Field of Inequality**. UK: Polity Press, 2013. p. 48-67.

TILLY, C. Categorical pairs and the mechanisms of inequality. In: TILLY, C. **Durable Inequality**. Los Angeles: University of California Press, 1998. p. 84-103.

TODOROV, T. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

TOMAZINI, C. **Adeus Bolsa Família? Ambiguidades e (des)continuidade de uma política à deriva. Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)**. Brasília: IPEA, 2023.

VOLTAIRE, M. **Essai sur les mœurs et l'esprit des nations et sur les principaux faits de l'histoire depuis Charlemagne jusqu'à Louis XIII**. Ed. de René Pomeau. 2 vols. Paris: Garnier Frères, 1963.

WALLERSTEIN, I. **O sistema mundial moderno**. Vol. I: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Ed. Afrontamentos, 1974a.

WALLERSTEIN, I. **O sistema mundial moderno**. Vol. II: o mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750. Porto: Ed. Afrontamentos, 1974b.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora da UnB, 1991.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Trad. Régis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4. ed. Brasília: UnB, 1998.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva** (vol. 1). 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

WEHLING, A. A propósito do encontro de culturas: princípios e fundamentos jurídicos na América quinhentista. **América Latina em Discussão**, Rio de Janeiro: UERJ, 1994.

WORLD BANK. Beneficiários do Bolsa Família são preguiçosos? 2023. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/opinion/2023/04/06/beneficiarios-do-bolsa-familia-sao-preguicosos#>: Acesso em: 8 mar. 2025.

WORLD INEQUALITY INDEX. **World Inequality Report 2022**. Disponível em: <https://wir2022.wid.world/>. Acesso em: 10 mai. 2024.